- O presente livro documenta a grande extensão do envolvimento internacional no programa do governo brasileiro para abrir e desenvolver a região amazônica.
- Uma análise grave e inquietante do que ocorre quando as modernas formas de desenvolvimento capitalista começam a penetrar na última e maior região inexplorada das américas.
- O retrato da atual situação das populações indígenas da Amazônia, acuadas, doentes e em vias de extinção, impotentes ante o avanço inexorável do "Milagre Econômico Brasileiro", que, através da maciça presença das mais diversas empresas na região, muitas delas estrangeiras, promove uma verdadeira devastação da rica natureza local, destruindo fauna, flora e, mais grave ainda, a própria população.

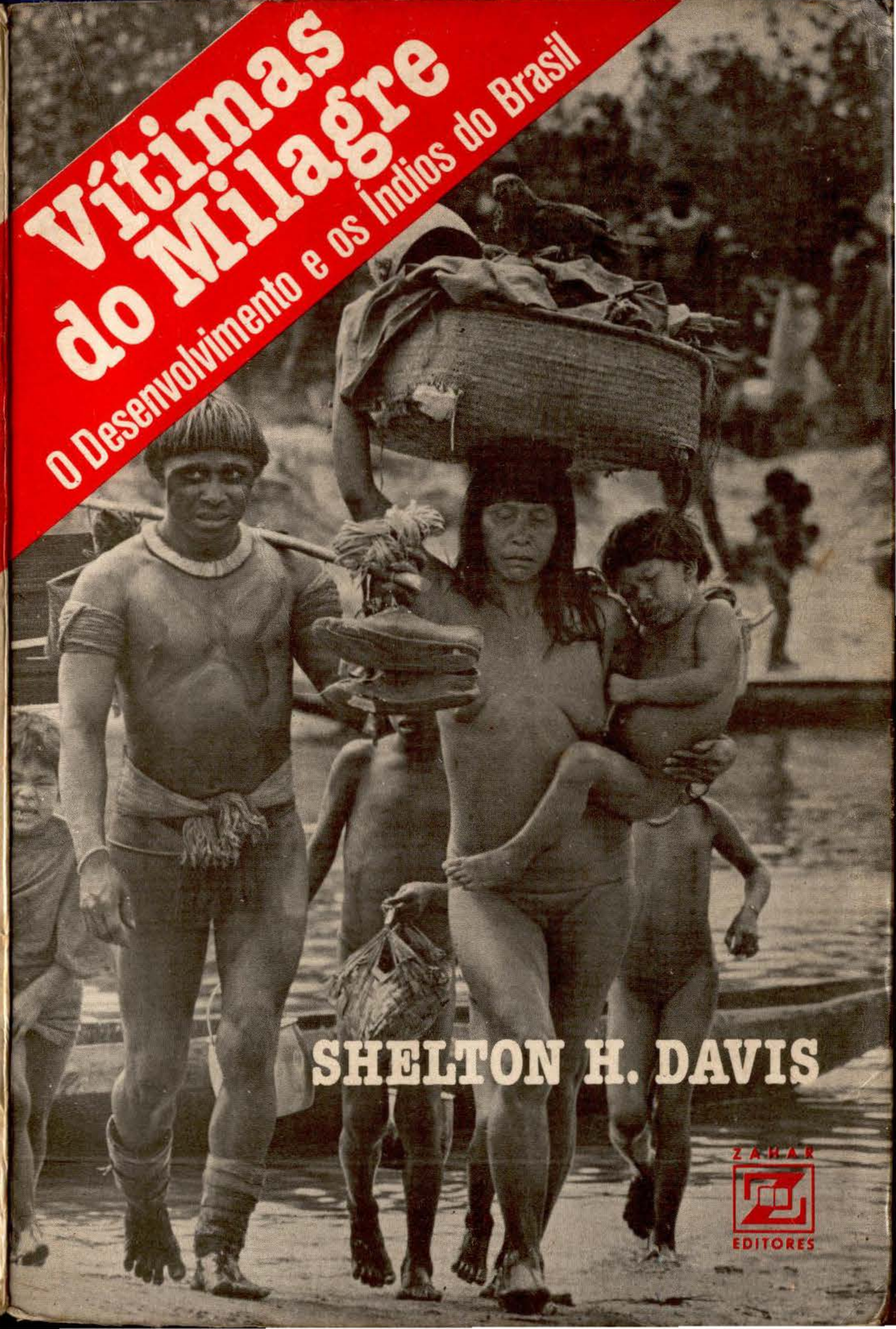
Vítimas do Milagre

O Desenvolvimento e os Índios do Brasil

ZAHAR EDITORES

SHELTON H. DAVIS

Vítimas do Milagre



Vítimas do Milagre
O Desenvolvimento e os Índios do Brasil

SHELTON H. DAVIS

ZAHAR EDITORES

VÍTIMAS DO MILAGRE

O esforço do Governo brasileiro para desenvolver a Amazônia gerou considerável controvérsia. Em janeiro de 1978, os participantes de um curso de indigenismo, realizado em Manaus, divulgavam um comunicado em que se apelava para a opinião pública como a única forma de conter as devastações gigantescas levadas a efeito na Amazônia pelos grandes grupos econômicos e deter o extérmínio aí implantado pelos "colonizadores", com a cobertura dada pela Funai a essas "invasões de bárbaros e ao massacre de tribos inteiras", como os waimiri-atroari.

Escrito em estilo claro e direto, o presente livro constitui a primeira descrição em profundidade por um antropólogo, do impacto social e ambiental do programa de desenvolvimento amazônico.

Shelton Davis começa com um exame da história econômica da bacia amazônica desde a II Guerra Mundial e durante a construção da rodovia trans-amazônica em 1970. Analisa depois a política indigenista contemporânea em nosso país e os efeitos que a construção da rodovia e os programas de exploração mineral têm tido sobre numerosas tribos índias. Descreve ainda a expansão das chamadas agrovilas e os danos causados ao meio ambiente pela devastação florestal na Amazônia brasileira.

Em sua análise da estrutura da política econômica brasileira, o Professor Davis presta especial atenção à influência das empresas multinacionais e suas relações com o Governo Federal. As implicações sociais e ecológicas do modelo brasileiro de desenvolvimento são amplamente examinadas e postos em dúvida os benefícios reais do pretenso "milagre econômico". Argumenta o autor que a impressionante taxa de crescimento da economia nacional, que ultrapassa a dos Estados Unidos no final do século XIX e a do Japão depois da II Guerra Mundial, levou muitos observadores estrangeiros a aceitarem o modelo brasileiro sem restrições. Por conseguinte, poucos se deram ao trabalho de investigar quem se beneficiou com esse crescimento econômico e quais as conseqüências que resultaram para os camponeses, os índios e o meio ambiente do país.

O livro termina com uma avaliação do significado para a política externa dos Estados Unidos dos eventos que ocorrem na Amazônia. Concentrando especial atenção nas questões dos direitos humanos, o autor aborda os problemas pertinentes à assistência militar, às transferências de tecnologia e à ajuda econômica.

Shelton H. Davis é diretor do Centro de Pesquisa Antropológica da Universidade de Harvard, Cambridge, Estados Unidos, e autor do livro *Antropologia do Direito*, já publicado por esta editora.

E M
EDITORA MORAES LTDA.
LIVRARIA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS
RUA MINISTRO GODOY, 1.002 — 05015 — SÃO PAULO
TELEFONES: (011) 62-8987 - 864-1298
ATENDE-SE PELO REEMBOLSO POSTAL

VÍTIMAS DO MILAGRE

ATUALIDADE

3

SHELTON H. DAVIS

Diretor do *Anthropology Resource Center*
Cambridge, Massachusetts

Vítimas do Milagre

O Desenvolvimento e os Índios do Brasil

Tradução de

JORGE ALEXANDRE FAURE PONTUAL

Renato Nicolai

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

Título original:

Victims of the Miracle — Development and the Indians of Brazil

Traduzido da primeira edição norte-americana, publicada em 1977
pela CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, de Nova York, N.Y.,
Estados Unidos da América

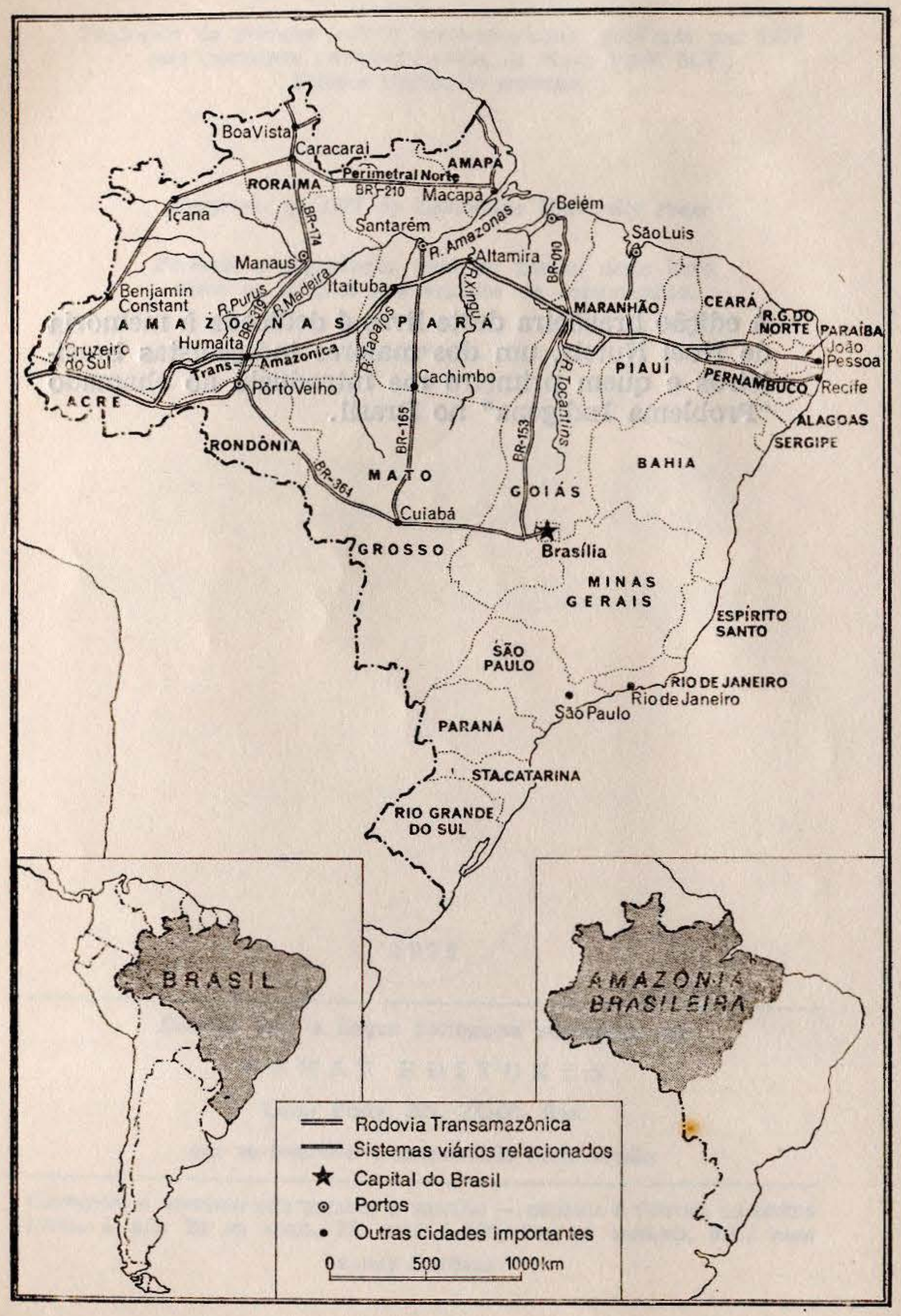
capa de
JANE

1978

Direitos para a língua portuguesa adquiridos por
ZAHAR EDITORES
Caixa Postal 207, ZC-00, Rio
que se reservam a propriedade desta versão

COMPOSTO E IMPRESSO POR TAVARES & TRISTÃO — GRÁFICA E EDITORA DE LIVROS LTDA., À RUA 20 DE ABRIL, 28, SALA 1.108, RIO DE JANEIRO, R.J., PARA ZAHAR EDITORES

A edição brasileira deste livro é dedicada à memória de Noel Nutels, um dos maiores indigenistas brasileiros e quem primeiro me introduziu ao chamado "Problema Indígena" no Brasil.



Índice

Quadros

Mapas

Prefácio à edição brasileira

Em dezembro de 1973, no 25.º aniversário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um grupo de bispos e padres da Amazônia brasileira divulgou um documento urgente intitulado *Y-Juca-Pirama: O Índio, Aquele que Deve Morrer*. Esse documento descreveu o modelo de destruição étnica que foi deflagrado contra as tribos indígenas brasileiras a partir da construção do sistema rodoviário da Transamazônica em 1970. Caso por caso, o documento do clero demonstrou como a terra e os direitos territoriais do índio foram sacrificados em prol da rodovia e dos programas de desenvolvimento no Brasil. "Em todo o país", declararam os bispos da região Oeste, "as terras pertencentes aos índios estão sendo invadidas e gradualmente expropriadas. Os direitos humanos das populações indígenas são virtualmente ignorados, acarretando seu rápido extermínio cultural e biológico, como já aconteceu a tantas outras tribos brasileiras."

Durante muitos anos, meus colegas e eu, nos Estados Unidos, tentamos fazer com que a pressão internacional influísse na situação crítica das tribos indígenas do Brasil. Em 1973, ajudamos a estabelecer a INDIGENA, um centro de documentação sobre os povos indígenas das Américas, localizado em Berkeley, Califórnia. Em seguida, organizamos uma conferência em Washington, D.C., sobre o tema "A Política Indigenista Brasileira: A Necessidade de Ação e Interesse Internacionais". Mais recentemente, fundamos o Anthropology Resource Center, em Cambridge, Massachusetts, uma organização que continua acompanhando e verificando as informações acerca dos efeitos sociais e ambientais dos programas de desenvolvimento na região amazônica. Através desse esforço, colaboramos com dezenas de antropólogos, in-

digenistas e sacerdotes, que queriam que essas questões fossem conhecidas fora do Brasil.

O Brasil fornece um dos mais claros exemplos modernos de um país onde os direitos das comunidades indígenas foram sacrificados em nome dos interesses maiores do desenvolvimento nacional. Gigantescos projetos rodoviários, de mineração e de pecuária foram planejados para atravessar territórios dos índios na Amazônia brasileira, e em seu rastro trouxeram doenças, morte e destruição cultural para as tribos indígenas. A partir de 1974, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) tentou proteger algumas dessas terras indígenas contra as invasões de estranhos, mas foi substancialmente frustrada em seus esforços pela carência de recursos e as diretrizes econômicas mais amplas de outros órgãos governamentais no Brasil. No presente livro, argumento que nada havia de inevitável nesses processos de destruição étnica. A Amazônia brasileira é uma área geográfica de tamanha vastidão que parques e reservas indígenas poderiam ter sido protegidos sem estorvar o desenvolvimento nacional do Brasil. Uma das razões por que essas áreas indígenas foram criadas mas depois não protegidas está, creio eu, no "modelo de desenvolvimento" específico que está sendo adotado pelo Governo do Brasil.

Existe um vasto acervo bibliográfico sobre a natureza dependente do desenvolvimento no Brasil. Conquanto o Governo brasileiro formule políticas desenvolvimentistas, poucas dúvidas subsistem de que essas políticas dependem, para sua implementação, de capital, assistência técnica e empréstimos estrangeiros. Desde fins da década de 1960, centenas de milhões de dólares têm entrado no Brasil, provenientes de bancos estrangeiros, empresas e instituições internacionais de empréstimo. Na Amazônia, grandes empresas estrangeiras juntaram-se a firmas brasileiras de propriedade privada ou estatal a fim de explorar os vastos recursos minerais, florestais e agrícolas da região; empréstimos externos são contraídos para financiar estradas, portos e usinas hidrelétricas; e assistência técnica estrangeira é fornecida para pesquisas de engenharia, minérios e levantamentos aerofotográficos. Em todos esses sentidos, as instituições internacionais também são responsáveis, direta ou indiretamente, pelas conseqüências sociais da

política desenvolvimentista na Amazônia brasileira. Neste livro documento a grande extensão do envolvimento internacional no programa do Governo brasileiro para abrir e desenvolver a região amazônica. No capítulo final, também analiso algumas das implicações desse envolvimento para a política externa norte-americana no Brasil.

É extremamente importante para o leitor brasileiro reconhecer que este livro foi escrito por um antropólogo norte-americano com vistas a um público internacional que está interessado na política brasileira em relação ao índio. Conforme se mencionou antes, criaram-se em anos recentes numerosas organizações com a finalidade de atrair a atenção internacional para a séria ameaça à sobrevivência de populações indígenas em todo o mundo. Em setembro de 1977, várias dessas organizações não-governamentais patrocinaram uma conferência especial da ONU, em Genebra, sobre o problema da discriminação contra populações indígenas nas Américas. Mais de 250 delegados, observadores e convidados compareceram a essa conferência, incluindo representantes de mais de 60 grupos indígenas, 50 organizações internacionais e 38 Estados-membros das Nações Unidas. Os delegados participaram de comissões sobre os aspectos jurídicos, econômicos, sociais e culturais das questões indígenas, e formularam uma série de recomendações para ação que seriam apresentadas para estudo à ONU. Os delegados indígenas, representando organizações índias de todas as partes das Américas, também redigiram uma *Declaração de Princípios para a Defesa das Nações e Povos Indígenas do Hemisfério Ocidental.* Lamentavelmente, nenhum delegado índio do Brasil esteve presente a essa conferência. O Anthropology Resource Center, entretanto, apresentou documentação nessa conferência a respeito da situação do índio brasileiro, e representantes da conferência prometeram que essa documentação seria submetida às agências apropriadas da ONU.

É uma grande honra para mim ver a edição brasileira deste livro ser publicada tão rapidamente depois da edição da Cambridge University Press do ano passado. Estamos vivendo um momento muito importante na história dos povos indígenas das Américas. Alimento

a esperança de que este livro sirva como um símbolo modesto da solidariedade internacional para com todos aqueles brasileiros corajosos que continuam lutando, em face de circunstâncias nacionais muito mais difíceis do que aquelas com que pessoalmente deparo, ao lado dos povos indígenas do Brasil.

Rio de Janeiro
Julho de 1978 SHELTON H. DAVIS

Prefácio e agradecimentos

Nos últimos anos, vários livros foram escritos sobre a controvertida questão da política indigenista no Brasil. Em 1973, Robin Hanbury-Tenison, fundador da Survival International de Londres, publicou *A Question of Survival for the Indians of Brazil* (*Uma Questão de Sobrevivência para os Índios do Brasil*). Surgiu em seguida um relatório feito para a Aborigines Protection Society de Londres, por Edwin Brooks, René Fuerst, John Hemming e Francis Huxley, intitulado *Tribes of the Amazon Basin in Brazil, 1972* (*Tribos da Bacia Amazônica do Brasil, 1972*). Mais recentemente, os cientistas americanos Robert J.A. Goodland e Howard S. Irwin publicaram uma pequena monografia, *Amazon Jungle: Green Hell to Red Desert?* (*Floresta Amazônica: de Inferno Verde a Deserto Vermelho?*), incluindo um capítulo sobre a situação das tribos indígenas na Bacia Amazônica brasileira. Este novo livro difere de todos os relatos anteriores, na medida em que acentua os fatores políticos e econômicos que estão provocando o extermínio das tribos indígenas brasileiras.

A tese central deste livro é que as doenças, a morte e o sofrimento humano, que se desencadearam maciçamente sobre os índios brasileiros nos últimos anos, são o resultado direto da política de desenvolvimento econômico dos Governos militares do Brasil. Em termos mais genéricos, pretendo demonstrar que a situação atual dos índios brasileiros vincula-se estruturalmente ao "milagre econômico" do Brasil, muito aclamado, mas pouco conhecido. Para tanto, centralizo a atenção nas políticas de desenvolvimento econômico do regime militar brasileiro.

Nas páginas que se seguem, forneço uma documentação detalhada de vários casos em que grandes empresas privadas, estatais e multinacionais — os principais ingredientes do modelo de desenvolvimento brasileiro — têm expropriado sistematicamente os recursos indígenas. Também alego que os índios brasileiros são apenas as primeiras vítimas (embora as mais impotentes) de um tipo de progresso econômico que também molesta centenas de trabalhadores nas plantações e nas estradas da Amazônia, milhares de miseráveis migrantes rurais do Nordeste, e milhões de pessoas pobres e famintas que vivem nas grandes cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Por fim, através de uma análise da reação ecológica em cadeia, desencadeada pelo desflorestamento da Amazônia brasileira, mostro quais são as implicações desse programa para a biosfera e a Terra.

Num plano mais geral, este livro tenta analisar o que ocorre quando as modernas formas de desenvolvimento capitalista começam a penetrar na última e maior região inexplorada das Américas. Tal como a noção de "Civilização", tão popular na última metade do século XIX, "Desenvolvimento" tornou-se algo que é visto hoje como um bem necessário por quase todos os governos, planejadores e públicos. A mística que cerca a noção de "Desenvolvimento Econômico" é tão grande que praticamente todos acreditam no benefício que trará aos povos, regiões e nações do mundo inteiro.

Em parte alguma essa aceitação cega é tão dominante quanto no Brasil de hoje. A impressionante taxa de crescimento da economia brasileira, superando a dos Estados Unidos no final do século XIX e a do Japão no pós-guerra, é aceita por quase todos os observadores estrangeiros como um bem positivo para o povo do Brasil. Por isso, poucos analisaram a estrutura institucional da política econômica brasileira: as alianças que surgiram no Brasil entre capitalistas nacionais e firmas multinacionais, o papel dominante de um Governo militar repressivo na origem da formação do capital e do crescimento econômico, e a importância das transferências de tecnologia e da ajuda internacional para que acontecesse o "milagre econômico" brasileiro. Do mesmo modo, os observadores de fora têm passado ao largo das implicações e do custo, em termos sociais, desse

crescimento econômico. Poucos, por exemplo, perguntaram quem se beneficia com o "milagre" e que setores sociais têm necessariamente sofrido e perdido.

Analiso neste livro as conseqüências humanas e ecológicas do desenvolvimento neocapitalista na Região Amazônica do Brasil. Em vez de supor que o desenvolvimento econômico da Amazônia é positivo, tento avaliar o que esse modelo de desenvolvimento tem significado para os povos da região, e quais serão os efeitos, a longo prazo, sobre a delicada ecologia da floresta pluvial amazônica.

A maioria dos relatos sobre as condições na Amazônia brasileira tem deixado de traçar os vínculos específicos existentes entre a política de desenvolvimento do Governo brasileiro e as ameaças aos povos indígenas e ao meio ambiente. Acredito que esses vínculos sejam cruciais. Portanto, neste livro, focalizei o significado dos processos de desenvolvimento neocapitalistas para o bem-estar das comunidades indígenas, as grandes populações rurais e urbanas do Brasil, e o ecossistema tropical. Para o leitor familiarizado com atividades recentes em outras áreas inexploradas do mundo, geradas em grande parte pelas supostas crises de energia, alimentação e recursos, ficará evidente que os processos por mim descritos vão muito além do caso específico do Brasil.

À guisa de prefácio, quero agradecer aos vários amigos que me apoiaram na gestação deste livro. Minha preocupação inicial com a situação dos índios brasileiros data de 1969, quando trabalhei como instrutor visitante de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Na época, acabara de completar dois anos de trabalho etnográfico na Guatemala e interessava-me pelo estudo dos sistemas agrários na América Latina. Nos últimos meses de trabalho no Museu Nacional, conheci o médico brasileiro Noel Nutels. Ele passara mais de 25 anos prestando assistência médica às tribos indígenas e, nos últimos meses do Governo do Presidente João Goulart, servira como diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Em outubro de 1970, Noel Nutels foi ao Museu Nacional pedir apoio de antropólogos brasileiros e estrangeiros para protestar contra o novo Estatuto do Índio,

anunciado quando da inauguração da Transamazônica. O clima político geral na época impedia meus colegas brasileiros de empreenderem qualquer ação organizada contra a política indigenista ao longo das novas estradas amazônicas. Minha posição como antropólogo estrangeiro, porém, era diferente, e decidi dar apoio a Nutels para divulgar o problema. Uma de suas preocupações era que os antropólogos na Europa e nos Estados Unidos centrassem continuamente sua atenção na política indigenista brasileira.

Nas últimas semanas que passei no Brasil, conversei várias vezes com Noel Nutels e consegui ter, através dele, um imenso *insight* quanto à história da política indigenista no Brasil. Em fevereiro de 1973, Noel Nutels morreu de câncer, poucos dias depois do primeiro contacto feito por seus amigos Orlando e Claudio Villas Boas com a tribo Kréen-Akaróre. Ao procurar as causas do erroneamente chamado "Problema Indígena" do Brasil, nos fatores políticos e econômicos, baseei-me grandemente nas idéias e na obra de Noel Nutels. Minha dívida para com o antropólogo Darcy Ribeiro, outro grande amigo e colega de Noel Nutels, é detalhada no Capítulo 1 deste livro.[1]

Em janeiro de 1971, voltei aos Estados Unidos e comecei a desenvolver uma pesquisa sistemática da política indigenista do Brasil. Nessa época, também passei a colaborar com dois antropólogos que haviam feito pesquisa de campo no Brasil. Um deles era Kenneth Brecher, do Instituto de Antropologia Social da Universidade de Oxford, que vivia então com a tribo Waurá, no Parque Nacional do Xingu. O outro era Patrick Menget, instrutor da Universidade de Nanterre, na França, que vivia com a tribo Txikão, também no Parque do Xingu.

O conhecimento que possuo das sociedades indígenas do Brasil veio de longas discussões com Kenneth Brecher e Patrick Menget. A riqueza dos modos de vida tribais por eles descritos levou-me a refletir sobre minha experiência na comunidade de língua maia de Santa Eulalia, na Guatemala, onde vivi durante dois anos. Minha

[1] Para uma discussão da vida e da obra de Noel Nutels, ver o ensaio de Darcy Ribeiro, "Pensando em Noel", *in* Noel Nutels, *Memórias e Depoimentos* (Rio de Janeiro, 1974), pp. 87-93.

dívida para com esses dois antropólogos é grande e duradoura. No entanto, de modo algum as afirmações feitas neste livro poderão ser atribuídas a eles.

Em setembro de 1971, comecei a ensinar na Universidade Harvard, onde dei um curso sobre as tribos indígenas dos Estados Unidos. Conheci então vários americanos de origem índia, e comecei a traçar paralelos entre a situação histórica dos índios nas várias partes do continente americano. Também nessa época conheci Marie-Helene Laraque, que estava mobilizando os líderes indígenas do Canadá e dos Estados Unidos em apoio à causa dos índios brasileiros.

Em 1973, mudei-me para Berkeley, Califórnia, e lá fundei, juntamente com Marie-Helene Laraque, um centro de documentação e informação sobre essas questões, chamado INDIGENA. Nosso primeiro objetivo era gerar uma apreensão internacional quanto à situação crítica dos índios da Bacia Amazônica da América do Sul; e, em segundo lugar, criar uma troca de informações entre os povos e organizações indígenas em todo o continente americano. Marie-Helene Laraque e seu marido Walter Carlin, nascido na reserva Sioux de Cheyenne River, em Dacota do Sul, contribuíram de várias maneiras para o desenvolvimento da posição expressa neste livro.

Enquanto trabalhava para o INDIGENA em Berkeley, eu também colaborava com duas outras organizações, o Congresso Norte-Americano sobre a América Latina (North American Congress on Latin America — NACLA), e o *Brazilian Information Bulletin* — BIB (*Boletim Brasileiro de Informação*). Todas essas organizações compartilhavam de uma grande preocupação quanto ao papel da política externa americana, e às atividades das multinacionais na América Latina. Quase toda a documentação proveniente de jornais econômicos, contida neste livro, assim como minha metodologia geral de pesquisa, deve-se à colaboração das equipes de INDIGENA, NACLA e BIB.[2]

[2] Uma resenha da metodologia e da perspectiva do Congresso Norte-Americano sobre a América Latina pode ser encontrada em duas publicações dessa organização: *NACLA Research Methodology Guide* (Nova York, 1970), e *Yanqui Dollar: The Contri-*

Com a ajuda dessas organizações, comecei a arquivar documentos sobre a política econômica do Brasil contemporâneo, o alcance da ajuda e do investimento externo na Amazônia, e a natureza da política indigenista e de desenvolvimento no Brasil. As fontes desse material são periódicos econômicos, relatórios governamentais e jornais diários; por isso, diferem em qualidade e fidedignidade dos materiais primários conseguidos pelos antropólogos no trabalho de campo etnográfico. Tentei amenizar os problemas de fidedignidade trabalhando como um historiador ou um jornalista investigador interessado em questões sociais contemporâneas. Isso exigiu uma verificação redobrada de minhas fontes de informação, e correspondência com pessoas que iam à Amazônia e podiam verificar certos fatos. Intencionalmente, forneço nas notas de rodapé uma documentação detalhada para o leitor interessado em conferir a exatidão de fontes, dados e fatos.

As discussões dos recentes projetos de mineração na Amazônia, nos capítulos 3, 6 e 7, não teriam sido escritas sem a pesquisa original sobre o assunto, feita por Fred Goff e Marsha Milliman, e publicada no *Latin America and Empire Report* (*Relatório sobre a América Latina e o Império*), da NACLA, em abril de 1973. Do mesmo modo, quase tudo o que trata das atividades de empresas agrícolas na Amazônia, no capítulo 8, surgiu em longas conversas com meu amigo Paul Silberstein. Através dele, fiquei sabendo o que é crescer numa fazendola, no berço das modernas empresas agrícolas (o Sul da Califórnia) e passei a conhecer a estrutura da agricultura comercial no Brasil, que ele estudou durante anos.

Três antropólogos que ensinam na Universidade da Califórnia também me encorajaram a levar a cabo este trabalho. O primeiro, Joseph G. Jorgensen, Diretor do Programa de Cultura Comparada na Universidade da Califórnia, em Irvine, foi o primeiro antropólogo americano a analisar as condições de pobreza e subdesenvolvimento nas reservas indígenas norte-americanas, em termos da política de expansão econômica dos Estados Unidos. Foi também o primeiro antropólogo a usar a hipó-

bution of U.S. Private Investment to Underdevelopment in Latin America (Nova York, 1971).

tese "metrópole-satélite de Andre Gunder Frank, desenvolvida na América Latina, para explicar as desigualdades étnicas e de classes no Oeste americano. Durante vários anos, meu trabalho beneficiou-se dos comentários, críticas e conselhos de Joseph Jorgensen. Em vários sentidos, este livro pode ser visto como uma extensão internacional do arcabouço conceptual contido em sua pesquisa sobre a América do Norte.[3]

Os outros dois antropólogos que me encorajaram neste trabalho foram Laura Nader e Gerald D. Berreman, da Universidade da Califórnia, em Berkeley. A ênfase que atribuo às atividades governamentais e empresariais na Amazônia reflete a noção de Laura Nader, de que os antropólogos devem investigar "para cima" e não "para baixo", e estudar as poderosas instituições políticas, econômicas e legais que criaram tanta "importância endêmica" no mundo moderno.[4] A idéia de relacionar os fatos na Amazônia brasileira a questões sociais mais amplas surgiu em vários discussões com Gerald Berreman, a respeito do valor da pesquisa antropológica crítica.[5] Gerald Berreman foi de especial valia na leitura cuidadosa do primeiro esboço deste livro.

Nos últimos anos, também tirei grande proveito de longas conversas com Paul Shankman, da Universidade do Colorado, em Boulder. Na preparação do texto final deste livro, fui auxiliado por Timothy Buckalew, James Ito-Adler e Robert Mathews. O último deu-me uma ajuda inestimável em questões de argumento, apresentação e estilo.

[3] Joseph G. Jorgensen, "Indians and the Metropolis", *in* J. O. Waddell e O. M. Watson (orgs.), *The American Indian in Urban Society* (Boston, 1971), pp. 67-113; e *The Sun Dance Religion: Power for the Powerless* (Chicago, 1972). Ver, também, Andre Gunder Frank, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (Nova York, 1967).

[4] Laura Nader, "Up the Anthropologist — Perspectives Gained From Studying Up", *in* Dell Hymes (org.), *Reiventing Anthropology* (Nova York, 1969), pp. 284-311.

[5] Gerald D. Berreman, "Is Anthropology Alive? Social Responsibility in Social Anthropology", *Current Anthropology*, 9, N.º 5 (1968), pp. 391-6; e "'Bringing It All Back Home': Malaise in Anthropology", *in* Dell Hymes (org.), *op.* cit., pp. 83-98.

Por fim, quero agradecer a Ralph Nader e Ruth Fort, do Center for the Study of Responsive Law, em Washington, D. C. Já em 1970, Ralph Nader falava da necessidade de ação internacional para deter as atrocidades cometidas contra os índios na América do Sul. Em fevereiro de 1974, ele pediu à INDIGENA um relatório sobre o alcance dos programas americanos de ajuda e investimento na Amazônia brasileira. Isso foi seguido em novembro de 1974 de uma entrevista coletiva em Washington sobre a "Política Indigenista Brasileira: A Necessidade de Ação e Preocupação Internacionais".[6]

Talvez mais do que qualquer outra experiência, trabalhar com Ralph Nader e Ruth Fort ensinou-me que a informação por si só é de pouca importância. Em qualquer sociedade que alegue estar baseada na participação democrática de seus cidadãos, a informação deve ser traduzida em estratégias para a ação pública, a responsabilidade e a mudança. É desse ponto de vista que escrevi a documentação e a informação contidas neste livro.

A grafia dos nomes tribais neste livro segue a convenção estabelecida na Primeira Reunião de Antropólogos Brasileiros, publicada na *Revista de Antropologia*, vol. 2 (São Paulo, 1954), pp. 150-2. Em alguns casos, mudei a grafia de nomes de tribos de acordo com sugestões de Robert Carneiro, do Museu Americano de História Natural. O leitor que quiser conhecer a grafia inglesa convencional dos nomes de tribos brasileiras deverá consultar os mapas e tabelas em *Indians of Brazil in the Twentieth Century* (Washington, D.C., 1967), organizado por Janice H. Hopper.

SHELTON H. DAVIS

Cambridge, Massachusetts
Abril de 1977

[6] Quando da entrevista coletiva de novembro de 1974, a INDIGENA e a American Friends of Brazil publicaram um curto panfleto intitulado *Supysáua: A Documentary Report on the Conditions of Indian Peoples in Brazil* (Berkeley, Calif., 1974).

1

A política indigenista brasileira: um apanhado histórico

A região ao longo deste rio é uma pastagem natural, e algum dia assistirá certamente a um grande desenvolvimento. Foi aberta ao desenvolvimento pelo Coronel Rondon, há apenas cinco ou seis anos. Já se vê de vez em quando uma fazenda de gado nas margens. Quando as estradas de ferro forem construídas nestas partes do interior de Mato Grosso, a região toda irá crescer e prosperar incrivelmente — e o mesmo acontecerá com as ferrovias.

THEODORE ROOSEVELT, *Through the Brazilian Wilderness* (1914).

No início deste século, uma onda de violência e conflitos inter-raciais engolfou as regiões meridionais do Brasil. Nesse período, índios e colonos disputavam vastos territórios ao longo das novas áreas abertas à exploração. Na área de florestas ao sul do Rio Doce e nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, os índios Botocudos resistiram à invasão de seu território tribal e quase conseguiram forçar o abandono da colônia de italianos em São Mateus. No Estado de São Paulo, os índios Kaingáng interromperam a construção da Ferrovia Noroeste e mantiveram o controle sobre uma área de 500 km² entre os rios Tietê, Feio, Peixe e Paranapanema. Mais ao sul, no Paraná e em Santa Catarina, as companhias de colonização pagaram a índios, que matavam por dinheiro, para que massacrassem a tribo Xokléng.[1]

As notícias sobre esses conflitos enchiam as páginas da imprensa nacional e causavam debates acesos e alta-

[1] Darcy Ribeiro, *Os Índios e a Civilização: a Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno* (Rio de Janeiro, 1970), Capítulo 3.

mente políticos. Durante esse período, vários professores de origem alemã ensinavam teorias sociais racistas nas universidades de São Paulo, e muitas missões européias pediam a ação governamental imediata para proteger as vidas dos colonos europeus no Brasil. A influência desses elementos estrangeiros era tão grande que o Presidente do Brasil reuniu várias vezes seu ministério para estudar a possibilidade de usar o Exército para terminar com os conflitos. No Congresso brasileiro, muitos legisladores argumentavam que seria conveniente, tendo em vista o desenvolvimento nacional, usar as mesmas táticas de extermínio que os militares americanos praticaram contra os índios na ocupação de quase toda a América do Norte.[2]

Ao mesmo tempo, surgia outro grupo que se horrorizava com as histórias do massacre de tribos indígenas. Eram na maioria pessoas da classe alta que pertenciam a sociedades científicas e filantrópicas. Fortemente influenciadas pelo positivismo francês, reagiam com veemência contra as várias teorias racistas e pseudocientíficas que ganhavam influência nos círculos cosmopolitas do Brasil. Alegavam ser responsabilidade do Governo proteger as populações indígenas remanescentes no país. Acreditavam que com o tempo os índios assumiriam seu lugar como cidadãos da recém-criada República brasileira.[3]

O principal porta-voz dessa posição era um jovem oficial do Exército, Cândido Mariano da Silva Rondon, nascido em 1865, em Cuiabá, então uma pequena cidade do interior de Mato Grosso e que, quando jovem, fora aluno da Escola Militar do Rio de Janeiro. Rondon estudou Engenharia e foi influenciado pelos textos positivistas do filósofo social francês Augusto Comte. Hoje, o evolucionismo social da filosofia comtiana parece arcaico e etnocêntrico. No final do século XIX, contudo, serviu como um convincente arcabouço filosófico para que Rondon compreendesse as sociedades indígenas que conhecera pela experiência e observação quando jovem.[4]

[2] Ver os artigos de Hermann von Ihering, diretor do Museu Paulista: "A Antropologia do Estado de São Paulo", *Revista do Museu Paulista*, 7 (1907), 202-57; e "A Questão dos Índios no Brasil", *Revista do Museu Paulista*, 8 (1911), 112-40.

[3] David Stauffer, "Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios (1889/1910)", *Revista de História* (São Paulo, 1959 e 1960), 73-95, 435-53.

Em 1890, o Governo brasileiro encarregou Rondon de realizar uma série de expedições militares e científicas nas regiões inexploradas do interior do país, o que ele fez ao longo de 25 anos, com grande repercussão no Brasil e no exterior. A Comissão Rondon estendeu mais de 2.270 quilômetros de linhas telegráficas, mapeou mais de 50 mil quilômetros quadrados de terras, e descobriu uma dúzia de novos rios em Mato Grosso e na Amazônia. Em 1913, Rondon acompanhou o ex-Presidente americano Theodore Roosevelt em sua mundialmente famosa expedição geográfica pelas regiões selvagens do Brasil.[5]

Durante essas expedições, Rondon estabeleceu contactos com as tribos Borôro, Nambikuára e Paresí. Para ele, essas sociedades indígenas não eram nem selvagens nem bárbaras; simplesmente, encontravam-se num dos estágios do desenvolvimento geral da civilização humana. Rondon afirmava que não se podia duvidar da autenticidade e do valor dessas sociedades tribais, e que era responsabilidade do Governo dar aos povos aborígines as condições necessárias à sobrevivência. Vários outros jovens oficiais do Exército compartilhavam dessa filosofia humanista. Em 1910, eles conseguiram convencer o Governo a criar um órgão especial para a proteção das tribos indígenas.

O Coronel Rondon foi nomeado primeiro diretor do novo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Como diz o nome, o SPI não era um órgão encarregado de administrar os assuntos indígenas, e sim uma instituição cujo objetivo era proteger os índios contra atos de perseguição e opressão nas áreas pioneiras. A legislação que estabeleceu o SPI, mais tarde incluída em várias constituições brasileiras, declarava explicitamente ser obrigação do Governo brasileiro proteger os indios dos efeitos destrutivos da colonização interna e defender sua vida, liberdade e direito de propriedade diante do extermínio e

[4] Vincenzo Petrullo, "General Cândido Mariano da Silva Rondon: Sertanista e Indianista", *América Indígena* 2, N.º 1 (México, 1942), 80-3.

[5] Darcy Ribeiro, "A Obra Indigenista de Rondon", *América Indígena*, 19, N.º 2 (1959), 85-113.

da exploração. Além disso, essa legislação reconhecia os direitos dos povos indígenas a existirem em suas próprias terras e a manterem, sob a guarda do Governo, seus costumes antigos e tradicionais.[6]

O aspecto mais inovador dessa política foi a intervenção do Serviço de Proteção aos Índios na ocupação e na colonização de vastas áreas do Brasil. Sob a direção de Rondon, desenvolveu-se uma estratégia original para contactar e pacificar tribos anteriormente hostis. A noção básica por trás dessa estratégia era convencer os índios de que o Governo era diferente de todos os outros agentes nas áreas pioneiras. Grupos de indigenistas desarmados, com a mesma filosofia de dedicação de Rondon, penetravam nos territórios indígenas e colocavam presentes — contas, machados e espelhos — nas proximidades das aldeias. Ali esperavam pacientemente, às vezes durante semanas ou meses, até que os índios saíssem e aceitassem os presentes. Após algum tempo, por fim, os agentes entravam nas aldeias e, usando intérpretes índios, tentavam convencer os chefes de que a intenção do Governo era protegê-los contra a ocupação das terras e as ameaças dos colonos.

Durante esse primeiro período, o lema do Serviço de Proteção aos Índios era: "Morrer se preciso for. Matar, nunca." Através dessa abordagem pacifista, dezenas de tribos foram postas sob a direção e a proteção do SIP. Em suas primeiras décadas de existência, o órgão criou 67 postos indígenas em várias áreas pioneiras do Brasil.

De acordo com o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, o SIP correspondeu aos ideais pacifistas de Rondon nesse período inicial. Durante 20 anos, nenhum índio foi morto ou ferido por indigenistas, embora muitos destes tenham morrido. Entre as tribos pacificadas nesse período estão os Kaingáng de São Paulo e Paraná (1912), cujas terras estão hoje cobertas por plantações de café; os Botocudos (1914) do Vale de Itajaí, hoje uma das regiões mais ricas do Estado de Santa Catarina; os Aimorés (1911) do Vale do Rio Doce em Minas e Espírito Santo, uma área hoje ocupada por cidades, indústrias

[6] Darcy Ribeiro, *A Política Indigenista Brasileira* (Rio de Janeiro, 1962).

e fazendas; os Umutinas (1918) dos rios Sepotuba e Paraguai, cuja pacificação tornou possível a exploração das grandes florestas de ipecacuanha do Brasil; os Parintintins (1922) que impediam a exploração da borracha na região ao longo do rio Madeira e seus afluentes; e os Urubus (1928), que causavam desordens em todo o vale do Gurupi, entre o Pará e o Maranhão.

Contudo, como Ribeiro também observa, "o trabalho de pacificação dos índios destinava-se menos a eles do que à sociedade brasileira como um todo". Os índios aceitavam os presentes e promessas dos agentes do Governo, mas sempre viam seus territórios serem invadidos mais tarde por seringueiros, fazendeiros de gado e colonos. O SIP tentava servir de mediador nesses encontros estabelecendo postos em várias áreas, mas em geral os indigenistas não conseguiram conter os invasores nem influenciar os governos estaduais de modo a obterem títulos legais para as terras indígenas. Em quase todas as áreas onde o SIP funcionava, os índios foram varridos pelas doenças ou tornaram-se populações marginalizadas em minúsculas parcelas de terra.[7]

A situação dos índios brasileiros (1957)

Em 1957, Darcy Ribeiro publicou um extenso relatório estatístico sobre a situação das tribos indígenas do Brasil. O estudo mostrava que, de 1900 a 1957, mais de 80 tribos indígenas entraram em contacto com a sociedade nacional brasileira e foram desculturadas ou destruídas pela doença e a contaminação. Nesse período, a população indígena do Brasil caiu de cerca de 1 milhão para menos de 200 mil. Nas áreas de expansão agrícola, seis tribos aborígines foram extintas. Nas áreas de expansão pastoril (pecuária), 13 tribos desapareceram. Nas áreas de atividades extrativas (borracha e coleta de castanhas, prospecção de diamantes, etc.), assombrosamente, 59 tribos foram destruídas.[8]

[7] Darcy Ribeiro, "Brazil's Indian Frontier", *Americas*, 6, N.º 3 (Washington, D. C., 1954), 18.

[8] O estudo de Ribeiro apareceu originalmente sob o título "Culturas e Linguas Indígenas do Brasil", *in Educação e Ciências So-*

A ameaça de extinção dos últimos povos indígenas remanescentes no Brasil era apenas uma pequena parcela do quadro traçado nesse relatório. Ribeiro mostrava que as tribos que sobreviveram às depredações iniciais, nas frentes pioneiras do Brasil, estavam fortemente despovoadas e vivendo nas condições mais miseráveis.

Os Kaingáng de São Paulo, por exemplo, foram reduzidos de 1.200 pessoas, na época da pacificação, em 1912, para apenas 87 indivíduos esfarrapados e famintos, em 1957. Os Xokléng de Santa Catarina caíram de mais de 800 para menos de 190. Os Nambikuára de Mato Grosso passaram de um número estimado em 10.000 para menos de 1.000. Os outrora orgulhosos e prósperos Kayapós, vivendo na região de Conceição do Araguaia, no Sul do Pará, caíram de 2.500, na época do primeiro contacto, em 1902, para menos de 10 em 1957. Ao longo das fronteiras entre os Estados do Pará e do Maranhão, no vale do Gurupi, as tribos Tembé e Timbira, cuja população foi calculada entre 6 a 7 mil num censo realizado em 1872, estavam reduzidas em 1957 a três aldeias com menos de 20 pessoas cada.

Ribeiro classificou as tribos remanescentes em quatro categorias, dependendo do seu grau de contacto com os agentes da sociedade brasileira: relativo isolamento, contacto intermitente, contacto permanente e integração. Em sua amostra, 27 tribos haviam passado de um estado de relativo isolamento para um *contacto intermitente* com a sociedade brasileira, e estavam sofrendo os piores efeitos da doença e do despovoamento. Ribeiro escreveu em seu relatório:

> A julgar pelos casos conhecidos, os efeitos devastadores de epidemias de gripe, sarampo e outros agentes mórbidos levados por pessoas civilizadas teriam reduzido sua população a pelo menos metade do que era enquanto ainda estavam isolados. Houve transformações completas em seu modo de vida, as quais podem ser

ciais (Rio de Janeiro, 1957), pp. 1-102. Foi traduzido e reimpresso *in* Janice H. Hopper (org.), *Indians of Brazil in the Twentieth Century* (Washington, D. C., 1967), pp. 79-165.

> atribuídas a fatores ecológicos e bióticos, mais do que ao processo de aculturação.[9]

De acordo com Ribeiro, muitas dessas tribos em contacto intermitente com a sociedade brasileira haviam desenvolvido estratégias para lidar com os novos e perigosos invasores em seu meio. Algumas fugiram para a selva ou para áreas não cobiçadas, como último recurso. Outras tentaram manter o terreno e resistir. Basicamente, todas essas tribos estavam tentando preservar sua independência em face de uma ameaça externa cada vez maior.

As 45 tribos classificadas como em *contacto permanente* com a sociedade nacional brasileira enfrentavam uma situação semelhante. O declínio populacional nesses grupos era igualmente grave. A organização social e a vida cerimonial dessas tribos foram rompidas, velhos padrões de cooperação se desfizeram, os sistemas de subsistência nativo foram minados. Tais povos se haviam tornado dependentes da sociedade nacional brasileira e foram forçados a participar das várias economias regionais do país. Ribeiro observou que:

> Ao contrário do índio tribal, o indivíduo em contacto permanente dependia da sociedade nacional como indivíduo e não como membro de um grupo. Sem o antigo sistema de controle social pela quebra das sanções tribais, o grupo estava fadado à desintegração.[10]

Passar do contacto permanente para a *integração* na sociedade nacional brasileira não produzia melhores condições para os índios sobreviventes no Brasil. A respeito dessas tribos integradas, escreveu Ribeiro:

> Na virada do século, seu papel econômico era o de força de trabalho de reserva, ou de produtores especializados de certos bens comerciáveis. Eram uma minoria indesejável, restrita a segmentos

[9] Ribeiro (1957), *in* Hopper, p. 86.
[10] Ribeiro (1957), p. 86.

das terras que antes ocupava ou expulsa de territórios que eram seus de direito, e forçada a vagar de um lugar para outro.[11]

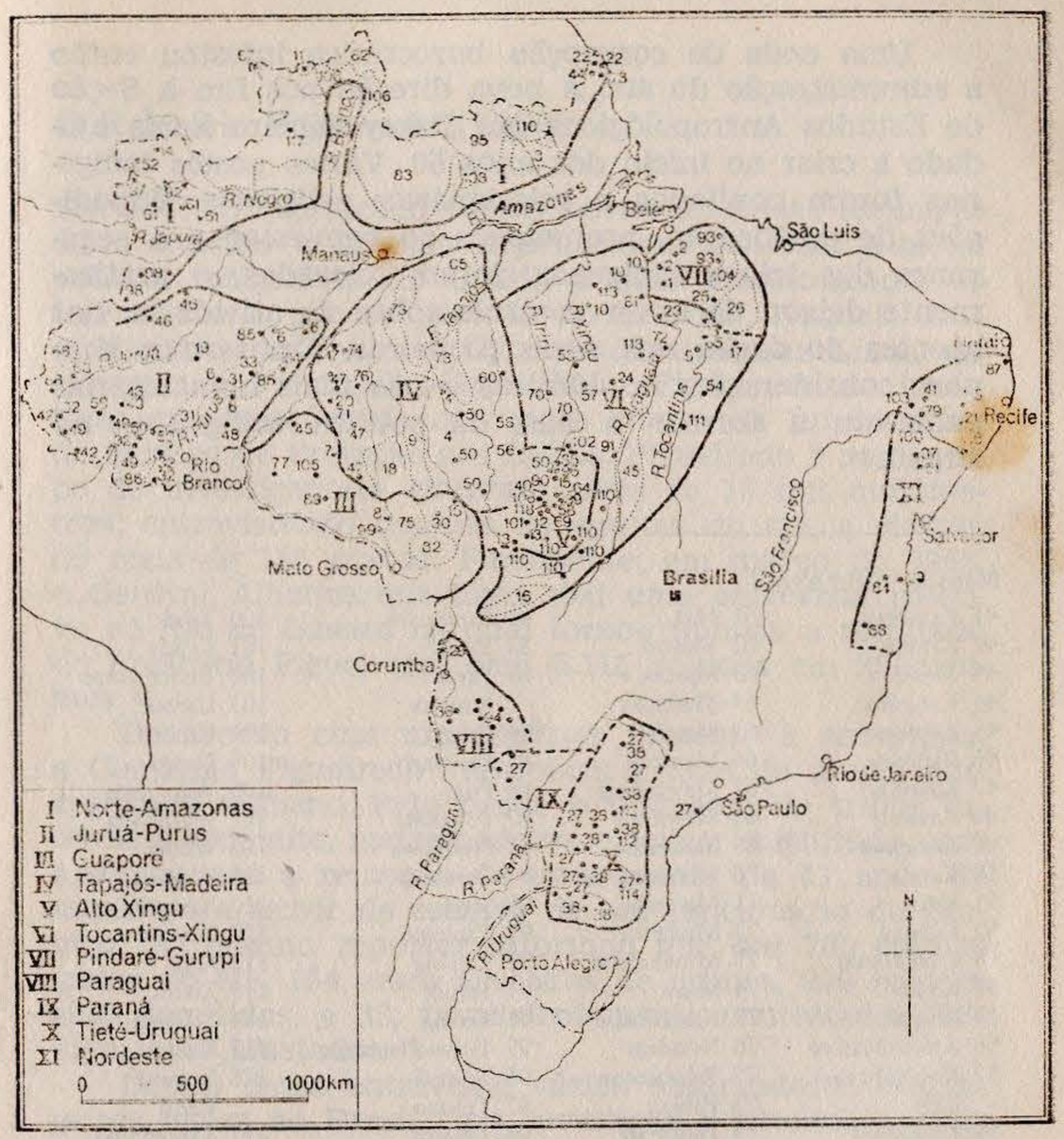
Essas tribos integradas eram 38 em 1957 e, nas palavras de Ribeiro, "suportavam as condições mais precárias de vida na maior miséria". Haviam esquecido sua língua e seus costumes antigos, e viviam como grupos étnicos indigentes e marginalizados na camada mais baixa da sociedade rural brasileira. Diante da discriminação e da exploração, era impossível para as tribos integradas serem assimiladas à vida nacional brasileira. "Algum obstáculo imponderável", escreveu Ribeiro, "bloqueava sua assimilação. Havia um passo final que não conseguiam dar." [12]

Em 1957, a principal concentração de população indígena ainda ficava na Amazônia e nas regiões centrais do Brasil. Mais de 120 tribos habitavam essas imensas áreas, vivendo em pequenos grupos tribais de 100 a 500 indivíduos (ver Mapa 2). A maioria dessas tribos ainda subsistia através de caça, pesca e horticultura, mantendo estreitos vínculos com seus territórios ancestrais. O destino dessas tribos *isoladas*, segundo Ribeiro, dependeria de dois fatores: (1) a natureza da futura expansão econômica do Brasil; e (2) a capacidade do Serviço de Proteção aos Índios para criar um tampão protetor entre os índios e as áreas pioneiras da sociedade nacional. Sem tal proteção, insistia ele, as tribos ainda isoladas seriam contaminadas por doenças e terminariam por desaparecer. [13]

Na época do estudo de Darcy Ribeiro, a política indigenista do Brasil sofria várias mudanças de importância. Do período do pós-guerra em diante, ela foi se tornando cada vez mais ligada à política regional e nacional. Rondon estava velho e tanto ele como muitos de seus colaboradores dedicados haviam perdido a influência sobre os assuntos indígenas. No final dos anos 50, um novo grupo de oficiais do Exército e funcionários públicos começou a assumir posições de poder no SIP.

---

[11] Ribeiro (1957), p. 86.
[12] Ribeiro (1957), p. 87.
[13] Ribeiro (1957), pp. 112-15.



Mapa 2. Brasil: grupos indígenas e áreas culturais

Chave para os grupos indígenas do Brasil

1 Amaneyé	11 Awake	21 Fulniô	31 Jamamadí
2 Anambe	12 Awéti	22 Galibí	32 Jaminâwa
3 Aparaí	13 Bakairí	23 Gavião	33 Jaruára
4 Apiaká	14 Baníwa	24 Gorotíre	34 Júma
5 Apinayé	15 Beiço-de-Pau	25 Guajá	35 Jurúna
6 Apurinã	16 Borôro	26 Guajajára	36 Kadiwéu
7 Arara	17 Canela	27 Guaraní	37 Kaimbé
8 Arikapú	18 Cinta-Larga	28 Guató	38 Kaingáng
9 Aripaktsá	19 Deni	29 Gueren	39 Kalapálo
10 Asuriní	20 Diarrói	30 Irantxe	40 Kamayurá

Uma onda de corrupção burocrática infestou então a administração do SIP. A nova direção pôs fim à Seção de Estudos Antropológicos que Darcy Ribeiro havia ajudado a criar no início dos anos 50. Vários postos indígenas foram confiados a missionários religiosos. Expedições de pacificação, prejudiciais ao bem-estar e à segurança das tribos indígenas, foram toleradas, e praticamente deixou de haver controle sobre as atividades dos agentes do órgão nas áreas pioneiras. Em termos simples, considerações econômicas e não mais humanitárias passaram a formar a base da política indigenista no Brasil.[14]

Mapa 2. Chave *(cont.)*

41 Kambiwá	61 Makú	81 Parakanân	100 Tuxá
42 Kámpa	62 Makuxí	82 Paresí	101 Txikão
43 Karajá	63 Marúbo	83 Parukotó-Xarúma	102 Txukahamae
44 Karipúna	64 Matipuhy	84 Pataxó	103 Uamué
45 Karitiâna	65 Mawé	85 Paumarí	104 Urubú
46 Katukína	66 Maxakalí	86 Piro	105 Urupá
47 Kawahib	67 Mayongóng	87 Potiguára	106 Wapitxana
48 Kaxararí	68 Mayoruna	88 Poyanáwa	107 Warikyana
49 Kaxináwa	69 Mehináku	89 Puruborá	108 Waurá
50 Kayabí	70 Menkranotire	90 Suyá	109 Wayâna
51 Kiriri	71 Morerébi	91 Tapirapé	110 Xavante
52 Kobéwa	72 Mudjetire	92 Tariána	111 Xerénte
53 Kokraimoro	73 Mundurukú	93 Tembé	112 Xetá
54 Krahó	74 Mura	94 Terêna	113 Xikrín
55 Krikatí	75 Nambikuára	95 Tiriyo-Pianokoto	114 Xokléng
56 Kréen-Akaróre	76 Numbiaí	96 Trumái	115 Xukurú
57 Kubén-Kran-Kegn	77 Pakahanova	97 Tukána	116 Xukurú-Kariri
58 Kuikúru	78 Palikúr	98 Tukúna	117 Yanomamö
59 Kulína	79 Pankarare	99 Tupari	118 Yawalapití
60 Kuruáya	80 Pankararú		

Fonte: "Grupos Indígenas do Brasil", V. Dostal (ed.), *The Situation of the Indian in South America* (Genebra, 1972), pp. 434-42.

[14] Várias fontes, além de Ribeiro (1962, 1970), discutem a desmoralização geral que se deu no SPI no final da década de 50. Ver Carlos de Araújo Moreira Neto, "Relatório Sobre a Situação Atual dos Índios Kayapós", *Revista de Antropologia,* 11, N.os 1 e 2 (São Paulo, 1959), 49-64; Alfred Metraux, "Disaparition des Indiens dans le Brésil Central", *Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research,* 5 (1962), 126-31; e Expedito Arnaud, "O Serviço de Proteção aos Índios: Normas e Implicações", *Museu Paraense Emilio Goeldi, Publicações Avulsas,* N.º 20 (Belém, 1973), 71-88.

O Relatório Figueiredo (1968)

Em 1967, o significado dessas novas diretrizes tornou-se claro quando a atenção internacional concentrou-se na política indigenista do Brasil, a qual anteriormente só interessava a poucas pessoas no exterior. Naquele ano, o Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, encarregou o Procurador-Geral Jader Figueiredo de investigar as acusações de corrupção contra os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios. Figueiredo e sua equipe de investigadores viajaram mais de 16 mil quilômetros, entrevistando dezenas de agentes do SIP, e visitando mais de 130 postos. Finalmente, em março de 1968, o General Albuquerque Lima deu uma entrevista coletiva no Rio de Janeiro na qual tornou público o resultado do Relatório Figueiredo, com 5.115 páginas em 20 volumes.[15]

De acordo com um repórter presente à entrevista, a Comissão Figueiredo "descobriu provas de ampla corrupção e sadismo, indo desde o massacre de tribos inteiras a dinamite, metralhadoras e açúcar misturado com arsênico, até a remoção de uma garota de 11 anos da escola para servir de escrava de um funcionário do Serviço". O mesmo repórter informou que dos 700 empregados do SIP, 134 eram acusados de crimes, 200 haviam sido demitidos, e 38, fraudulentamente contratados, haviam sido afastados.[16]

Depois dessa entrevista, vários observadores estrangeiros foram ao Brasil para investigar a situação revelada no Relatório Figueiredo, embora houvesse rumores de que o relatório fora arquivado e perdido. Um dos observadores era Patrick Braun, adido médico do Departa-

[15] Francis B. Kent, "Brazilians Indignant at Indian Genocide Report", *Los Angeles Times* (22 de março de 1968).

[16] Paul L. Montgomery, "Killing of Indians Charged in Brazil", *New York Times* (21 de março de 1968).

mento Francês dos Territórios de Ultramar, cujas descobertas foram relatadas num artigo publicado no *Medical Tribune and Medical News* (Nova York), intitulado "Denúncia de Guerra de Germes contra os Índios no Brasil". Esse artigo informava que Braun havia visto registros volumosos, nunca antes revelados fora do Brasil. Entre eles havia arquivos dos Ministérios da Agricultura e do Interior, e o Relatório Figueiredo.

Tais arquivos, conforme citações de Braun, continham provas que confirmavam as denúncias de que agentes do SIP e latifundiários haviam usado armas biológicas e convencionais para exterminar tribos indígenas. Indicavam a introdução deliberada de varíola, gripe, tuberculose e sarampo entre tribos da região de Mato Grosso, entre 1957 e 1963. Além disso, os arquivos do Ministério do Interior sugeriam ter havido a introdução consciente de tuberculose entre as tribos do Norte da Bacia Amazônica entre 1964 e 1965. Braun afirmou ter visto provas de que os organismos infecciosos "foram deliberadamente levados aos territórios indígenas por latifundiários e especuladores utilizando um mestiço previamente infectado". Sem imunidade contra essas doenças introduzidas, de acordo com Braun, um número incontável de índios morreu rapidamente.[17]

Outro observador estrangeiro que foi ao Brasil investigar essas denúncias, o jornalista britânico Norman Lewis, publicou em fevereiro de 1969 um artigo no *Sunday Times* de Londres intitulado "Genocídio — de Fogo e Espada a Arsênico e Balas, a Civilização Mandou Seis Milhões de Índios para a Extinção". O artigo traçava a história das relações entre índios e brancos no Brasil e dava provas de que o Serviço de Proteção aos Índios era um dos principais cúmplices em vários crimes contra os índios.

De acordo com Lewis, mais de 100 indigenistas, incluindo dois dos recém-empossados diretores do SIP, se haviam aliado a latifundiários e especuladores para roubar e matar sistematicamente os índios. Lewis informou que o Major Luís Neves, ex-chefe do SIP, fora acusado

[17] O relatório de Braun é citado no artigo "Germ Warfare Against Indians is Charged in Brazil", *Medical Tribune and Medical News* (8 de dezembro de 1969).

de 42 crimes, inclusive cumplicidade em vários assassinatos, roubo e venda ilegal de terras dos indígenas, e um desfalque de 300 mil dólares. Citando o Procurador-Geral Figueiredo, Lewis escreveu que "não é apenas pela malversação de fundos, mas pela admissão de perversões sexuais, assassinatos, e todos os outros crimes enumerados no código penal contra os índios e suas propriedades, que se pode ver que o Serviço de Proteção aos Índios foi, durante anos, um antro de corrupção e assassinatos indiscriminados".[18]

Os relatos de Braun e Lewis, assim como vários pronunciamentos de sociedades antropológicas e científicas, tornaram-se grande fonte de problemas para o novo Governo militar do Brasil e produziram momentaneamente uma onda de protesto no mundo inteiro. Vários jornais, por exemplo, acusaram o Governo brasileiro de consentir numa política de genocídio contra as tribos indígenas remanescentes e exigiram uma investigação imediata pelas Nações Unidas. Até mesmo um dos mais importantes jornais brasileiros, o *Jornal do Brasil*, teve a coragem de escrever: "A investigação do Serviço de Proteção aos Índios vai acabar nas Nações Unidas. O crime é genocídio e violação dos direitos humanos. É melhor que crimes como esses sejam expostos para que nossa vergonha seja vista à luz do dia."[19]

Até hoje não se sabe com certeza por que o Governo brasileiro trouxe a público as descobertas do tão controvertido Relatório Figueiredo. Uma das principais razões deve ter sido o importante papel que o General Albuquer-

[18] Norman Lewis, "Genocide — From Fire and Sword to Arsenic and Bullets, Civilization Has Sent Six Millions Indians to Extinction", *Sunday Times* (Londres), (23 de fevereiro de 1969).

[19] O trecho do *Jornal do Brasil* foi citado em Dom Bonafede, "Guards Turned Slaughterers of Brazil's Indians", *Washington Post* (9 de junho de 1968). Para alguns exemplos de reações francesas ao Relatório Figueiredo, ver "Le service brésilien de protection des indiens s'est livré a um véritable génocide", *Le Monde* (15 de março de 1968); "Open Letter to His Excellency General Arthur Costa e Silva, President of Brazil", *Current Anthropology*, 9, n.º 5 (dezembro de 1968), 542; e Lucien Bodard, *Le Massacre des Indiens* (Paris, 1969).

que Lima desempenhava na política brasileira da época. Como Ministro do Interior, ele tentou unir os vários setores nacionalistas das Forças Armadas. Enquanto esteve no cargo, não só ordenou a investigação da política indigenista como apoiou um inquérito parlamentar sobre penetração estrangeira nas terras da Bacia Amazônica. Favoreceu, ainda, uma melhor distribuição da renda entre as várias regiões do Brasil e aprovou uma série de medidas econômicas protecionistas defendidas por elementos nacionalistas.[20]

Em resposta às descobertas da Comissão Figueiredo, Albuquerque Lima tomou três decisões. Primeiramente, fechou o Serviço de Proteção aos Índios e conseguiu estabelecer um novo órgão do Governo, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Em segundo lugar prometeu que todos os criminosos envolvidos no escândalo do SIP seriam punidos e que as terras vendidas ilegalmente ou tomadas dos índios seriam devolvidas. E por fim convidou várias organizações internacionais, como a Cruz Vermelha Internacional, a enviar missões de investigação ao Brasil para testemunhar em primeira mão as condições dos Índios.[21]

Todas essas medidas levaram a um enfraquecimento do protesto internacional contra a política indigenista brasileira, e não houve investigação do Governo brasileiro pelas Nações Unidas. Em 1969, ocorreram três fatos que tiveram importantes implicações para o destino das tribos indígenas remanescentes no Brasil. O primeiro foi a morte do Presidente Arthur da Costa e Silva e sua substituição pelo General Emílio Garrastazu Médici. O segundo foi o desaparecimento do General Albuquerque Lima da política brasileira, e sua substituição no Ministério do Interior pelo Coronel José Costa Cavalcanti. O terceiro foi o anúncio de que o novo Governo brasileiro planejava investir 500 milhões de dólares na construção de uma rodovia transcontinental na Bacia Amazônica.

[20] Márcio Moreira Alves, *A Grain of Mustard Seed: The Awakening of the Brazilian Revolution* (Garden City, N. Y., 1973), p. 181.

[21] Francis B. Kent, "Brazil Gets Inquiries on Alleged Indian Slayings", *Los Angeles Times* (29 de março de 1968).

Construir um sistema de rodovias através da imensa e ainda inexplorada Bacia Amazônica era um sonho dos planejadores brasileiros desde o regime de Vargas, nos anos 30. Em junho de 1970, meses após assumir o cargo de novo Presidente do Brasil, o General Médici tornou esse sonho realidade. "O problema inicial da Amazônia", disse ele ao inaugurar a construção da Transamazônica, "é conseguir realmente conhecê-la. Para isso, é vital torná-la mais acessível e mais aberta. Portanto, a política do meu Governo dirige-se basicamente à realização de um gigantesco programa de integração com o duplo objetivo de exploração e colonização."[22]

A construção da Transamazônica teve importantes repercussões na natureza da atenção internacional que se voltava para a situação das tribos indígenas no Brasil. Quase da noite para o dia, foi o desenvolvimento econômico da Bacia Amazônica, em vez da ameaça aos índios brasileiros, que começou a encher as páginas da imprensa internacional.

Os índios e o "milagre"

Quase todos os jornalistas estrangeiros enfocaram o plano de construção da Transamazônica, e os subseqüentes planos de desenvolvimento, como parte do tão aclamado "milagre econômico" brasileiro. Em 1971, um artigo no New York Times, por exemplo, batizava a Transamazônica como "imenso projeto para um grande país". O artigo descrevia o Brasil como "o gigante da América Latina", e dizia que o país tinha "dado largos passos econômicos" no ano anterior, "quebrando todos os recordes estatísticos no comércio e na indústria". A Transamazônica, de acordo com esse artigo, era mais um "passo do gigante", uma estrada que "abriria uma das últimas áreas virgens do mundo" e "aumentaria os recursos econômicos do Brasil".[23]

[22] Citado em William H. Ellett, "Pioneering in the Amazon", *Americas* (outubro de 1972), 24.

[23] "For Brazil, Huge Projects to Fit a Big Country", *New York Times* (25 de janeiro de 1971).

Embora o "milagre econômico" brasileiro estivesse em gestação há muitos anos, ele só despertou a atenção mundial em 1968. De 1965 a 1968, por exemplo, o Produto Interno Bruto do Brasil (o menos diferenciado e mais usual indicador do crescimento econômico) alcançou um sadio índice de 6% ao ano. Entre 1968 e 1972, esse indicador deu um salto excepcional para 10%, alcançando, em 1972, uma taxa de crescimento econômico real de 11,3%. De acordo com os padrões econômicos, o Brasil alcançara então um dos melhores desempenhos econômicos no mundo capitalista.[24]

O crescimento das exportações brasileiras apresentou uma curva semelhante. Apoiadas por uma redução substancial da taxa inflacionária, em 1971 as exportações totalizaram 3 bilhões de dólares. Em 1973, a cifra passou do dobro, colocando o desempenho brasileiro na exportação em mais de 6 bilhões de dólares. Os planejadores brasileiros destacavam que o país levara apenas dois anos (1971 a 1973) para alcançar o mesmo nível de exportações que o Japão produzira ao cabo de seis anos (1958 a 1964). "Enquanto as exportações de muitos países cresciam acentuadamente durante o *boom* econômico de 1973", comentava o *Business Week*, "as exportações brasileiras positivamente explodiam."[25]

Essa fantástica *performance* econômica levou vários observadores estrangeiros a apontarem o Brasil como um caso clássico de modelo do desenvolvimento capitalista de "livre empresa". No auge do entusiasmo pelo "milagre econômico" brasileiro, por exemplo, a Business International Corporation (BIC) publicou um relatório intitulado *Brasil: Nova Potência Comercial na América Latina*. A BIC observava que o Brasil estava no "estágio crítico de seu desenvolvimento". Durante séculos o país fora chamado de "o gigante adormecido das Américas", mas no início da década de 70 ele finalmente "acordava e se erguia". De acordo com a BIC, o Brasil possuía uma "base industrial sólida e variada" e se estava "aceleran-

[24] Robert Moss, "The Moving Frontier: A Survey of Brazil", *The Economist* (setembro de 1972), 1-78.

[25] "Brazil Striving to Become an Export Superpower", *Business Week* (12 de janeiro de 1974), 32.

do para o segundo estágio da industrialização". Essa nova fase de desenvolvimento industrial, segundo o relatório, tornaria o Brasil "competitivo nos mercados mundiais e talvez, no final da década de 70, o transforme numa potência econômica de peso, pelos padrões globais."[26]

Apesar do caráter essencialmente econômico desses estudos, seria errado afirmar que os observadores estrangeiros deixaram de lado a situação dos índios brasileiros depois de 1970. A Transamazônica era um ingrediente importante do "milagre econômico", e cortava uma das áreas mais densamente povoadas por índios no Brasil. Vários artigos que tratavam desse sistema rodoviário também discutiam a ameaça que sua construção traria para as tribos indígenas que encontrasse pela frente. No entanto, a maioria dos artigos era superficial e tendia a se concentrar nos conflitos sangrentos entre as tribos e as turmas de construção das estradas. Como era de se esperar, o Brasil ia para a frente, e para repórteres de países como os Estados Unidos, isso continha todo o mistério, a fantasia e o derramamento de sangue dos mais dramáticos episódios do Oeste americano.[27]

Um tratamento mais abrangente da situação das tribos indígenas, ao longo das novas estradas amazônicas, foi dado pela imprensa européia e por várias organizações internacionais que enviaram comissões de investigação ao Brasil. Em 1970, a primeira dessas comissões, com três representantes da Cruz Vermelha Internacional, visitou o interior do Brasil. Em seguida, em 1971, Robin Hanbury-Tenison realizou um estudo para o Fundo dos Povos Primitivos da Survival International de Londres. Por fim, no verão de 1972, uma equipe de quatro membros da Aborigines Protection Society, de Londres, composta por Edwin Brooks, René Fuerst, John Hemming e Francis Huxley, visitou a região amazônica. A equipe da APS divulgou suas descobertas em vários

[26] Business International Corporation, *Brazil, New Business Power in Latin America* (1971), p. 1.

[27] Ver, por exemplo, o *box* intitulado, "Brazil's Vanishing Indians", que apareceu no artigo "Conquest of the Amazon: How High a Price?", *Newsweek* (3 de julho de 1972), 12.

artigos e num livro, *Tribos da Bacia Amazônica do Brasil, 1972*. Seu relatório serve desde então como base para que o público europeu entenda a situação contemporânea dos povos indígenas do Brasil.[28]

Todos esses relatos contêm grande quantidade de informações e oferecem boa base para avaliar a natureza da reforma na política indigenista realizada pela FUNAI. Em pelo menos duas áreas, porém, essas análises são deficientes. Primeiro: nenhuma delas relaciona a política indigenista brasileira à política mais ampla de desenvolvimento econômico do regime militar. Segundo: nenhuma delas procura explicar sistematicamente como os fatores internacionais, decorrentes da dependência brasileira frente à economia política mundial, contribuem para o extermínio das tribos amazônicas.

A tese central deste livro é que, para compreender a situação dos índios brasileiros, é necessário examinar a história econômica da Região Amazônica e discutir o recente crescimento na economia política do Brasil. Acredito que vários dos relatos fatuais acima citados acentuaram excessivamente os erros burocráticos da política indigenista nacional, deixando de analisar as relações que existem entre essas políticas e a "estratégia de desenvolvimento" mais global para a ocupação da Bacia Amazônica. Um dos muitos objetivos deste livro é demonstrar como a situação atual dos índios da Amazônia, assim como a de vários outros setores sociais, está intimamente vinculada a fatores institucionais responsáveis por aquilo que vários observadores batizaram de "milagre econômico" do Brasil.

Já em 1957, Darcy Ribeiro defendia uma perspectiva política e econômica para o chamado Problema Indígena do Brasil. "A determinação fundamental para o destino das tribos indígenas, da conservação ou da perda de suas línguas e cultura", escrevia Ribeiro nessa época, "está na

[28] Comitê Internacional da Cruz Vermelha, *Report of the ICRC Medical Mission to the Brazilian Amazon Region* (Genebra, 1970); Primitive People's Fund/Survival International, *Report of a Visit to the Indians of Brazil* (Londres, 1971); e Aborigines Protection Society, de Londres, *Tribes of the Amazon Basin in Brazil, 1972*, (Londres, 1973).

sociedade nacional ou até mesmo na economia internacional."[29]

Em outro balanço da política indigenista brasileira, publicado em 1962, Ribeiro alegava que:

> Muito mais do que as garantias da lei, é a falta de interesse econômico que garante ao índio a posse do nicho em que vive. A descoberta de qualquer coisa que possa ser explorada é sinônimo do dia do juízo final para os índios, que são pressionados a abandonar suas terras, ou chacinados dentro delas. E as descobertas econômicas não precisam ser excepcionais para que os índios sejam saqueados.[30]

De acordo com Ribeiro, essas pressões econômicas são tão grandes que o destino até das mais isoladas tribos pode ser determinado por pequenas mudanças na sociedade nacional brasileira ou nas flutuações de mercado da economia mundial. "A cotação da borracha, das castanhas e de outros produtos no mercado de Nova York, ou as perspectivas de paz ou de guerra entre as grandes potências", escreve Ribeiro, "influenciam o fluxo ou o refluxo da onda de extratores dos produtos da floresta, permitindo que as últimas tribos remanescentes sobrevivam, ou condenando-as à extinção."[31]

Num sentido amplo, este livro é uma elaboração a partir das teses políticas e econômicas contidas nos primeiros estudos de Darcy Ribeiro sobre a política indigenista brasileira. Para fundamentar este argumento, contudo, duas coisas são necessárias: primeiro, discutir a "euforia do desenvolvimento" que se voltou para a Bacia Amazônica durante e após a II Guerra Mundial; e em seguida analisar as várias mudanças institucionais importantes que se deram no Brasil desde o movimento militar de 1964. Esses tópicos, que constituem a base de minha discussão da atual política indigenista no Brasil, serão abordados nos dois capítulos seguintes.

[29] Ribeiro (1957), p. 100.
[30] Ribeiro (1962), p. 101.
[31] Ribeiro (1957), p. 100.

PARTE I

A história econômica da Amazônia brasileira

1940 a 1970

2

Planos de desenvolvimento no período do pós-guerra

Nada nos deterá neste movimento que é, no século XX, a maior tarefa do homem civilizador: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando sua força cega e extraordinária fertilidade em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impacto de nossa vontade e de nosso trabalho, deixará de ser um simples capítulo na história do mundo e, assim como outros grandes rios, se tornará um capítulo da história da civilização.

GETÚLIO VARGAS, discurso proferido em Manaus, outubro de 1940.

A primeira indicação de que o Governo brasileiro planejava desbravar e desenvolver a Região Amazônica apareceu em 1940, quando Getúlio Vargas, o grande populista brasileiro e fundador do Estado Novo, viajou através das regiões escassamente povoadas do Norte do Brasil. Vargas foi o primeiro Presidente brasileiro a visitar a Amazônia, e aproveitou a oportunidade para encontrar várias tribos recentemente contactadas. Numa dessas ocasiões, ele distribuiu machados e enxadas entre os índios e deu uma volta de canoa com homens de uma tribo. Os fotógrafos surpreenderam Getúlio fumando charuto com um chefe indígena e registraram sua presença numa cerimônia de dança especial. De volta ao Rio de Janeiro, Vargas anunciou à imprensa a aprovação de um plano para a colonização do distante Estado de Goiás; um entusiástico programa governamental que daria a cada colono uma casa de graça e cinco alqueires de terra da União.[1]

[1] John W. F. Dulles, *Vargas of Brazil: A Political Biography* (Austin, Tex., 1967), p. 208.

Em 5 de outubro de 1940, Vargas voltou à Amazônia. Dessa vez, sua primeira parada foi na imensa plantação de borracha de Belterra, fundada por Henry Ford em 1934, onde Vargas elogiou a forma "planejada", "sistemática" e "racional" pela qual o grande industrial americano havia explorado as riquezas da Amazônia. Em seguida ele chegou a Manaus, onde as elites ofereceram um banquete em sua homenagem. Discursando após o banquete, Vargas proclamou:

Tudo que tem sido feito no Amazonas, quer na agricultura, quer na indústria extrativa, consiste em realização empírica, e deve ser transformado em exploração racional. O que a natureza nos oferece aqui é um presente magnífico, que exige ser cuidado e cultivado pela mão do homem. De (um regime de) colonização esparsa, subserviente a interesses casuais, consumindo energia mas com pouco lucro, devemos mudar para a concentração e fixação do elemento humano.

Nesse discurso, Vargas também disse à sua platéia que:

O marcante movimento de reconstrução consubstanciado no estabelecimento do regime de 10 de novembro (de 1937) não poderia esquecer-vos, pois sois a terra do futuro, o vale promissor na vida do Brasil de amanhã. Vossa entrada definitiva na vida econômica da Nação, como fator de prosperidade e energia criativa, será realizada sem tardar.[2]

Dois dias depois, em 7 de outubro, Vargas foi de avião para Porto Velho, no extremo Oeste da Bacia Amazônica. Ali, numa inesperada entrevista coletiva, Vargas anunciou estar prestes a convocar uma conferência especial entre os países da Bacia Amazônica para discutir problemas mútuos de comércio, navegação, transporte e tarifas. Vargas declarou à imprensa brasileira que:

Não vim à Amazônia com o ponto de vista de um turista, que aqui encontra tantos motivos de espanto e leva consigo impressões profundas. Vim com o propósito de ver as possibilidades práticas

[2] "President Vargas on the Amazon Region", *Brazilian American* (Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1940).

de pôr em execução um plano para a exploração sistemática da riqueza e do desenvolvimento econômico do grande vale.

Durante essa entrevista, Vargas sugeriu que a cura do atraso econômico da Amazônia viria através de colônias agrárias, planejamento sistemático, métodos científicos e medidas técnicas para melhorar as condições de saúde do povo local. Mais importante que isso, em sua viagem Vargas deixou claro que convidaria representantes dos Estados Unidos para qualquer conferência que discutisse o futuro econômico dos países amazônicos. E revelou: "já estão chegando industriais norte-americanos interessados em colaborar conosco no desenvolvimento da Amazônia, onde seu capital e seus recursos técnicos encontrarão uma aplicação segura e remunerativa".[3]

A conferência de países sul-americanos sugerida na entrevista de Vargas em Porto Velho jamais ocorreu. Sua viagem à Amazônia, contudo, marcou uma guinada nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Ainda no final de 1940, diplomatas brasileiros viajavam a Washington para discutir um acordo militar de defesa mútua. Em outubro de 1941, os Estados Unidos assinaram com o Brasil um acordo de empréstimos que prometia 100 milhões de dólares em armas e discutia o possível estacionamento de tropas norte-americanas no Nordeste brasileiro. Em 1942, a aliança entre as duas nações se completou. Novas negociações no mais alto nível elevaram o acordo para 200 milhões de dólares em armas e abriram caminho para a exploração pelos americanos dos ricos recursos minerais do Brasil.[4]

Do ponto de vista da Amazônia, o mais importante desses acordos foi um empréstimo de 100 milhões de dólares do Export-Import Bank para explorar matérias-primas no Brasil, e um contrato de 5 milhões de dólares entre o Governo brasileiro e a Rubber Reserve Company dos Estados Unidos com o fim de aumentar a produção de borracha na Amazônia. Durante a guerra, o Instituto

[3] "The Amazon River and the Task of Man — Conference of Amazon Countries", *Brazilian American* (Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1940).

[4] Frank D. McCann, Jr., *The Brazilian-American Alliance, 1937 to 1945* (Princeton, N. J., 1973).

de Assuntos Interamericanos foi criado em Washington para cordenar as atividades entre os Estados Unidos e seus aliados sul-americanos. Um dos primeiros atos do Instituto foi patrocinar um programa de vários milhões de dólares para exploração mineral, saúde pública, cultivo da borracha e produção de alimentos no Brasil.[5]

Durante a guerra, técnicos do Geological Survey dos Estados Unidos estudaram os recursos brasileiros em materiais estratégicos como chumbo, zinco, talco, manganês, barita e outros. Quando terminou o conflito, já havia uma dúzia de geólogos americanos trabalhando no Brasil.[6]

A II Guerra Mundial marcou uma nova era na história econômica da Bacia Amazônica. Durante os anos finais da guerra, muitos americanos defenderam um programa de desenvolvimento econômico para a Região Amazônica do Brasil. Um deles, Earl Parker Hanson, engenheiro e geógrafo, publicou um panfleto, *A Amazônia: Nova Área Pioneira?* (1944), sob o auspício da Associação de Política Externa dos Estados Unidos. Nesse panfleto, Hanson apresentava a perspectiva de uma nova "corrida de pioneiros" para a Bacia Amazônica nos anos do pós-guerra. Esse documento era importante, pois apresentava um argumento sistemático para o desenvolvimento da Amazônia nos primeiros anos do pós-guerra. Um apêndice traçava a história das relações entre o Brasil e os Estados Unidos.[7]

Fazendo um balanço da penetração na Amazônia durante a guerra, Hanson observou que:

[5] U. S. Government Printing Office, *History of the Office of the Co-Ordinator of Inter-American Affairs* (Washington, 1947).
[6] U. S. Senate, Committee on Foreign Relations, *United States Policies and Programs in Brazil*, Hearings Before the Subcommittee on Western Hemisphere Affairs (Washington, maio de 1971), p. 181.
[7] Earl Parker Hanson, *The Amazon: A New Frontier?*, Foreign Policy Association, Headline Series, N.º 45 (março de 1944). Para uma discussão do papel de organizações tais como a Foreign Policy Association na formulação da política externa americana no pós-guerra, ver G. William Domhoff, 'Who Made American Foreign Policy, 1945-1963?", *in* David Horowitz (org.), *Corporations and The Cold War* (N. Y., 1969), pp. 25-69.

> Terminaram os dias da exploração colonial impiedosa. As nações sul-americanas devem começar a caminhar ativamente para o desenvolvimento global da Bacia Amazônica.[8]

Hanson sublinhava que tal programa já fora proposto no discurso do Presidente Vargas em Manaus, em 1940, mas seu cumprimento havia sido bloqueado por preconceitos e opiniões errôneas. Vários autores, por exemplo, alegavam que a natureza da fertilidade do solo nos trópicos impedia a consideração racional da expansão na região amazônica. Hanson também observava que qualquer generalização sobre a falta de fertilidade do solo desmoronava diante do tamanho da Bacia Amazônica e da riqueza dos solos de aluvião descobertos ao longo das margens de seus rios. Em resposta aos autores que haviam destacado a pobreza dos solos amazônicos, ele escreveu que "ninguém pode prever a forma e a direção de qualquer desenvolvimento futuro".[9]

Quanto aos índios da região, a argumentação de Hanson era a mesma. Durante a guerra registraram-se muitos conflitos entre seringueiros e tribos hostis. Em seu panfleto, Hanson contava como os ataques dos índios Makiritare, ao longo do rio Ventuari na região venezuelana do Orenoco, haviam afastado os seringueiros durante a guerra. Mas ele também lembrava que os índios não impediram a colonização e o desenvolvimento do Oeste americano. Quanto ao caso do Brasil, escreveu:

> Os Governos sul-americanos têm plena consciência de que uma política indigenista realista, que inclua a proteção aos colonos, deve ser parte inevitável de qualquer plano de desenvolvimento.[10]

Concluindo, Hanson afirmava que os interesses políticos e econômicos, e não os obstáculos naturais, é que determinariam o curso do desenvolvimento econômico da Bacia Amazônica. Segundo ele, a tecnologia moderna e o planejamento racional podiam superar os problemas do clima tropical, da baixa fertilidade do solo, das miseráveis condições sanitárias e dos índios hostis. E escrevia:

[8] Hanson, pp. 42-3.
[9] Hanson, p. 47.
[10] Hanson, pp. 52-3.

"O sonho do desenvolvimento amazônico já está hoje firmemente enraizado em alguns países sul-americanos".[11]

De acordo com Hanson, vários fatores poderiam tornar esse sonho uma realidade. Um deles seria a "Política de Boa Vizinhança" dos Estados Unidos que, após a guerra, forneceriam aos vários países sul-americanos ajuda financeira e assistência técnica para o desenvolvimento sistemático da Bacia Amazônica. Outro fator seria o grande excedente de capital que estaria disponível para ser investido na Bacia Amazônica no pós-guerra. E, por fim, havia o interesse cada vez maior dos militares pelos recursos da Região Amazônica.

Referindo-se ao capital disponível no pós-guerra para investimentos na Bacia Amazônica, Hanson escreveu:

> Mostre a um investidor a chance de lucrar com a abertura e a colonização de novas pastagens, a construção de matadouros, usinas de refrigeração, vapores com porões refrigerados; mostre-lhe uma chance de lucrar pondo seu dinheiro em plantações de borracha estimuladas por medidas do Governo, protegidas por tarifas, e possibilitadas por novas políticas de migração, e ele não se importará se esses empreendimentos ficam na Bacia Amazônica ou em outro lugar qualquer.[12]

Hanson lembrava que vários líderes militares americanos, preocupados com questões de "defesa hemisférica", também se interessavam em ter fontes de borracha, e outros suprimentos essenciais num lugar mais próximo do que a Ásia. "Seja qual for a divisão do mundo no pós-guerra, continuará sendo mais fácil proteger as linhas de fornecimento vindas da Amazônia do que aquelas que atravessam o Pacífico."[13]

Por fim, Hanson argumentava que a Bacia Amazônica assumiria uma nova importância geopolítica após a guerra. Até recentemente, segundo ele, o "mundo expandiu-se na direção Leste-Oeste", mas "logo iniciará uma vigorosa expansão" para as áreas inexploradas que existem ao Norte e ao Sul. Com efeito, ele escreveu:

[11] Hanson, p. 81.
[12] Hanson, pp. 72-3.
[13] Hanson, p. 86.

> Se as condições do pós-guerra exigirem a continuação de nosso atual "pensamento econômico hemisférico", sob o qual as Américas se mantêm e crescem juntas, com muito maior probabilidade o fim da guerra assistirá a uma nova corrida pioneira para todas as fronteiras econômicas restantes, do Alasca à Patagônia.[14]

De acordo com esse autor, a Bacia Amazônica, com seus fantásticos recursos naturais e sua posição estratégica para a defesa do hemisfério, alcançaria uma posição crítica nas relações do pós-guerra entre Brasil e Estados Unidos. Tal como vários outros autores da época, Earl Parker Hanson predisse que um grande esforço de desenvolvimento teria lugar na Bacia Amazônica nos anos imediatamente posteriores ao final da guerra.[15]

Mudanças econômicas na Amazônia após a II Guerra Mundial

O panfleto de Hanson em 1944 e o discurso de Vargas em 1940 demonstravam o interesse geral tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil em desenvolver a Bacia Amazônica após a guerra. Na verdade, porém, só várias décadas depois as predições de Vargas e Hanson se realizaram. No período imediatamente posterior à guerra, e durante toda a década de 50, a Bacia Amazônica desempenhou um papel insignificante no desenvolvimento global do Brasil. Para os objetivos deste livro, porém, é importante observar três fatores, pela influência que tiveram sobre a economia da Região Amazônica nesse período.

Primeiramente, em 1942, o Brasil e os Estados Unidos assinaram um acordo bilateral especial para a criação de um grande programa de saúde pública e controle de endemias na Bacia Amazônica. Era o Serviço Especial

[14] Hanson, p. 86.
[15] Para outros relatos, similares ao de Hanson, ver Carleton Beals, "Future of the Amazon", *Survey Graphic* (março de 1941), 149-52; R. H. Sharp, "Amazon Basin, Rich New Frontier?", *Science Digest* (janeiro de 1946), 52-6; e P. van Dresser, "Future of the Amazon", *Scientific American* (1948), 11-15.

de Saúde Pública (SESP). De acordo com documentos do Governo brasileiro, eram três os objetivos do programa do SESP no Brasil. Militarmente, deveria "melhorar as condições de saúde em áreas estratégicas, em particular em relação aos requisitos de nossas Forças Armadas e às de nossos aliados americanos". Economicamente, deveria "possibilitar maior produção de materiais críticos em áreas onde existem más condições de saúde". Política e psicologicamente, "demonstraria com fatos e palavras os benefícios tangíveis da democracia em ação, e ganharia o apoio ativo da população civil". [16]

Entre 1942 e 1960, o Governo americano forneceu 16,8 milhões de dólares ao programa do SESP. Nesse período, mais de 200 técnicos e conselheiros de saúde americanos foram enviados ao Brasil.

O programa do SESP foi importante porque começou a transformar as condições sanitárias e médicas das populações humanas na Bacia Amazônica. Pela primeira vez, doenças como a malária, a bouba, a filariose, os parasitas intestinais, a brucelose, a doença de Chagas e a triquinose foram postas sob certo grau de controle. Em 1948 o SESP já havia construído mais de 40 centros de saúde e 34 postos secundários na Bacia Amazônica. Também construiu hospitais em Belém, Breves, Fortaleza, Manaus e Santarém, e iniciou um programa de treinamento para médicos e pessoal de saúde pública. Em 1960, o programa do SESP foi totalmente encampado pelo Governo brasileiro; segundo alguns observadores, tornou-se menos eficaz. [17]

Um segundo fator de grande importância econômica no período do pós-guerra foi o crescimento da aviação no Brasil. Em 1945, por exemplo, um autor escreveu:

> O Governo brasileiro interessa-se pela aviação no mais alto grau... Está fazendo todo o esforço possível para desenvolver a aviação, tanto militar quanto civil... A grande atividade em treinamento de pilotos, construção de hangares e fabricação de aviões nacionais indica que o Governo tem plena consciência de quão importante é a aviação para o país, e que ele pretende levar esse desenvolvimento até onde puder.[18]

[16] U. S. Department of State, *Cooperative Programs in Health and Sanitation,* Inter-American Series, Publication 3239 (julho de 1948).

[17] Charles Wagley, *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics,* 2.ª edição (Nova York, 1964), pp. 304-5.

Os Estados Unidos também deram assistência técnica para o crescimento da aviação no Brasil. Em 1940, por exemplo, negociaram com o Governo brasileiro a expansão da Panair do Brasil, subsidiária da Pan American Airways. Durante a guerra, esses esforços prosseguiram com o treinamento de pilotos e o fornecimento de aviões ao Brasil. No período do pós-guerra, os Estados Unidos desenvolveram com o Brasil um programa mais extenso de vendas e treinamento, através de uma Agência Interdepartamental especial chamada Programa Cooperativo de Aviação. [19]

Como parte desse esforço no campo da aviação, o Governo brasileiro criou, em 1943, a Fundação Brasil Central, para desbravar as vastas regiões interiores do país. A Fundação Brasil Central trabalhava em estreita relação com a Força Aérea Brasileira e com o Serviço de Proteção aos Índios. No final dos anos 40, a Fundação construiu uma rede de campos de pouso e de estradas de acesso nos Estados de Mato Grosso e Goiás, marcando a primeira penetração na Bacia Amazônica através de rotas que não as fluviais. Faziam parte daquilo que para os brasileiros era a "Grande Diagonal", uma vasta rede de comunicações por terra e ar ligando as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo aos imensos sertões do Brasil central e setentrional. [20]

Por fim, ao longo dos anos 40 e 50, uma corrente contínua de migrantes começou a se deslocar para a região central do Brasil. Em 1949, surgiram relatos dando

[18] Benjamin H. Hunnicutt, *Brazil Looks Forward* (Rio de Janeiro, 1945), pp. 360-1.

[19] U. S. Department of State, *Cooperation with the American Republics in Civil Aviation,* Program of the Inter-Departmental Committee on Scientific and Cultural Cooperation (Washington, D. C., 1947), pp. 33-41.

[20] Para uma descrição de como essa nova rede aérea e rodoviária afetou os índios, ver "Aboriginal Obstacles", *Time* (29 de janeiro de 1945), 46; e "Indians Shoot at Plane", *Life* (19 de março de 1945), 70-2.

conta de que milhares de pioneiros migravam para as áreas selvagens em torno dos rios Tocantins e Alto Xingu. Vinte e seis vôos regulares chegavam toda semana à cidade pioneira de Anápolis, Goiás. Cinqüenta mil brasileiros, ao que se dizia, passavam através dessa região todos os anos a caminho de "comunidades em expansão" que antes da guerra não estavam nos mapas.[21]

Nos anos 50, essa onda de migração interna continuou a crescer. No final da década, terminou a construção da nova capital em Brasília. Ao mesmo tempo, começaram a construção da Rodovia Belém-Brasília. Em 1960, os Estados de Mato Grosso, Goiás e Pará estavam entre as maiores áreas agrícolas e pastoris do Brasil. Essa migração interna, contudo, ocorreu principalmente no Brasil Central e, no início dos anos 60, ainda não havia afetado a região Oeste da Amazônia, de proporções muito maiores.[22]

Em 1962, Charles Wagley, da Universidade Columbia, voltou a uma localidade na Bacia Amazônica que estudara em 1948. Nos primeiros estudos sobre o lugar, Wagley manifestava a esperança de que "um período de rápida mudança social e econômica logo chegaria ao Vale Amazônico". Em 1962, Wagley descobriu que sua esperança ainda não se concretizara. Na segunda edição do livro *Amazon Town: a Study of Man in the Tropics*, escreveu ele:

> A Região Amazônica do Brasil não se estagnou econômica ou socialmente. Mudou, desde 1948, mas não tanto quanto o restante do Brasil. A economia ainda se baseia em indústrias extrativas. As classes sociais e econômicas... são basicamente as mesmas. As comunicações continuam inadequadas; não houve grandes melhoras no sistema de transportes desde 1950. As estradas, com exceção dos arredores de Belém e Manaus, praticamente não se estenderam. Os homens ainda ocupam as áreas ribeirinhas da Amazônia.[23]

---

[21] Willard Price, "Amazonia — Granary Out of the Jungle", *New York Times* (31 de julho de 1949).
[22] Otávio Guilherme Velho, *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária* (Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972).
[23] Wagley, pp. 308-9.

Dois fatores importantes parecem explicar a relativa ausência de desenvolvimento econômico na Bacia Amazônica nas décadas imediatamente posteriores à guerra. Primeiramente, como diz Wagley, durante o período do pós-guerra o Governo brasileiro deu mais ênfase aos programas de desenvolvimento econômico em outras áreas do Brasil. O Governo tomou a si o desenvolvimento industrial no Rio de Janeiro e em São Paulo; construiu enormes projetos hidrelétricos no Nordeste e em Minas Gerais; estendeu linhas de transportes dos centros urbanos até as novas terras cafeeiras do Sul; e promoveu a construção da nova capital federal em Brasília. "A febre de interesse pela Amazônia durante a II Guerra Mundial, e logo após, arrefeceu, e a nação deslocou seu foco de atenção."[24]

Em segundo lugar, durante o período do pós-guerra o Governo brasileiro manteve uma atitude protecionista frente às companhias estrangeiras interessadas em explorar os ricos recursos naturais do Brasil. Um exemplo importante desse protecionismo foi a política brasileira em relação às companhias que pretendiam controlar as reservas de petróleo da Bacia Amazônica.

Desde a década de 20, várias companhias poderosas tentavam conquistar direitos de exploração do petróleo na Amazônia brasileira. Em 1938, o Governo brasileiro respondeu a essas intromissões estabelecendo o Conselho Nacional do Petróleo. O Governo esperava que esse órgão limitasse a penetração estrangeira na Amazônia e terminasse levando à nacionalização de todas as reservas petrolíferas.

Durante a II Guerra, não estava claro se o Brasil seguiria na direção dos anos 30, nacionalizando toda a indústria do petróleo, ou se sucumbiria à influência e às pressões das firmas estrangeiras. Em 1940, por exemplo, a companhia Standard Oil do Brasil propôs a associação do capital estrangeiro ao Governo nacional para a exploração do petróleo no país. E, em 1947, surgiu uma grande campanha política no Brasil para o estabelecimento de uma indústria petrolífera nacional. O *slogan* durante esse período, em que seria a base da campanha eleitoral de Vargas em 1950, era: "O petróleo é nosso".

---

[24] Wagley, p. 307.

Em 1953, Getúlio Vargas introduziu leis para o estabelecimento da Petrobrás, a companhia petrolífera estatal do Brasil. Ao longo dos anos 50, a Petrobrás foi o maior símbolo do nacionalismo econômico no país. No curto espaço de sete anos, as reservas de petróleo brasileiras cresceram de 22 milhões para 600 milhões de barris. Em 1960, a Petrobrás já produzia mais de 45% do petróleo consumido no país. Ao mesmo tempo, começou a construir novas refinarias e a comprar petroleiros para aumentar sua frota.[25]

O estabelecimento da Petrobrás foi um elemento extremamente importante nos acontecimentos do pós-guerra na Bacia Amazônica. Em contraste com o Peru e o Equador, o Brasil recusou-se a deixar que companhias estrangeiras pesquisassem petróleo na Bacia Amazônica, nesse período. O Governo brasileiro preferiu deixar que a região permanecesse economicamente atrasada e subdesenvolvida, em vez de permitir que caísse sob a influência de firmas estrangeiras. Como se verá no próximo capítulo, a posição do Governo brasileiro, em relação aos investimentos estrangeiros em recursos naturais, mudou radicalmente em seguida ao movimento militar de 1964. Após várias décadas de luta nacionalista, o Governo inverteu sua posição quanto aos investimentos estrangeiros na Amazônia e lançou bases para a penetração do capital externo nos ricos recursos petrolíferos e minerais do Brasil.

[25] John D. Winh, *The Politics of Brazilian Development, 1930-1954* (Stanford, Calif., 1970); e Peter Seaborn Smith, "Petrobrás: The Politicizing of a State Company, 1953-1964", *Business History Review* (1972), 182-201.

3

A importância do movimento militar de 1964

A Região Amazônica representa um vigésimo da área deste planeta, um quinto de sua água e um terço de suas florestas. A importância da floresta amazônica é decisiva, sobretudo para o Brasil. Nem tanto por seu atual papel econômico — no momento, contribui com menos de 4% do Produto Nacional Bruto brasileiro — mas por sua riqueza em potencial: possui 79,7% das reservas madeireiras do país, 81% da água doce, metade dos depósitos de minério de ferro, quase 100% do estanho, 93% do alumínio, e o maior depósito de sal-gema do mundo, calculado em 10 bilhões de toneladas. A Região Amazônica também possui o que se imagina ser o maior depósito de petróleo do mundo...

Contudo, só recentemente foram tomadas medidas efetivas para abrir esse grande tesouro, com a decisão do Governo federal de dar passos reais para a ocupação e a "conquista" da região. Até recentemente, os problemas e as dificuldades da Região Amazônica, embora longamente discutidos, de fato nunca foram enfrentados, concretamente, pelos sucessivos governos. Mas algumas das maiores companhias mundiais, especialmente nos campos da mineração, extração de madeira e pecuária, partiram para o trabalho prático, confiantes em que os projetos serão altamente lucrativos.

"The Amazon: Its Treasures Are Being Revealed", *in Brazilian Trends: Economic Development in Brazil* (1972).

O movimento militar de abril de 1964, que substituiu o regime do Presidente João Goulart por um grupo de generais que está no poder desde então, foi, do ponto de vista econômico, uma virada decisiva tanto para o Brasil quanto para a Bacia Amazônica. Nos anos imediatamente posteriores ao golpe, o Governo militar introduziu uma série de novas diretrizes de desenvolvimento

econômico que transformaram toda a economia política do Brasil. Apenas oito anos após o golpe militar, por exemplo, o economista Celso Furtado podia escrever que o Brasil estava "gerando uma nova forma de capitalismo". Durante esse período, vários acontecimentos indicavam que o novo Governo militar estava finalmente disposto a aceitar o desafio da Amazônia e a fornecer os insumos estatais necessários para realizar o sonho que, em 1940, Getúlio Vargas fora o primeiro a expressar em seu discurso de Manaus. Para os objetivos deste livro, importa assinalar quatro desses acontecimentos.[1]

Em primeiro lugar, houve uma série de súbitas transgressões aos códigos brasileiros de minérios, relativamente nacionalistas, de 1934 e 1954. O Código Brasileiro de Minérios de 1934, assim como a legislação petrolífera discutida no capítulo anterior, continha uma série de princípios que refletiam o interesse de governos anteriores na manutenção do controle sobre as riquezas minerais do Brasil. Um desses princípios separava, de um lado, a propriedade da terra e os direitos ao uso do solo e, de outro, a propriedade e o controle da riqueza do subsolo. Um segundo princípio afirmava que a exploração industrial de minerais só poderia ser levada avante mediante licença do Governo federal. Pelo terceiro princípio, tais licenças só poderiam ser concedidas a brasileiros ou a firmas organizadas e registradas no Brasil.

Esses princípios foram todos reafirmados no Código Brasileiro de Minérios de 1954. Logo após a aprovação desse código, várias comissões parlamentares foram designadas para investigar o grau de controle externo sobre os recursos brasileiros em termos de minério de ferro, manganês e bauxita.[2]

A Hanna Mining Company de Cleveland, Ohio, foi uma das primeiras companhias estrangeiras a sofrerem tais restrições legais. Em 1956, a Hanna comprara ações, na Bolsa de Londres, de uma companhia britânica de

[1] Para uma discussão do modelo brasileiro de desenvolvimento, ver Celso Furtado, *Análise do Modelo Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1972).

[2] Informação básica sobre a legislação mineral brasileira encontra-se em "Itabira Iron and the Export of Brazil's Iron Ore", *Revista Brasileira de Economia*, 24, N.º 4 (1970), 157-74.

mineração, a Saint John D'el Rey. Esta jamais fora lucrativa, mas a Hanna aproveitou-se do controle acionário para fazer prospecção de minério de ferro em Minas Gerais. Sob a direção da Hanna, foi armada uma série de combinações empresariais, que incluíam uma subsidiária brasileira da Saint John D'el Rey, a Companhia de Mineração Nova-Limense, e uma nova companhia chamada Águas Claras. No final dos anos 50, a Águas Claras pediu ao Ministério das Minas autorização para realizar todas as operações, desde a escavação do minério até o carregamento de navios de longo curso.

Durante os primeiros anos da década seguinte, o Governo brasileiro levantou uma série de questões quanto à legalidade das atividades da Hanna no Brasil. Em 1961, o Presidente Jânio Quadros iniciou uma investigação que questionava os direitos legais da Hanna a explorar o minério de ferro. Em 1962, o novo Presidente João Goulart usou os resultados dessa investigação como base para um decreto de expropriação.[3]

O golpe militar de 1964 inverteu o processo e abriu caminho para a expansão da Hanna Mining Company no Brasil. Em abril de 1965, exatamente um ano após o golpe, a revista *Fortune* escrevia que "para a Hanna, a revolta que derrubou Goulart... chegou como um ataque de última hora executado pelo Primeiro Regimento de Cavalaria". Ainda não se sabe se a Hanna influenciou os acontecimentos de abril de 1964. O certo é que ela, juntamente com várias outras companhias multinacionais, lucrou diretamente com as novas diretrizes para a mineração instituídas nos anos seguintes.[4]

Nos primeiros dois anos do novo regime militar, foram tomadas duas decisões importantes para garantir a presença da Hanna no Brasil. A primeira foi um decreto presidencial promulgado pelo Marechal Castelo Branco, em dezembro de 1964, anulando as tentativas do Governo Goulart no sentido de criar um monopólio estatal sobre os minérios no Brasil, e endossando o direito de com-

[3] Edie Black e Fred Goff, "The Hanna Industrial Complex: Operations in Brazil", *in NACLA's Latin American and Empire Report* (Nova York, 1969), pp. 1-6. Também: "Iron Ore Deal Raises Squabble", *Business Week* (23 de julho de 1960), 90-2.

[4] "Immovable Mountains", *Fortune* (abril de 1965), 55-6.

panhias privadas a explorar as ricas reservas de minério de ferro do Brasil. A segunda decisão, tomada pelo Tribunal Federal de Recursos, em junho de 1966, deu à Hanna o direito de explorar seus depósitos de minério de ferro de Minas Gerais, há muito ociosos.[5]

Ambas as decisões foram extremamente importantes para o crescimento da Hanna Mining Company no Brasil. No final dos anos 60, ela juntou-se a uma das maiores empresas privadas brasileiras, a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI), para formar uma nova companhia de exploração do minério de ferro, chamada Minerações Brasileiras Reunidas (MBR). Ao mesmo tempo, a Hanna estendia sua influência à indústria petroquímica, em rápido crescimento no Brasil, através da compra de uma participação de 14% na Companhia Unipar, e entrava no lucrativo setor da bauxita, através de um empreendimento conjunto com a Aluminum Company of America.[6]

Por meio de uma série de contactos com poderosos banqueiros, industriais e funcionários governamentais brasileiros, a Hanna Mining Company foi se tornando aos poucos uma das maiores corporações multinacionais no Brasil. No rico triângulo do ferro em Minas Gerais, foi seguida por várias outras companhias internacionais de mineração. Entre elas as seguintes: Samitri, controlada pela Companhia Siderúrgica Burbach-Eich-Dudelang, Samarco, um empreendimento conjunto controlado pela Marcona International; e Ferteco Mineração, companhia na qual o grupo alemão Thyssen possuía o controle acionário.[7]

Enquanto no Brasil meridional surgiam todas essas iniciativas de multinacionais da mineração, na Bacia Amazônica tinha lugar outro grande surto de mineração.

[5] Black e Goff, p. 44.

[6] Raymond Mikesell, "Iron Ore in Brazil: The Experience of Hanna Mining Company", *in* Raymond Mikesell (org.), *Foreign Investment in the Petroleum and Mineral Industries* (Baltimore, 1971), pp. 345-64. Também: "Rip Van Hanna, How a Sleepy Cleveland Relic Became a Wide-Awake Global Entrepeneur", *Forbes* (15 de abril de 1973), 7.

[7] "Brazilian Iron Miners Riding High", *Metals Week* (26 de abril de 1971), 10.

A U.S. Steel Corporation, que possuía uma subsidiária no Brasil desde o início dos anos 20, e fornecera assistência técnica para o estabelecimento da indústria siderúrgica brasileira durante a II Guerra Mundial, desempenhou importante papel na abertura dessa nova área pioneira de mineração.[8]

Em 1967, geólogos da U.S. Steel descobriram um imenso depósito de minério de ferro em 160 mil hectares na serra dos Carajás, no Estado do Pará. Na época a legislação brasileira autorizava uma concessão máxima de 5 mil hectares por companhia. De acordo com notícias de periódicos econômicos, a U.S. Steel tentou contornar a legislação da seguinte maneira: obteve uma concessão para a subsidiária brasileira e registrou mais 31 concessões no nome de vários de seus diretores e empregados. O Ministério das Minas deu à U.S. Steel a primeira concessão, mas adiou durante quase dois anos uma decisão quanto às outras. Então, em 1969, a U.S. Steel anunciou que estava formando um novo empreendimento conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce, estatal, para explorar suas reservas da serra dos Carajás.[9]

Em seguida a esse anúncio, o Governo brasileiro mudou novamente sua legislação na área dos minérios. Pela nova legislação, uma única companhia podia deter direitos sobre 50 mil hectares de terra e registrar mais 30 mil hectares em nome de outras subsidiárias. Isso teve grande efeito sobre as atividades de prospecção de minérios na Bacia Amazônica. Pela primeira vez, desde a II Guerra Mundial, o Governo brasileiro começava a promover ativamente, em vez de limitar, o investimento externo nas riquezas minerais do país. Em conseqüência, a

[8] Para informação básica sobre os primeiros interesses estrangeiros em recursos minerais na Bacia Amazônica, ver: Max Winkler, *Investments of United States Capital in Latin America* (Boston, 1928). Também Arthur Cesar Ferreira Reis, *A Amazônia e a Cobiça Internacional* (São Paulo, 1960).

[9] Yvonne Thayer, "The Carajás Iron Ore Project — A Boost to Amazon Development", *Brazilian Business* (agosto de 1972), 13-14. Também: "Behind the Scene at Carajás: The Geological Picture and Details of the Iron Ore Discovery", *Engineering and Mining Journal* (novembro de 1975), 151-2.

média anual de pedidos ao Governo brasileiro para a exploração de minérios pulou de 2 mil, em 1968, para mais de 20 mil em 1975.[10]

Outro acontecimento importante nesse período foi a introdução de uma série de incentivos fiscais e tributários para promover projetos de pecuária e agroindústria na Bacia Amazônica. Como foi dito na capítulo anterior, ao longo da década de 50 houve uma onda de migração interna para as regiões centrais do Brasil. No final dos anos 60, grandes fazendeiros de gado começaram a dominar essa frente de expansão agrícola. Já em 1966, mais de 1.000 investidores privados haviam estabelecido fazendas de gado a leste e a oeste da rodovia Belém-Brasília.

Capital, administração e tecnologia para esses novos projetos agroindustriais vieram de ricos capitalistas brasileiros dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Uma das maiores fazendas da região, por exemplo, era a Suiá-Missú, propriedade de Orlando Ometo, rico produtor de açúcar de São Paulo. Essa fazenda cobria quase 14 mil quilômetros quadrados, o tamanho do Estado norte-americano de Connecticut. Em dois anos de operação, Orlando Ometo fez limpar 58 mil hectares de terra, construiu uma estrada de acesso de 100 quilômetros e pôs 15 mil cabeças de gado a pastar em sua fazenda.[11]

Em outubro de 1966, essa nova região de pecuária recebeu grande estímulo quando a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) anunciou a criação de um programa de incentivos fiscais e tributários, de longo alcance, para promover a implantação de mais fazendas empresariais na Bacia Amazônica. O objetivo do programa de incentivos da SUDAM era mobilizar companhias de São Paulo e outras partes do Brasil para reinvestirem suas rendas tributáveis em projetos pecuários na Amazônia. Parte dessa legislação dispunha que

[10] Marsha Miliman, "Brazil: Let Them Eat Minerals", *in NACLA's Latin America and Empire Report* (Nova York, 1973), pp. 3-13. Também: Ernest McCrary, "The Amazon Basin — New Mineral Province for the 70s", *Engineering and Mining Journal* (fevereiro de 1972), 80-3.

[11] Juan de Onis, "Brazil is Rolling Back the Amazon Jungle", *New York Times* (17 de janeiro de 1966).

as companhias implantadas na Amazônia antes do final de dezembro de 1974, e consideradas de interesse econômico regional para a SUDAM, estariam isentas de todos os impostos por 10 anos. Uma segunda disposição dava, às companhias, 50% de redução no imposto de renda devido em outras regiões do Brasil, se reinvestissem na Amazônia. Finalmente, uma terceira parte dessa legislação dispunha que a compra de qualquer maquinaria rural estaria isenta de taxas de importação e impostos.[12]

A SUDAM esperava que na década seguinte mais de 500 grandes fazendas de gado fossem estabelecidas dentro desse programa, na Amazônia e nas regiões centrais do Brasil. Uma das primeiras companhias a se aproveitarem do novo programa foi a famosa King Ranch, do Texas. Em 1968, a King Ranch, em colaboração com a Companhia Swift-Armour do Brasil, recebeu autorização para estabelecer uma fazenda de 73 mil hectares em Paragominas, Pará. De acordo com executivos da companhia, os objetivos do projeto da King Ranch consistiam em provar que as tecnologias de pecuária e pastagem usadas no Texas, na Austrália e na Nova Zelândia podiam ser transferidas, com pequenas modificações, para as várzeas tropicais do Pará. Depois da Ring Ranch, muitas outras companhias estrangeiras estabeleceram projetos agroindustriais na Amazônia.[13]

O terceiro evento, ocorrido em dezembro de 1966, indicava que o Governo brasileiro estava prestes a transformar todo o quadro econômico regional do país. O Presidente, Marechal Castelo Branco, reuniu 300 altos funcionários governamentais, planejadores e empresários para uma conferência a fim de discutir o futuro da Bacia Amazônica. O local escolhido foi o navio oceânico *Rosa da Fonseca*, de 10.451 toneladas, com toda a pompa e a euforia da viagem de Vargas à Amazônia em 1940. Durante o cruzeiro, de uma semana, especialistas e empresários do Brasil, Estados Unidos, México, Peru e Alemanha discutiram mais de 50 projetos nos campos da pe-

[12] A legislação da SUDAM está contida na Lei N.º 5174, "Incentivos Fiscais para o Desenvolvimento da Região Amazônica", datada de 27 de outubro de 1966.

[13] Ver Charles J. V. Murphy, "King Ranch South of the Border", *Fortune* (julho de 1969), 132-6.

cuária, agricultura, fibras, açúcar, arroz, sementes oleaginosas e produção de madeira. Finalmente, o *Rosa da Fonseca* aportou em Manaus, e Castelo Branco anunciou a "Operação Amazonas" — um programa governamental especial de 5 anos que gastaria quase 2 milhões de dólares no desenvolvimento de transportes, energia, comunicações e recursos naturais da Bacia Amazônica.[14]

O anúncio da "Operação Amazonas" foi um acontecimento extremamente importante na abertura da Amazônia brasileira. No final dos anos 60, ficou claro que o Governo brasileiro interessava-se por uma abordagem integrada, e não fragmentária, para o desenvolvimento da Bacia Amazônica. Um Ministro de destaque no Governo Castelo Branco declarou em 1967 que "o Brasil resolveu aceitar o desafio amazônico e vai ocupar e explorar a área".[15]

Foi curto o intervalo entre o anúncio da "Operação Amazonas", em 1966, e o fato que iria completar a abertura da Bacia Amazônica: a divulgação do famoso Plano de Integração Nacional de 1970. Na verdade, o fato que precipitou esse novo programa foi uma seca devastadora que atingiu a Região Nordeste do Brasil, na primavera daquele ano. O novo Presidente, General Emilio Garrastazu Médici, visitou o Nordeste e comentou-se que ele ficara "profundamente abalado" com a visão de milhares de retirantes famintos procurando trabalho e comida ao longo das estradas.

Poucos dias após essa visita, o Presidente Médici revelou que seu Governo planejava construir a Rodovia Transamazônica. A nova estrada, segundo Médici, resolveria os problemas agrários do Nordeste, levando a população sem terra dessa região para as terras despovoadas da Amazônia. "Homens sem terra no Nordeste", disse Médici à imprensa brasileira, "terra sem homens na Amazônia".[16]

---

[14] Juan de Onis, "Brazil Begins Project to Develop Amazon Basin", *New York Times* (4 de dezembro de 1966).

[15] James Nelson Goodsell, "Brazil Leaders Plan to Tame and Develop Vast Amazonia", *Christian Science Monitor* (10 de janeiro de 1967).

[16] "A Highway to Save the Stricken Northeast", *Business Week* (14 de novembro de 1970), 34-5.

No papel, o plano do Governo brasileiro para colonizar a Amazônia era impressionante. Uma faixa de terra de 100 quilômetros de cada lado da Transamazônica permaneceria de domínio público e seria distribuída, sob um programa estatal bem financiado, aos colonos vindos do Nordeste. O novo programa seria dirigido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em 1980, o INCRA esperava que mais de 5 milhões de pessoas já tivessem sido transferidas por esse novo programa para as margens da Transamazônica.[17]

Vários informes compararam o programa de colonização do INCRA ao Homestead Act dos Estados Unidos. A cada 10 quilômetros de estrada, por exemplo, o INCRA planejava construir uma *agrovila* para servir a grupos de 48 a 60 famílias. Vinte e duas agrovilas num raio de 50 quilômetros constituiriam uma *agrópolis*. Três dessas agrópolis formariam uma *rurópolis*, centro urbano de atividades industriais e comerciais mais intensas. Cada família de migrantes receberia quatro coisas do INCRA: uma casa modesta com dois hectares de terra limpa; pelo menos 100 hectares de terra, com escritura provisória que permitiria ao agricultor proprietário participar de um fundo de financiamento estabelecido pelo Banco do Brasil e o Banco do Nordeste; salário mínimo durante pelo menos seis meses; e preços garantidos para sua produção agrícola.[18]

O Governo brasileiro alegava que a Transamazônica e o programa de colonização do INCRA seriam fatores críticos para o desenvolvimento econômico global do Brasil. Um estudo publicado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), na época da divulgação desses programas, alegava, por exemplo, que deles adviria uma diminuição dos tradicionais desequilíbrios econômicos regionais. De acordo com esse estudo, o Centro-Sul do Brasil, com as grandes metrópoles industriais de Rio e São Paulo, correspondia a apenas 26% da área do país, mas continha 67% da população e gozava de 83% da renda nacional. Em contraste, o Nordeste cobria 15%

---

[17] Affonso Henriques, "Amazon Giant", *Americas* (fevereiro de 1972), 2-11.

[18] Robert G. Hummerstone, "Cutting a Road Through Brazil's Green Hell'", *New York Times* (5 de março de 1972).

da área do Brasil, mas continha 25% da população e gozava de apenas 13% da renda nacional. Finalmente, havia a Região Amazônica, com 39% da área territorial brasileira, mas contendo então apenas 8% da população e gozando de menos de 4% da renda nacional.

Esse estudo alegava que os novos projetos rodoviários e de colonização, tal como a construção da capital federal em Brasília no fim da década de 50, aliviariam os desequilíbrios regionais e redirigiriam a vida econômica do país das regiões litorâneas do Centro-Sul para a imensa área inexplorada do Norte. A longo prazo, argumentavam os planejadores do Governo, esses programas criariam condições para a integração econômica do Brasil.[19]

Ao inaugurar a construção das novas estradas, em outubro de 1970, o Presidente Médici disse que "a Rodovia Transamazônica será um caminho aberto para permitir aos habitantes do Nordeste colonizar o grande deserto demográfico e começar a utilizar esse potencial até agora inacessível". Durante os cinco anos seguintes, revelou o Presidente, o Governo brasileiro gastaria mais de um bilhão de dólares num programa maciço de construção de estradas, colonização rural, exploração mineral e construção de hidrelétricas e portos na Bacia Amazônica. O novo programa, já então denominado Plano de Integração Nacional (PIN), substituiria a "Operação Amazonas", anunciada em 1966.[20]

Embora alguns membros do regime militar enfatizassem o aspecto "segurança" contido no PIN, a maioria via o plano como o primeiro passo para a futura integração econômica da região mais atrasada e subdesenvolvida do Brasil. Em janeiro de 1973, por exemplo, o Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso publicou um artigo que descrevia o programa para a Amazônia como capaz de provocar uma "transformação dramática da sociedade" brasileira. Isso incluiria a abertura das últimas "fronteiras econômicas" do país, e o desen-

[19] "Brazil: Imperial Road", *Latin America* (6 de outubro de 1972), 319.

[20] Para uma declaração oficial do governo sobre a Rodovia Transamazônica, ver: "Highway Across Amazon to Spur Integration and Development", Brazilian Government Trade Bureau (Nova York, 1970), mimeografado.

volvimento de uma área "econômicamente tênue", cobrindo 5 milhões de quilômetros quadrados de terra. Segundo Reis Velloso, o Governo Federal estava gastando um milhão e meio de dólares por ano em novas tecnologia para desenvolver os recursos da área e levando em conta o equilíbrio ecológico da região. Mais importante que isso, segundo ele, era que:

> Grandes contingentes hoje engajados em simples atividades de subsistência entrarão progressivamente na economia de mercado através de programas destinados a dar, aos pequenos produtores rurais, o acesso ..à terra.[21]

As diretrizes introduzidas pelo Governo brasileiro após 1970 começaram a transformar toda a estrutura econômica da Bacia Amazônica. Para entender a natureza dessas diretrizes, é importante salientar dois pontos. Primeiramente, de modo a financiar seus programas de desenvolvimento, o Governo se viu forçado a pedir grandes somas a instituições internacionais de empréstimos e a bancos estrangeiros. Entre o movimento militar de 1964 e o mês de junho de 1971, por exemplo, o Governo dos Estados Unidos e suas várias instituições internacionais de empréstimos forneceram ao Governo brasileiro mais de três milhões e meio de dólares em ajuda bilateral e empréstimos internacionais. Em 1972, o Brasil ultrapassou o Japão como maior tomador de empréstimos do Export-Import Bank dos Estados Unidos e tornou-se a maior nação devedora do Banco Mundial.[22]

Nesse período, o Governo brasileiro também tomou grandes empréstimos de bancos privados estrangeiros. Em 1970, um estudo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), por exemplo, indicava que a taxa anual de aumento de empréstimos a médio e curto prazo para o Brasil triplicara entre 1965 e 1969. Nesse período,

[21] João Paulo dos Reis Velloso, "Brazil Charts Growth Plan", *New York Times* (28 de janeiro de 1973).

[22] Para uma discussão geral da ajuda e dos empréstimos externos ao Brasil, ver Israel Yost, "Foreign Aid to Brazil: Priming the Pump and Waiting for the Trickle Down", *in NACLA's Latin America and Empire Report* (Nova York, 1973), pp. 14-22.

a taxa anual de obrigações a curto prazo do Brasil crescera oito vezes, atingindo um nível de 388 milhões de dólares em 1969.[23]

Em segundo lugar, na época da divulgação do Plano de Integração Nacional, corporações estrangeiras e multinacionais controlavam os postos de comando da economia brasileira. Esse controle externo aumentou de modo significativo ao longo da década de 60. Um estudo de 1962, por exemplo, revelava que 29 dos 55 maiores "grupos econômicos" do Brasil eram controlados por capitais externos, e que a maioria dos grupos controlados por brasileiros possuía estreitos vínculos com firmas estrangeiras.[24]

Nos últimos anos da década de 60, a principal revista econômica do Brasil informava que dois terços das 50 maiores firmas em suas "500 Maiores Firmas Brasileiras" eram subsidiárias de companhias estrangeiras. Em 1969, 90% da indústria automobilística, 87% da indústria farmacêutica, 73% da maquinaria pesada, 65% da química e dos plásticos, e 33% da siderurgia estavam em mãos estrangeiras no Brasil.[25]

Dados mais recentes para o início da década de 70 dão um quadro semelhante. Um estudo usando informações de 1972 verificou que firmas americanas e de outros países respondiam por 158 das 500 maiores empresas, excluídas as financeiras. No setor manufatureiro, as corporações estrangeiras respondiam por 147 das 300 maiores firmas, e 59 das 100 maiores. "O comportamento das corporações multinacionais", afirmava esse relatório, "é um determinante crítico do desempenho da economia brasileira. Se a desnacionalização e a concentração do mercado de produtos continuarem a crescer, a economia brasileira se tornará cada vez mais vulnerável diante do

[23] Cifras citadas em Peter B. Evans, "The Military, the Multinationales, and the 'Miracle': The Political Economy of the 'Brazilian Model' of Development", *Studies in Comparative International Development*, 9, N.º 3 (1974), 29.

[24] Maurício Vinhas de Queiroz, "Os Grupos Multibilionários", *Revista do Instituto das Ciências Sociais* (Rio de Janeiro, 1965), pp. 47-78.

[25] Eduardo Galeano, "Denationalization and Brazilian Industry", *Monthly Review* (dezembro de 1969), 11-30.

poder dos árbitros externos, nas matrizes das corporações multinacionais."[26]

Na última década, surgiu no Brasil uma nova associação entre as instituições internacionais de crédito, as corporações multinacionais e o regime militar brasileiro. A força dessa associação tem sido um fator primordial para a rápida abertura da Amazônia brasileira. Nas seções seguintes deste livro, pesarei o significado dessa associação para as tribos indígenas da Bacia Amazônica. Um de meus principais objetivos será o de demonstrar que, de várias maneiras, a política indigenista contemporânea está comprometida com a política, mais abrangente, de desenvolvimento econômico, adotada pelo regime militar brasileiro. À guisa de introdução a essa discussão, porém, é necessário retomar nossa narrativa histórica e discutir o significado da importante experiência indigenista criada por Orlando, Claudio e Leonardo Villas Boas no Parque Nacional do Xingu.

[26] Richard S. Newfarmer e Willard F. Mueller, *Multinational Corporations in Brazil and Mexico: Structural Sources of Economic and Noneconomic Power*, Report to the Subcommittee on Foreign Relations, U.S. Senate (agosto de 1975), p. 177.

PARTE II

A política indigenista contemporânea no Brasil

1970 a 1975

4

Os irmãos Villas Boas e a política indigenista no Brasil

Todo o meu trabalho como médico entre os índios do Brasil foi orientado por uma única idéia: que o processo rápido de civilizar o índio é a forma mais eficaz de matá-lo.

Dr. NOEL NUTELS, indigenista brasileiro com mais de 25 anos de experiência médica entre tribos brasileiras.

Estamos exterminando o índio, e da pior maneira possível — convencendo-nos de que somos grandes humanistas, estendendo ao índio as asas da proteção. Mas que espécie de proteção podemos realmente oferecer a ele? Talvez o que nos interesse na verdade seja o pedacinho de terra que o índio ainda possui. Ou, talvez, estejamos procurando uma fonte de mão-de-obra barata. É assim que se pode interpretar todo o humanitarismo que temos imposto ao índio.

ORLANDO VILLAS BOAS, ex-Diretor do Parque Nacional do Xingu, Mato Grosso, Brasil.

Quando a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi criada, em 1967, dois modelos opostos de política indigenista existiam no Brasil. Um desses modelos, de natureza radicalmente protecionista, foi posto em prática, por Orlando, Claudio e Leonardo Villas Boas no Parque Nacional do Xingu. De acordo com esse modelo, as tribos indígenas deveriam ser protegidas pelo Governo federal contra as intromissões das áreas pioneiras nos parques e reservas indígenas, e ser preparadas gradualmente, como grupos étnicos independentes, para se integrarem à sociedade e à economia do Brasil. Em oposição à filosofia dos irmãos Villas Boas havia um segundo modelo

de política indigenista desenvolvido pelo Serviço de Proteção aos Índios nos seus últimos anos de existência, e mais tarde assumido pela FUNAI. De natureza desenvolvimentista, baseava-se na premissa de que os grupos indígenas deveriam ser rapidamente integrados, como força de trabalho de reserva ou como produtores de mercadorias, às economias regionais em expansão e às estruturas de classe rurais do Brasil. A importância desses dois modelos para a política indigenista contemporânea do Brasil será examinada neste capítulo. Para começar, é necessário discutir a filosofia dos irmãos Villas Boas e descrever a importante experiência indigenista por eles criada no Parque Nacional do Xingu.[1]

Os irmãos Villas Boas e o Parque Nacional do Xingu

Orlando (nascido em 1914), Claudio (nascido em 1916) e Leonardo (nascido em 1918, falecido em 1961) Villas Boas eram filhos de uma família brasileira de classe média do Estado de São Paulo. Em 1943, os três juntaram-se à famosa Expedição Roncador-Xingu, que percorreu regiões inexploradas do Brasil Central. Nessa época, alguns nacionalistas temiam que uma das conseqüências da II Guerra Mundial fosse um grande deslocamento de colonos europeus para o interior do Brasil. Em resposta a esses temores, o Governo Vargas organizou a Expedição Roncador-Xingu, para construir uma série de campos de pouso de emergência entre Manaus e o Brasil meridional. Em 1944, a expedição fez contacto com a tribo Xavante, ainda hostil. Em 1946, alcançou as cabeceiras do rio Xingu e fez contactos pacíficos com várias tribos que ocupavam o Alto Xingu. Por fim, em 1953, a expedição atingiu Manaus, estabelecendo uma rota aérea entre o Norte e o Sul do Brasil.[2]

[1] A idéia de distinguir os vários modelos da política indigenista brasileira vem de Roberto Cardoso de Oliveira, *A Sociologia do Brasil Indígena* (Rio de Janeiro, 1972).

[2] "Memórias de Orlando e Claudio Villas Boas", publicado na revista *Visão* (10 de fevereiro de 1975), 24-39.

Num recente relato de suas primeiras experiências, Orlando e Claudio Villas Boas assinalaram que em 1946 as tribos do Alto Xingu viviam praticamente nas mesmas condições que o etnólogo alemão Karl von den Steinen testemunhara em 1884. Em 1946, havia mais de doze tribos distintas na região do Xingu, representando as quatro principais famílias lingüísticas aborígines do Brasil (Tupi, Arawak, Carib e Gê). Com relação às condições então prevalecentes no Alto Xingu, os irmãos Villas Boas escreveram:

> A distribuição das aldeias na região era idêntica; a comunicação e as relações entre elas, as mesmas; os nativos ainda demonstravam a mesma natureza pacífica, a mesma hospitalidade e curiosidade que se transforma, no contacto com estranhos, na atitude ingênua e amigável que tanto impressionou o explorador alemão e inspirou-o a fazer deles um registro altamente detalhado e expressivo.[3]

De acordo com os irmãos Villas Boas, as únicas mudanças apreciáveis na região do Xingu, entre 1884 e 1946, foram a redução substancial no tamanho dos grupos nativos e a introdução de um pequeno número de ferramentas metálicas. Os irmãos atribuem a queda na população aos primeiros ataques violentos de gripe, desinteria e outras doenças infecciosas que começaram a invadir a região 30 anos antes. Aparentemente, nessa época os grupos de índios que habitavam o baixo rio Kurizevo começaram a viajar rio acima e a fazer contacto com colonos brasileiros ao longo do rio Paranatinga, no Posto Indígena Simões Lopes, e em outros lugares. Essas tribos haviam procurado os povoados brasileiros para obter ferramentas, e na volta infectaram outras tribos da região. Os irmãos Villas Boas escreveram que "os índios estavam completamente indefesos diante dessas doenças e praticamente todos morreram. Os poucos que conseguiram voltar às aldeias eram transmissores, e a devas-

[3] Orlando e Claudio Villas Boas, *Xingu, The Indians, Their Myths* (Nova York, 1973), p. 13. [Publicado no Brasil por Zahar Editores, sob o título *Xingu, os Índios, Seus Mitos.*]

tação espalhou-se por um número ainda maior de pessoas indefesas".[4]

Como resultado dessas primeiras experiências com as tribos do Alto Xingu, os Villas Boas decidiram permanecer na região e dedicar suas vidas ao bem-estar e à proteção dos índios. Em contacto com o velho Rondon (que morreu em 1958) e o que restava de seu pequeno e dedicado círculo de indigenistas, os irmãos Villas Boas começaram a reavaliar a história e as conseqüências da política indigenista no Brasil. Eles descobriram que o pior aspecto dessa política era sua tendência a fazer contacto com tribos indígenas para mais tarde descobrir que elas eram varridas pelos interesses econômicos mais poderosos ao longo das fronteiras econômicas do Brasil. Assim, decidiram que era necessário um programa positivo de proteção aos índios — um programa que desse aos índios uma base territorial para manter seus modos tradicionais de subsistência econômica, além de assistência médica contra doenças exógenas.

Os irmãos Villas Boas alegavam ainda que era da responsabilidade do Governo federal fornecer um tampão protetor seguro, entre os índios e a sociedade nacional, sob a forma de parques e reservas indígenas fechados. Com o tempo, os índios se integrariam à sociedade nacional brasileira. Esse processo de integração, contudo, deveria ser gradual, e garantir a sobrevivência, as identidades étnicas e os estilos de vida dos índios.[5]

Em 1952, essa nova filosofia indigenista tornou-se realidade quando o Vice-Presidente do Brasil convocou uma mesa-redonda para debater a criação de um parque nacional indígena na Bacia do Alto Xingu. Na época, estavam maduras as condições para uma discussão como essa no Brasil. De 1950 a 1954, o Serviço de Proteção aos Índios esteve sob a direção de um dos mais dedicados indigenistas do país, José Maria da Gama Malcher. Além disso, durante esse período havia um forte sentimento

[4] Villas Boas (1973), p. 14.

[5] Orlando e Claudio Villas Boas, "Saving Brazil's Stone Age Tribes from Extinction", *National Geographic Magazine*, 134, N.º 3 (setembro de 1968), 424-44.

nacionalista no Brasil e a crença de que um sistema de parques nacionais protegeria o patrimônio natural e histórico do país.

Em 27 de abril de 1952, o Brigadeiro Raimundo Vasconcelos Aboim, Heloísa Alberto Torres, Orlando Villas Boas e Darcy Ribeiro submeteram um documento legal ao Vice-Presidente pedindo o estabelecimento do Parque Nacional do Xingu. Esse documento reclamava do Governo federal a separação de uma grande área na parte setentrional do Estado do Mato Grosso para a criação do primeiro parque indígena do Brasil. O parque seria uma experiência incomparável de proteção às tribos e aos habitats naturais que estas ocupavam, contra os perigos de uma sociedade em meio a uma rápida transformação econômica. Os irmãos Villas Boas foram nomeados primeiros diretores do parque, que foi colocado sob a responsabilidade conjunta do SPI, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, do Instituto Oswaldo Cruz, do Conselho Nacional de Pesquisas e do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso.[6]

Nos anos seguintes, o Parque Nacional do Xingu enfrentou duas grandes ameaças. A primeira foi uma tentativa do Governo do Mato Grosso de fornecer concessões de terra no Parque a companhias e especuladores imobiliários. Uma investigação feita pelo SPI em 1954 revelou que mais de 6 milhões de hectares de terra já haviam sido transferidos desse modo, e que a propriedade legal sobre mais de 75% da área separada para o Parque passara a outras mãos. Através de uma campanha pela imprensa, mobilizada pelos irmãos Villas Boas e por um pequeno grupo de funcionários do SPI, divulgou-se a extensão dessa usurpação de terras, e o Governo federal pressionou o Estado do Mato Grosso para que anulasse os títulos anteriormente concedidos. Por sorte, essa rápida intervenção do Governo federal teve sucesso, e a integri-

[6] Pedro Agostinho da Silva, "Information Concerning the Territorial and Demographic Situation in the Alto Xingu", *in* W. Dostal (org.), *The Situation of the Indian in South America* (Genebra, 1972), pp. 252-4.

dade territorial do Parque Nacional do Xingu foi preservada na época.[7]

No mesmo ano, porém, surgiu uma ameaça mais crucial sob a forma de uma epidemia de sarampo que atingiu quase todas as tribos. Essa epidemia foi tão devastadora, e se espalhou tão depressa, que quase varreu as tribos, já muito reduzidas, da Bacia do Alto Xingu. Entre os Kamayurá, por exemplo, 18 dos 112 membros sobreviventes foram mortos pela epidemia de 1954; dos 38 Awetí, morreram 8; dos 104 Waurá, 21; dos 154 Kuikurú, 10; dos 150 Kalapalo, 40; dos 21 Trumai, 2. O pior é que a epidemia de sarampo foi tão generalizada (100% de pessoas atingidas em quase todas as tribos) que os índios não puderam manter suas atividades de horticultura, caça e pesca. A desnutrição e a fome complicaram o avanço da doença.[8]

Diante desse surto, os irmãos Villas Boas mobilizaram o apoio de um grupo de médicos da Escola de Medicina de São Paulo e de uma equipe de funcionários de saúde pública associados ao Dr. Noel Nutels no Rio de Janeiro. Esse pessoal médico, em associação com a Força Aérea Brasileira, levou imediatamente ajuda à região e felizmente conseguiu interromper a epidemia de sarampo antes que ela destruísse todas as tribos. Depois dessa epidemia, os irmãos Villas Boas organizaram um programa sistemático de saúde pública, vacinações e assistência médica para os índios do Parque. Esse programa mostrou-se inestimável para controlar outras epidemias que atingiram a região do Alto Xingu nos anos 50 e 60. No início da década de 60, com efeito, quase todas as doenças epidêmicas (sarampo, gripe espanhola, doenças pulmonares introduzidas em períodos de contacto anteriores, etc.) foram postas sob controle, e as tribos do Xingu passaram a crescer em tamanho.[9]

---

[7] Roberto Cardoso de Oliveira, "Relatório de uma Investigação sobre Terras em Mato Grosso", *in SPI 1954* (Rio de Janeiro, 1955), pp. 173-84.

[8] Agostinho da Silva, pp. 267-9.

[9] Noel Nutels, "Medical Problems of Newly Contacted Indian Groups", *in* Pan American Health Organization, *Biomedical Challenges Presented by the American Indian* (Washington, D.C., 1968), pp. 68-76.

Em 19 de abril de 1961, o Congresso brasileiro aprovou o Decreto n.º 50.455, que estabelecia as fronteiras legais do Parque Nacional do Xingu. Segundo Orlando e Claudio Villas Boas, o Governo brasileiro tinha dois importantes objetivos em mente ao criar o Parque Nacional do Xingu: (1) construir uma reserva natural onde a flora e a fauna fossem preservadas para o futuro distante do país, como testemunho do que fora o Brasil na época do descobrimento; e (2) estender proteção imediata às tribos indígenas da região, oferecendo-lhes assistência e defendendo-as de contactos prematuros e prejudiciais com as frentes de expansão da sociedade brasileira.[10]

Em 1961, quando de sua criação oficial pelo Congresso brasileiro, viviam no Parque Nacional do Xingu 14 tribos, divididas em duas concentrações principais. Ao Sul, em torno do Posto Indígena Leonardo Villas Boas (antes chamado Posto Capitão Vasconcelos), havia 10 tribos com aproximadamente 700 pessoas: Kamayurá e Awetí (Tupi); Kuikúru, Kalapalo, Matipuhy e Nafuquá (Carib); Waurá, Mahináku e Yawalapiti (Arawak); e Trumai, pertencendo a uma família lingüística isolada. Na parte Norte do Parque, em torno do Posto Indígena Diauarum, havia as tribos Suyá e Txukahamae (Gê), Kayabí (Tupi) e os Jurunas, de filiação lingüística incerta.[11]

Recentemente, a antropóloga brasileira Carmen Junqueira fez uma avaliação dos efeitos da política dos irmãos Villas Boas nas tribos Kamayurá, que vivem na parte Sul do Parque Nacional do Xingu. Junqueira observa que a implementação de uma política protecionista acarretou uma "interferência delicada" no modo de vida dos Kamayurá, provocando várias mudanças estruturais imprevistas nas relações da tribo. Segundo Junqueira, entre as mudanças mais importantes está o alto grau de dependência econômica criada entre os Kamayurá e os agentes indigenistas no Parque.

---

[10] Orlando e Claudio Villas Boas (1973), p. 3.

[11] Eduardo Galvão e Mario F. Simões, "Mudanças e Sobrevivência no Alto Xingu Brasil-Central", *Revista de Antropologia*, N.º 14 (São Paulo, 1966), 37-52.

Durante vários anos, os irmãos Villas Boas forneceram a tribos como a Kamayurá uma ampla gama de ferramentas e de bens materiais. Como resultado dessa política, várias mudanças importantes ocorreram nas relações no interior das tribos e entre os grupos tribais. Entre as mais importantes estava o decréscimo na produção artesanal nativa, e um movimento paralelo de substituição do comércio intertribal por uma maior dependência econômica em relação ao posto indígena. Outra mudança importante foi uma diminuição no poder dos chefes nativos e um aumento correspondente no poder dos empregados do posto indígena. Junqueira escreve:

> Os Kamayurá não escaparam à absorção pela sociedade brasileira. Para subsistir, a economia do grupo tornou-se dependente do fornecimento de bens produzidos por agentes externos. O poder que costumava ficar nas mãos dos chefes indígenas tornou-se centralizado, sendo deslocado para fora dos limites do grupo.[12]

No entanto, Junqueira também alega que essas mudanças não tiveram grandes "efeitos destrutivos" sobre a tribo Kamayurá. Durante o período de sua pesquisa de campo, a população Kamayurá estava crescendo em tamanho. Os índios ainda mantinham sua identidade étnica separada da sociedade brasileira, e eram capazes de integrar culturalmente muitos dos novos bens materiais e idéias disseminados pelo posto indígena. Acima de tudo, o sistema produtivo dos Kamayurá continuava o mesmo que fora no passado. As novas ferramentas introduzidas na tribo permitiram que eles aumentassem a produtividade de suas tradicionais atividades de horticultura, caça e pesca, e liberava-os temporariamente da necessidade de participar mais diretamente da economia de mercado e da estrutura de classes do Brasil.

Em geral, Junqueira afirma que o Parque Nacional do Xingu, sib a direção dos irmãos Villas Boas, foi uma experiência bem-sucedida de protecionismo indigenista.

[12] Carmen Junqueira, *The Brazilian Indigenous Problem and Policy: The Example of the Xingu National Park,* International Work Group for Indigenous Affairs (Copenhague/Genebra, 1973), p. 25.

Ela observa que, a curto prazo, os irmãos Villas Boas conseguiram garantir a sobrevivência das populações indígenas, adotando medidas sanitárias preventivas e controlando todos os contactos entre índios e estranhos. A longo prazo, os Villas Boas tentavam convencer os índios a permanecerem como um povo autônomo até o dia em que entrassem em contacto mais direto com a sociedade brasileira. Com esse objetivo, as inovações eram introduzidas gradualmente, enquanto, ao mesmo tempo, tentava-se preservar a coesão social de cada grupo tribal.

A Fundação Nacional do Índio e a invasão do Parque Nacional do Xingu

Quando a FUNAI foi criada, em dezembro de 1967, parecia que esse novo órgão iria seguir as experiências postas em prática pelos irmãos Villas Boas no Parque Nacional do Xingu. Quando do estabelecimento da FUNAI, o General Albuquerque Lima era Ministro do Interior. Num de seus primeiros atos, ele autorizou o aumento da área do Parque Nacional do Xingu de 22 mil para 30 mil quilômetros quadrados. Ao mesmo tempo, o Ministro reclamava o estabelecimento de várias reservas indígenas (áreas reconhecidas pelo Governo federal como ocupadas por uma única tribo) e a criação de três nvos parques indígenas: o Parque Indígena Tumucumaque, no extremo Norte do Estado do Pará, o Parque Indígena Aripuanã, em Rondônia e no Oeste de Mato Grosso, e o Parque Indígena Araguaia, na ilha do Bananal (ver Quadro 1 com a lista de parques e reservas indígenas no Brasil).[13]

[13] Uma discussão da política de reservas da FUNAI encontra-se *in* Aborigines Protection Society, de Londres, *Tribes of the Amazon Basin in Brazil: 1972* (Londres, 1973), pp. 124-6.

QUADRO 1

Parques e reservas indígenas do Brasil, 1972 (em quilômetros quadrados)

Nome	*Tamanho aproximado*	*Estado ou território*
Parques Nacionais		
Araguaia	19.430	Goiás
Aripuanã	32.000	Mato Grosso/Rondônia
Ituí (proposto)	s.d.	Amazonas
Tumucumaque	26.930	Pará
Xingu	21.600	Mato Grosso
Yanomamö (proposto)	22.700	Roraima
Reservas Indígenas		
Apiaká	1.130	Mato Grosso
Areões	1.430	Mato Grosso
Aripaktsá	1.130	Mato Grosso
Couto Magalhães	620	Mato Grosso
Irántxe	s.d.	Mato Grosso
Kararão	s.d.	Pará
Karitiâna	s.d.	Rondônia
Parakanân	s.d.	Pará
Parecís	5.650	Mato Grosso
Pimentel Barbosa	620	Mato Grosso
Sangradouro	s.d.	Mato Grosso
São Marcos	s.d.	Mato Grosso
Tapayúna	10.250	Mato Grosso
Waimirí-Atroarí	s.d.	Amazonas
Xerente	s.d.	Goiás

Nota: s.d. indica sem dados disponíveis.
Fontes: R.J.A. Goodland e Howard S. Irwin, *Amazon Jungle: Green Hell to Red Desert?* (Amsterdã, 1975), Quadros 12 e 13; e João Américo Peret, *População Indígena do Brasil* (Rio de Janeiro, 1975), Mapa 3.

Em termos de política formal, a reorganização da administração indigenista parecia ser um passo na direção correta. O primeiro artigo do estatuto que estabeleceu a FUNAI, por exemplo, incluía as seguintes disposições:

1. respeito pelas instituições e comunidades tribais;
2. garantia de posse permanente das terras que os índios habitam, e o uso exclusivo dos recursos naturais nas mesmas, de acordo com a Constituição brasileira;
3. preservação do equilíbrio biológico e cultural das comunidades indígenas em contacto com a sociedade nacional; e
4. defesa da aculturação espontânea das comunidades indígenas, em vez de sua aculturação rápida e forçada.[14]

O estatuto acima foi aprovado em 31 de janeiro de 1969, e emendado em 2 de maio de 1969. As disposições contidas nesse estatuto reconheciam as inadequações do antigo Serviço de Proteção aos Índios e refletiam os melhores aspectos da política protecionista desenvolvida pelos irmãos Vllas Boas no Parque Nacional do Xingu. Na época de sua aprovação, tudo indicava que haveria uma grande mudança na natureza da política indigenista no Brasil.

Em 1970, porém, houve uma importante mudança de direção na administração e na filosofia da FUNAI. Em junho desse ano, um ex-oficial da inteligência militar, o General Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, foi nomeado para presidir a FUNAI. Ao assumir o cargo, ele anunciou que a política indigenista seria conduzida dentro do quadro do Plano de Integração Nacional. O General afirmou que a FUNAI, na qualidade de órgão do Ministério do Interior, daria proteção às tribos indígenas, mas essa proteção seria coordenada ao programa mais global para a ocupação e colonização da Amazônia. Num de seus primeiros discursos públicos, o General teria dito que "minorias étnicas como os índios brasileiros devem ser orientadas para um processo de planejamento bem definido, levando em conta sua participação no progresso nacional e sua integração como produtores de bens".[15]

Durante seu primeiro ano à frente da FUNAI, Bandeira de Mello introduziu duas medidas importantes para

[14] Lei N.º 5.371, Fundação Nacional do Índio (5 de dezembro de 1967).
[15] Citado na revista *Visão* (26 de abril de 1971), 26.

implementar essa nova visão da política indigenista na administração da FUNAI. A primeira foi a reintrodução da chamada *renda indígena*, uma instituição especial criada nos últimos anos do SPI. No final da década de 50 e início dos anos 60, uma mentalidade empresarial caracterizava a perspectiva de muitos altos funcionários no SPI. Nesse período, o SPI converteu vários postos indígenas em empresas econômicas onde os índios eram forçados a vender o produto de seu trabalho aos agentes do órgão, e onde as terras e recursos indígenas eram arrendados a estranhos através de direitos à exploração mineral, madeireira ou pecuária. Ao mesmo tempo, o SPI criou um fundo especial, a chamada renda indígena, que representava a renda auferida nas terras dos índios, e que servia para pagar os salários dos agentes indigenistas e aliviar os custos das atividades do SPI. Essas práticas econômicas foram criticadas no Relatório Figueiredo de 1968, e estavam entre as principais razões para a desmoralização e o colapso do SPI.[16]

Em 1970, o General Bandeira de Mello apoiou a reintrodução do fundo da renda indígena na administração da FUNAI. Com base num complicado sistema de contabilidade, a FUNAI criaria um fundo estatal especial formado pela renda ganha na venda dos produtos indígenas e no arrendamento das terras dos índios. Segundo o General, o dinheiro desse fundo iria financiar projetos agrícolas e industriais do Governo, nas reservas indígenas, e seria coordenado com outros esquemas de desenvolvimento regional no Brasil. A longo prazo, argumentava o General, esses programas transformariam as economias nativas de caça, pesca e agricultura, e lançariam as bases para a integração dos índios na economia de mercado e na estrutura de classes do Brasil.[17]

A segunda medida do novo regime da FUNAI foi o anúncio de que a política indigenista seria coordenada ao programa de maciça construção de estradas, planejado para a Região Amazônica. Em outubro de 1970, por exemplo, o Presidente Médici anunciou que a FUNAI estava prestes a assinar um contrato com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para

[16] Roberto Cardoso de Oliveira (1972), pp. 61-76.
[17] Aborigines Protection Society, pp. 133-5.

a pacificação de quase trinta tribos indígenas que viviam ao longo do traçado projetado para a Transamazônica. Esse contrato estabelecia que equipes da FUNAI seriam responsáveis pelo contacto com tribos hostis e sua pacificação. O mais importante era que os agentes da FUNAI teriam duas obrigações: (1) garantir que os índios não serviriam de obstáculo à rápida ocupação da Amazônia; e (2) dar aos operários da estrada proteção contra uma suposta ameaça indígena.[18]

Ao anunciar esse contrato, o Presidente Médici também revelou que um novo Estatuto do Índio estava sendo formulado para fornecer diretrizes à política indigenista na Bacia Amazônica. O esboço original desse Estatuto foi dado a público em outubro de 1970 e continha vários dispositivos que punham em risco a integridade territorial das tribos indígenas. Uma das seções mais extensas e claras do novo Estatuto do Índio, por exemplo, dava poderes ao Presidente do Brasil, assessorado pela FUNAI, para intervir em áreas indígenas e deslocar as tribos fisicamente, com vistas a seis objetivos:

1. cessar lutas entre tribos rivais;
2. combater surtos graves de epidemias que possam levar ao extermínio da comunidade nativa ou qualquer doença que ponha em risco a integridade do silvícola ou grupo tribal;
3. manter a segurança nacional;
4. realizar obras públicas no interesse do desenvolvimento nacional;
5. reprimir a desordem generalizada ou a grilagem; e
6. explorar depósitos do subsolo de interesse relevante para a segurança e o desenvolvimento nacionais.[19]

O significado dessas medidas tornou-se claro na primavera de 1971. Foi então que o Governo brasileiro re-

[18] Para uma declaração oficial sobre a política indigenista ao longo da Transamazônica, ver Fundação Nacional do Índio (FUNAI), *Supysáua: O Índio Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1970).
[19] Estatuto Brasileiro do Índio, Artigo 20, Seção 1, de (a) a (f), tradução inglesa datada de 19 de dezembro de 1973. Ver também Joseph Novitski. "Brazil is Seen Moving Toward Forced Relocation of Tribes", *New York Times* (14 de julho de 1971).

velou que uma estrada ligando a pequena cidade isolada de Xavantina à colônia de Cachimbo em Mato Grosso (BR-080) deveria passar por um trecho de 40 quilômetros na parte Norte do Parque Nacional do Xingu. Originalmente, os mapas do Governo mostravam que essa estrada passaria fora dos limites do Parque. O novo plano exigia uma invasão territorial do mesmo.

O plano de construção da BR-080 chocou os irmãos Villas Boas e produziu uma onda de protesto em todo o Brasil. Vários brasileiros de projeção discordaram das novas prioridades da FUNAI e alegaram que a BR-080 poderia facilmente ser planejada para contornar o Parque Nacional do Xingu. Esses críticos afirmavam que a estrada acabaria com a bem-sucedida experiência indigenista que os irmãos Villas Boas haviam lutado para criar nos últimos 20 anos. Orlando Villas Boas declarou à imprensa brasileira que "os caçadores de propriedades virão com a estrada, e o Parque será definitivamente invadido e perdido".[20]

Altos funcionários da FUNAI responderam a esses protestos alegando que o Parque era uma "falsa experiência" que estava bloqueando "o progresso e desenvolvimento" do Brasil. De acordo com uma nota oficial da FUNAI, o Parque Nacional do Xingu era um "exemplo típico de isolacionismo". A Rodovia Xavantina-Cachimbo, segundo a nota, seria um "elo terrestre vital para o desenvolvimento e a segurança do país" e "levaria os índios a uma participação mais intensa" na economia nacional.[21]

O presidente da FUNAI, General Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, resumiu a importância da construção da BR-080 com as seguintes palavras:

[20] Citado em *O Globo* (6 de março de 1971). Ver também a declaração assinada por 80 etnólogos, antropólogos, historiadores e sociólogos brasileiros em 14 de julho de 1971, publicada como "The Indians and the Occupation of the Amazon", *in* W. Dostal (org.), *The Situation of the Indian in South America* (Genebra, 1972), pp. 338-42.

[21] Notícia oficial da FUNAI de março de 1971 acerca do Parque Nacional do Xingu.

O índio não é cobaia, nem propriedade de meia dúzia de oportunistas. Não se pode deter o desenvolvimento do Brasil por causa do Parque do Xingu.[22]

No final de 1971, operários começaram a construir a Rodovia Xavantina-Cachimbo. Um dos principais grupos afetados por essa estrada era a tribo Txukahamae, povo de língua gê que habitava a parte mais ao norte do Parque Nacional do Xingu. Durante anos, os irmãos Villas Boas haviam cultivado a amizade dos chefes Txukahamae, advertindo-os para o perigo das doenças transmitidas pelos colonos, e tentando convencê-los a ficar dentro das fronteiras do Parque. Quando este foi invadido pela BR-080, os Txukahamae dividiram-se em duas facções. Um grupo, conduzido pelo chefe Rauni, seguiu o conselho dos Villas Boas e mudou sua aldeia para mais perto do Posto Diauarum. Outro grupo, chefiado por Krumari, mudou-se para perto dos trabalhadores e da estrada.

Em novembro de 1973, o *Jornal do Brasil* informava que uma epidemia de sarampo, transmitida pelos trabalhadores da estrada, havia atingido o grupo de Krumari. Um mês antes, quatro índios haviam morrido, e 20 corriam perigo de vida. Enquanto isso, mais 70 Txukahamae eram transferidos para um hospital do Governo em Santa Isabel do Morro, no Araguaia, mas os médicos não tinham remédios para dar assistência à tribo. "Estamos sem antibióticos", disse à imprensa um jovem médico. "e precisamos urgentemente de vitaminas, analgésicos e remédios antitérmicos. Os índios estão chegando com sarampo e broncopneumonia e se encontram num estado crítico de subnutrição."[23]

Acompanhando essa notícia, uma foto mostrava vários índios deitados em colchões no chão do hospital, cobertos apenas com lençóis. Para piorar as coisas, em dezembro de 1973 outra epidemia atacou a tribo Txukahamae. Dessa vez a notícia dizia que os transmissores eram trabalhadores agrícolas que limpavam terras para

[22] Citado na *Folha da Tarde* (10 de março de 1971).

[23] Citado no *Jornal do Brasil* (15 de novembro de 1973).

fazendas de gado ao longo dos dois lados da Rodovia Xavantina-Cachimbo.[24]

A administração de Bandeira de Mello durou de junho de 1970 a março de 1974. Nesse período, um novo modelo de política indigenista foi institucionalizado no Brasil. Seus principais objetivos eram: (1) integrar os índios, o mais rápido possível, à economia de mercado em expansão e à estrutura de classes do Brasil; e (2) garantir que os índios não ofereceriam obstáculos à ocupação e colonização da Amazônia.

Nos capítulos seguintes, discutirei o que esse novo modelo de política indigenista tem significado para as tribos da Bacia Amazônica. A discussão começará com uma avaliação do programa de pacificação desenvolvido pela FUNAI ao longo da rede Transamazônica. Passarei então a discutir a política fundiária da FUNAI e a descrever seus efeitos sobre as tribos do Parque Indígena Aripuanã. Finalmente, discutirei a frente de expansão da mineração na Bacia Amazônica e a natureza da política indigenista atualmente implantada ao longo das rodovias Perimetral Norte e Manaus-Boa Vista.

[24] Descrito em *O Estado de São Paulo* (16 de dezembro de 1973). Ver também W. Jesco von Puttkamer, "Brazil's Txukahamêi: Goodbye to the Stone Age", *National Geographic Magazine*, 147, N.º 2 (fevereiro de 1975), 270-82.

5

Expedições de pacificação ao longo da rede rodoviária transamazônica

Ao longo de toda a história do Brasil, das épocas coloniais mais distintas ao dia de hoje, os esforços de "integração" do índio constituíram o objetivo essencial e quase único da política indigenista oficial. Em todas as épocas, a "integração" do índio foi promovida por meio de guerras justas e pacificação forçada, por dizimação, trabalho forçado, conversão religiosa e muitas outras técnicas que foram ou continuam a ser imaginadas ou sugeridas pelos setores interessados... O índio continua a ser, hoje como sempre, objeto dos mesmos esforços "integracionistas".

"O Índio e a Ocupação da Amazônia", documento assinado por 80 etnólogos, antropólogos, sociólogos e historiadores brasileiros, em 14 de julho de 1971.

Em outubro de 1970, o Governo brasileiro começou a construir várias estradas pioneiras atravessando a Bacia Amazônica. Antes desse data, existiam na Amazônia duas estradas principais: a BR-010, ou Rodovia Belém-Brasília, correndo de norte a sul nas bordas ocidentais da Amazônia; e a Rodovia BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho. Em 1970, o Governo brasileiro começou a construir mais três estradas na Bacia Amazônica: a Transamazônica, com 5 mil quilômetros, correndo de leste a oeste através da Amazônia, do Nordeste do Brasil à fronteira com o Peru; a BR-165, ou Rodovia Santarém-Cuiabá, de norte a sul, atravessando a região Centro-Oeste; e a BR-174, ligando Manaus a Boa Vista (Roraima), ao longo da fronteira setentrional com a Venezuela e a Guiana. Com exceção da BR-174, todas essas estradas estavam prontas em 1974.

Vários fatores explicam a rapidez com que o Brasil foi capaz de construir essa rede de estradas através da Bacia Amazônica. Um dos fatores mais importantes foi o papel que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) assumiu no planejamento do maciço programa brasileiro de construção de estradas. O DNER foi reorganizado em 1969 e, imediatamente, começou a traçar planos para a integração de toda a rede rodoviária federal. De acordo com um documento divulgado pelo Ministério dos Transportes, o principal objetivo do DNER era "formar uma rede unificada de estradas na qual seriam levados em conta os interesses civis e militares visando a integração nacional". Em 1972, o DNER era um dos mais modernos órgãos estatais em seu gênero na América do Sul. Talvez mais do que qualquer outro país, o Brasil estava burocraticamente preparado para construir uma rede rodoviária através da Bacia Amazônica.[1]

Em segundo lugar, os batalhões de engenharia do Exército brasileiro desempenharam importante papel na construção da grande rede rodoviária amazônica. Desde o início, o programa rodoviário da Transamazônica foi um esforço militar. A partir de 1970, o Segundo Batalhão de Engenharia do Exército começou a construir estradas, deitar trilhos, armar linhas de comunicação e construir instalações sanitárias em toda a Região Amazônica. No decorrer do programa de construção de estradas, essa unidade foi responsável pela consolidação das comunicações por terra entre o Oeste da Amazônia e a Região Centro-Oeste, construindo uma estrada através do Acre até a fronteira peruana, além das Rodovias Manaus-Boa Vista e Santarém-Cuiabá. A grande quantidade de conhecimento técnico, equipamento pesado de terraplenagem e apoio de helicópteros, à disposição dos engenheiros do Exército, mostrou ser inestimável para a rápida construção das estradas amazônicas.[2]

[1] Ministério dos Transportes, *A Construção do Brasil Gigante*, Relatório Especial submetido ao Congresso da Federação Rodoviária Internacional (Brasília, 1972), p. 25.

[2] Ministério dos Transportes, p. 65. Ver também Joseph Novitski, "In Amazonia, The Army Are The Good Guys", *New York Times* (11 de julho de 1970).

Em terceiro lugar, nos últimos anos o Governo brasileiro tem sido extremamente bem-sucedido na obtenção de empréstimos internacionais para financiar seu programa de contrução de rodovias federais. Inicialmente, esse programa foi financiado por um Fundo Rodoviário Especial formado com impostos sobre combustíveis e lubrificantes, e com empréstimos obtidos à Agência para o Desenvolvimento Internacional, dos EUA (U.S. AID). No final da década de 60, porém, o Governo brasileiro começou a depender mais de empréstimos internacionais para seu programa de construção de estradas. Entre 1968 e 1972, por exemplo, o DNER recebeu um total de 400 milhões de dólares em empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial. Esses foram os maiores empréstimos já feitos a qualquer país para a construção de estradas na história do Banco Mundial, sendo um fator decisivo para o rápido crescimento da rede rodoviária brasileira.[3]

Em quarto lugar, a assistência técnica estrangeira foi extremamente importante na construção da rede rodoviária transamazônica. Uma das principais áreas dessa assistência técnica foi o fornecimento de técnicas modernas de fotografia aérea e reconhecimento por satélite. Já em 1968, por exemplo, a U.S. AID fornecia uma subvenção de 8,4 milhões de dólares ao governo brasileiro para que este participasse do Programa de Satélites de Observação de Recursos da Terra (*Earth Resources Observation Satellite Program* — EROS) dos Estados Unidos. Em 1970, o Governo brasileiro anunciou o Projeto RADAM (Radar Amazônia), um gigantesco esforço para fotografar e mapear a Bacia Amazônica.[4]

A maior companhia estrangeira envolvida no Projeto RADAM era a Divisão de Serviço Aéreo da Litton In-

[3] Sarita Kendall, "The Development of Transport in Brazil", *Bolsa Review*, 6, N.º 70 (outubro de 1972), 540-50. Ver também: Nathan A. Haverstock, "U.S. Agency Loans to Brazil Worth $1 Billion", *Miami Herald* (28 de janeiro de 1973).

[4] William H. Jones, "Brazil Mapping Amazon Jungle by Radar Sensing", *Houston Chronicle* (1.º de janeiro de 1971). Ver também "New Clues to the Resources in the Earth", *Business Week* (27 de janeiro de 1975), 116-20.

dustries, dos Estados Unidos. Em colaboração com a Goodyear Corporation e vários órgãos governamentais e firmas brasileiras, a Litton realizou um mapeamento aéreo detalhado de toda a hidrologia, geologia, geografia, distribuição de florestas e vegetação da Bacia Amazônica. Um jornal citou essas palavras do presidente da Divisão de Serviço Aéreo, em 1972: "O trabalho da Litton no Brasil para o projeto RADAM, em associação com a LASA, principal firma de engenharia civil do país, realizou em menos de um ano o que teria levado um quarto de século para ser feito por expedições de levantamento convencionais." [5]

Finalmente, várias companhias multinacionais da Europa e dos Estados Unidos forneceram ao Governo brasileiro equipamento pesado de terraplenagem para a construção das estradas amazônicas. Entre essas companhias, uma das maiores era a subsidiária da Caterpillar Tractor Company. Entre 1970 e 1972, a Caterpillar do Brasil vendeu mais de 700 peças de maquinaria no valor de 47 milhões de dólares aos Batalhões de Engenharia do Exército e às sete companhias privadas contratadas para construir a Transamazônica. Em 1972, a Caterpillar controlava sozinha cerca de 70% do mercado de 125 milhões de dólares da terraplenagem no Brasil. Um executivo da Caterpillar do Brasil disse a um repórter da *Business Week* que "nosso mercado crescerá, freqüentemente, mais rápido que o PNB de um país, dependendo de como esse país aloca seus recursos. Isso é particularmente verdadeiro no Brasil, onde tanto está sendo feito em estradas, aeroportos, mineração e projetos hidrelétricos." [6]

No contexto dos fatores acima enumerados pode-se compreender a situação crítica que as tribos indígenas enfrentaram ao longo das margens das estradas amazônicas. Como se viu no capítulo anterior, em outubro de 1970 a FUNAI assinou um contrato com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para a pacificação de tribos indígenas ao longo das Rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá. De acordo com a FUNAI, havia mais de 5 mil índios vivendo na área des-

[5] "Litton Maps Amazon", *Oil Daily* (10 de outubro de 1972).
[6] "Cats Slice Out a Highway in the Jungle", *Business Week* (8 de janeiro de 1972), 34.

sas estradas, dispersos entre mais de 29 grupos tribais. Doze dessas tribos só tinham contatos esporádicos com a sociedade brasileira. Muitas outras eram hostis às intromissões externas e haviam conseguido expulsar estranhos, no passado. Duas das primeiras tribos a serem pacificadas pela FUNAI foram os Parakanân e os Kréen-Akaróre. É instrutivo considerar o que aconteceu com essas tribos em conseqüência da política da FUNAI e da construção das estradas.

A pacificação das tribos Parakanân e Kréen-Akaróre

Os Parakanân e seus vizinhos, os Akuawa-Asurini, eram uma tribo de língua Tupi localizada a sudoeste de Belém, no Estado do Pará. Os primeiros contactos dos Parakanân com agentes da sociedade brasileira ocorreram no início da década de 50, quando trabalhadores da Rodovia do Tocantins começaram a derrubar um trecho de floresta em suas terras. Em 1953, o SPI interveio na área e fez a primeira tentativa de pacificar a tribo Parakanân, estabelecendo um posto indígena e colocando 190 índios sob sua proteção. Esses primeiros contactos tiveram um efeito devastador para a tribo Parakanân. Apenas um ano após sua pacificação inicial, mais de 50 índios morreram de gripe, e os remanescentes da tribo Parakanân fugiram para a selva, fora do alcance do SPI. [7]

Após essa primeira experiência, os Parakanân foram suficientemente astuciosos para evitar qualquer contacto com colonos brasileiros. Em 1970, o Governo brasileiro revelou que a nova Rodovia Transamazônica atravessaria o território dos Parakanân. No final de 1970, agentes da FUNAI tentaram pacificar e atrair a tribo Parakanân. Mais uma vez, essa expedição de pacificação foi desastrosa para a tribo. Imediatamente após sua pacificação, 40 membros da tribo Parakanân foram atacados por gripe. Fotos tomadas algumas semanas após essa expedição de pacificadores mostravam os homens da tribo com os

[7] Roque de Barros Laraia e Roberto da Matta, *Índios e Castanheiros: A Empresa Extrativa e os Índios no Médio Tocantins* (São Paulo, 1967), p. 35.

corpos pintados de preto. Aparentemente, os Parakanân pintaram-se de preto em sinal de luto pela morte recente de membros da tribo.[8]

Na primavera de 1971, as condições foram ficando piores para a tribo Parakanân. Os trabalhadores da Transamazônica começavam então a invadir o território da tribo, embora uma reserva indígena tivesse sido supostamente decretada, para proteger os Parakanân. Durante esses contactos iniciais, tem-se notícia de que trabalhadores da estrada deram presentes aos homens Parakanân e violentaram várias índias. Os relatos também davam conta de que agentes da FUNAI haviam praticado violências sexuais contra algumas mulheres da tribo.[9]

Em novembro de 1971, um médico brasileiro chamado Antônio Madeiros visitou uma aldeia Parakanân a 38 quilômetros da Transamazônica. Madeiros relatou que existia um "quadro de prosmicuidade" entre os índios e gente de fora. Em suas investigações médicas, Madeiros descobriu que 35 índias e dois agentes da FUNAI tinham doenças venéreas. Além disso, descobriu que oito crianças da aldeia nasceram cegas e pelo menos mais seis haviam morrido recentemente de desinteria. Para piorar as coisas, em fevereiro de 1972 outra epidemia de gripe atacou a tribo Parakanân. Uma equipe médica foi levada às pressas para a aldeia, mas foi de pouca valia pela falta de remédios e suprimentos suficientes, e vários índios morreram.[10]

Em maio de 1972, um dos mais dedicados agentes indigenistas do Brasil, Antônio Cotrim Soares, abandonou a FUNAI. Antônio Cotrim tinha uma posição importante na frente da Transamazônica, mas se aborreceu

[8] Para uma descrição da expedição inicial da FUNAI em busca dos Parakanân, ver: "Transamazônica: Índios no Caminho", na revista *Veja* (8 de dezembro de 1970).

[9] Aborigines Protection Society, de Londres, *Tribes of the Amazon Basin in Brasil: 1972* (Londres, 1973), p. 89.

[10] "The Politics of Genocide Against the Indians of Brazil", documento apresentado ao XLI Congresso Internacional de Americanistas, Cidade do México (1974). Transcrito *in* INDIGENA e American Friends of Brasil, *Supysáua: A Documentary Report on the Conditions of Indian Peoples in Brasil* (Berkeley, Calif., 1974), p. 36.

com a falta de apoio da FUNAI a ele e a outros experientes agentes indigenistas. Cotrim revelou numa entrevista à imprensa brasileira que a infecção da tribo Parakanân com doenças venéreas não foi um incidente isolado. Representava, segundo ele, parte de um quadro brutal que passara a caracterizar a situação de quase todas as tribos recentemente contactadas ao longo das estradas transamazônicas.[11]

Numa entrevista muito divulgada, Cotrim descreveu como ele havia sido enviado a uma frente pioneira no Para e como uma epidemia de gripe, trazida por um missionário visitante, havia eclodido na tribo Jandeavi. Segundo Cotrim, ele enviara uma mensagem urgente à sede da FUNAI pedindo suprimentos médicos, mas estes demoraram mais de 48 dias para chegar. Dezesseis dos 26 membros da tribo já haviam morrido.[12]

O mais importante é que as denúncias de Cotrim destacavam as diretrizes econômicas que passavam cada vez mais a caracterizar a política indigenista no Brasil. "Estou cansado", disse Cotrim ao se demitir da FUNAI, em maio de 1972, "de ser um coveiro de índios... Não pretendo contribuir para o enriquecimento de grupos econômicos à custa da extinção de culturas primitivas."[13]

Segundo Cotrim, os direitos dos índios estavam sendo sacrificados no Brasil em prol de projetos rodoviários e de desenvolvimento. Afirmava ser impossível proteger esses direitos quando o Ministério do Interior tinha a responsabilidade pelo desenvolvimento do interior, sendo ao mesmo tempo a autoridade que controlava os assuntos indígenas.

Poucos meses após a saída de Cotrim, uma equipe de quatro membros da Aborigines Protection Society (APS) de Londres visitou a aldeia Parakanân, agora chamada Espírito Santo. Ficava a alguns minutos de vôo da pista construída pela companhia de terraplenagem ao longo da Transamazônica. Em seu relatório, a equipe da APS escreveu:

[11] "Brazil Indian Specialist Assails Policies, Resigns", *Miami Herald* (24 de maio de 1972).

[12] A entrevista com Antonio Cotrim após sua saída da FUNAI apareceu em *Veja* (31 de maio de 1972), 20-1.

[13] Citado na entrevista a *Veja*, p. 21.

A higiene era pavorosa, com excrementos perto das casas e um pobre cachorro perambulando com as costas cobertas por uma imensa ferida supurada, cheia de moscas e larvas. Problemas oculares como estrabismo e (aparentemente) catarata (*sic*) eram evidentes, assim como quistos e vários tumores, inclusive um grande tumor na cabeça de uma mulher. Resfriados eram comuns e o perigo de maior infecção, partindo da vizinha Transamazônica, era dolorosamente visível.[14]

De acordo com a equipe da APS, alguns dos índios dessa aldeia usavam roupas, mas em geral andavam nus e sem ornamentos corporais. Com efeito, a equipe da APS descreveu a aldeia como desprovida de artefatos nativos, embora alguns objetos dessem a impressão de que sua cultura material já fora rica. Desde sua pacificação e deslocamento, informou a equipe da APS, esses índios haviam vendido suas posses culturais a estranhos em troca de armas e munições, e viviam de esmolas dos trabalhadores ao longo da Transamazônica. O mais revelador é que a população dos Parakanân fora reduzida a 80 pessoas e havia todos os indícios de que sua cultura estava sendo destruída rapidamente.[15]

Em seguida à publicação do relatório da APS, as atenções voltaram-se para a pacificação da tribo Kréen-Akaróre, ao longo das margens da Rodovia Santarém-Cuiabá. Erradamente chamados "índios gigantes do Brasil", os Kréen-Akaróre habitavam uma área vizinha ao Rio Peixoto de Azevedo, nas florestas de Cachimbo, ao norte de Mato Grosso. O famoso filme documentário de Adrian Cowell, *A Tribo Que se Esconde do Homem* (*The Tribe That Hides From Man*) revelou esses índios ao mundo através de uma ampla cobertura pela televisão na Europa e nos Estados Unidos. O que aconteceu a eles, desde a filmagem de Cowell, é um dos episódios mais trágicos da moderna história do Brasil.

Já em 1950, os irmãos Villas Boas haviam avistado oito aldeias dos Kréen-Akaróre, de avião. Depois, durante anos, eles tiveram notícias de seus movimentos através dos inimigos tradicionais dos Kréen-Akaróre, a tribo Txukahamae. Durante a década de 50, porém, os irmãos

[14] Aborigines Protection Society, p. 90.
[15] Aborigines Protection Society, pp. 89-90.

Villas Boas sentiram não haver motivos para fazer contacto com a tribo, e assim, durante muitos anos, os Kréen-Akaróre foram deixados em paz em seu território tribal.

A primeira tentativa séria de contacto com a tribo ocorreu em 1967, quando um pequeno bando Kréen-Akaróre foi visto perto da Base Aérea de Cachimbo. A presença dos índios causou uma onda de histeria no pessoal militar da base, e uma esquadrilha de caças vasculhou a selva à procura da tribo. Essa atitude deixou Orlando Villas Boas furioso. Ele explicou que o medo dos militares diante dos índios era totalmente infundado. Os Kréen-Akaróre aproximaram-se da base por curiosidade, como indicava o fato de estarem acompanhados por mulheres e crianças, e haverem deixado arcos, flechas e cestos numa das extremidades da base. Foi citada na época a seguinte declaração de Orlando Villas Boas:

> Basta gritar "Índio!" e todo mundo enlouquece. Os *civilizados* atiram. Voam de avião sobre a selva toda. Um brigadeiro é fotografado atrás de uma metralhadora.[16]

Diante de uma situação tão delicada, em 1968 os irmãos Villas Boas viram-se obrigados a fazer sua primeira expedição em busca da tribo Kréen-Akaróre. Inicialmente, a FUNAI lhes deu apoio para essa expedição, mas quando ficou claro que um contacto pacífico seria difícil e levaria mais tempo do que se pensava, o Governo brasileiro cortou os fundos para a expedição. O resultado foi o fracasso dessa primeira tentativa. Em 1970, os Kréen-Akaróre haviam recuado para as profundezas da floresta de Cachimbo e queimado seus campos e aldeias.

O início da construção da estrada Santarém-Cuiabá, em 1971, deu o impulso final para o contacto com a tribo Kréen-Akaróre. Novamente, a FUNAI recorreu a Orlando e Claudio Villas Boas para dirigirem a expedição. Ao longo de 1971 e 1972, a aproximação entre os irmãos Villas

[16] Para uma descrição dos primeiros contactos com os Kréen-Akaróre, ver: Adrian Cowell, *The Tribe That Hides From Man* (Nova York, 1974). Também do mesmo autor, *The Heart of the Forest* (Nova York, 1961).

Boas e os Kréen-Akaróre encheu as páginas da imprensa brasileira e internacional.

Para construir a Rodovia Santarém-Cuiabá, se estava praticamente forçando os Kréen-Akaróre a deixarem seu santuário. De um lado a tribo tinha o rio Peixoto de Azevedo e o Parque Nacional do Xingu. Do outro estava seu inimigo tradicional, a tribo Apiaká. Vindos do Sul e do Leste, às vezes com poucos dias de diferença, avançavam os 40 membros da expedição dos irmãos Villas Boas e a equipe de topografia da estrada Santarém-Cuiabá.[17]

Durante o verão de 1972, um dos bandos Kréen-Akaróre mais próximos da nova rodovia queimou sua aldeia e tentou uma retirada final para a floresta de Cachimbo. Mas essa fuga falhou e, em 5 de fevereiro de 1973, 30 índios, com as cabeças raspadas e os corpos pintados de preto, entraram no acampamento de Claudio Villas Boas. Um a um, cada Kréen-Akaróre abraçou os exaustos agentes indigenistas e, em seguida, os dois grupos trocaram presentes. No mesmo dia, Claudio Villas Boas mandou uma mensagem de rádio contando o encontro com os Kréen-Akaróre a seu irmão, Orlando, que estava em São Paulo. Imediatamente, telegramas foram enviados ao mundo inteiro. "A civilização", escreveu um jornal norte-americano, finalmente havia "acolhido" a fugidia e hostil tribo dos Kréen-Akaróre.[18]

Alguns dias depois do encontro de fevereiro de 1973, Orlando Villas Boas deu uma entrevista coletiva. Para dar uma idéia da gravidade e da premência da situação, ele explicou minuciosamente a história de sua experiência com a tribo Kréen-Akaróre: a descoberta de oito aldeias em 1950; as expedições malsucedidas de 1967 e 1968; as dificuldades, frustrações e propósitos da expe-

[17] Dois relatórios especiais sobre a expedição dos irmãos Villas Boas aos Kréen-Akaróre foram publicados em *Veja* (8 de novembro de 1972), 44-60; e (14 de fevereiro de 1973), 16-25.

[18] Para informes em jornais americanos sobre o encontro com os Kréen-Akaróre, ver: "Civilization Greets Lost Tribe of Amazon With a Giant Hug", *Boston Globe* (7 de fevereiro de 1973); Marvine Howe, "An Amazon Tribe Takes a Step Out", *New York Times* (11 de feveriro de 1973); e "Party Meets Legendary Brazil Tribe", *Los Angeles Times* (25 de fevereiro de 1973).

dição recente; os temores atuais e as promessas feitas aos índios. Orlando Villas Boas lembrou ter dito à imprensa, no início da última expedição Kréen-Akaróre, que um "crime" estava prestes a ser cometido, e que os esforços dele e de Claudio pretendiam apenas reduzir o grau de violência desse "crime". Nas palavras dele, os Kréen-Akaróre

> viveram felizes até o dia em que foram vistos por aquele avião. Nesse dia começou mais uma tragédia para uma nação indígena. O que em parte nos consola, e nisso estamos concentrando todos os esforços, é que o crime seria maior se não houvesse uma força mediadora como esta, tentando impedir o inevitável choque de duas civilizações.[19]

Finalmente, Orlando Villas Boas voltou-se para os repórteres presentes e suas palavras, escolhidas com dificuldade, ganharam um tom comovente. "Se uma reserva indígena não for demarcada imediatamente para os Kréen-Akaróre, e se uma política positiva de proteção não for desenvolvida em colaboração com os responsáveis pela construção da rodovia Santarém-Cuiabá", disse ele, "então os Kréen-Akaróre, como tantas outras nações indígenas, desaparecerão inexoravelmente. Isso significará sua destruição final."[20]

Um mês depois dessa entrevista, o Presidente Médici assinou um decreto criando uma reserva Kréen-Akaróre. Contrariando, porém, os conselhos dos irmãos Villas Boas, esse decreto não incluía na reserva o território tradicional da tribo Kéen-Akaróre. Além disso, fazia da Rodovia Santarém-Cuiabá uma das fronteiras da reserva. Em poucos meses, esse gesto mostrou-se devastador para os 300 remanescentes da tribo Kéen-Akaróre.[21]

Em janeiro de 1974, menos de um ano após a pacificação dos Kréen-Akaróre, jornais brasileiros citaram um relato de primeira mão do que estava ocorrendo com a tribo, escrito por Ezequias Paulo Heringer, agente indi-

[19] Citado no *Jornal do Brasil* (6 de fevereiro de 1973).

[20] *Jornal do Brasil* (6 de fevereiro de 1973).

[21] "President Médici of Brazil Signs a Decree Creating a Temporary Reservation for the Giant Kréen-Akaróre Indians", *Los Angeles Times* (11 de março de 1973).

genista destacado para investigar as condições na frente de contacto com os Kéen-Akaróre. Segundo Heringer, os Kéen-Akaróre estavam espalhados ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá, confraternizando com os motoristas de caminhão e mendigando comida.

Em seu relato, Heringer acusava um agente indigenista chamado Antônio Souza Campinas de deslocar à força os Kéen-Akaróre para as margens da Santarém-Cuiabá. Aparentemente, vários agentes indigenistas, inclusive Orlando e Claudio Villas Boas, haviam advertido altos funcionários da FUNAI contra a designação de Campinas para dirigir a reserva Kréen-Akaróre. De acordo com esses agentes, Campinas era conhecido como um irresponsável que cometera crimes sexuais contra os índios em outras áreas do Brasil.

Heringer disse à imprensa brasileira que os Kréen-Akaróre haviam abandonado suas lavouras e estavam em situação de doença, fome e desespero. Numa das matérias ele era citado como tendo dito:

> Encontramos duas casas improvisadas ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá e uma população de 35 pessoas, todas sofrendo de resfriados, inclusive o chefe Kréen-Akaróre, Iaquil, que não sabia onde estava... Os costumes da tribo desapareceram, o tabaco e o álcool fazem parte de seus novos hábitos.[22]

No espaço de um ano, a população da tribo Kréen-Akaróre havia sido reduzida de aproximadamente 300 para menos de 135. Foi então que, em 1974, Orlando Villas Boas iniciaram uma campanha pela remoção dos Kréen-Akaróre para o Parque Nacional do Xingu. Desde o início de seus esforços para entrar em contacto com os Kréen-Akaróre, os irmãos Villas Boas eram contrários a essa remoção. Esperavam que o Governo brasileiro demarcasse uma reserva para a tribo e protegesse os índios contra os trabalhadores da estrada e outros elementos ao longo da Santarém-Cuiabá. Quando ficou claro que isso não aconteceria, os irmãos Villas Boas foram forçados a intervir e transferir os Kréen-Akaróre, como haviam feito antes, no final da década de 60 e início da de 70, com as devastadas tribos Txikão e Meiço-de-Pau.[23]

[22] O relatório de Ezequias Paulo Heringer sobre as condições dos Kréen-Akaróre foi citado em *O Estado de São Paulo* (6 de janeiro de 1974).

Em outubro de 1974, os irmãos Villas Boas conseguiram um avião para transferir os Kréen-Akaróre para o Parque Nacional do Xingu. No momento da transferência, soube-se que outra epidemia estava dizimando os 135 membros remanescentes da tribo. Um médico brasileiro a bordo desse avião contou que as mulheres Kréen-Akaróre estavam abortando propositalmente, para não fazerem filhos que teriam que enfrentar a nova situação da tribo. Desde essa data, os Kréen-Akaróre estão vivendo ao lado de seus inimigos tradicionais, os Txukahamae, na parte Norte do Parque Nacional do Xingu.[24]

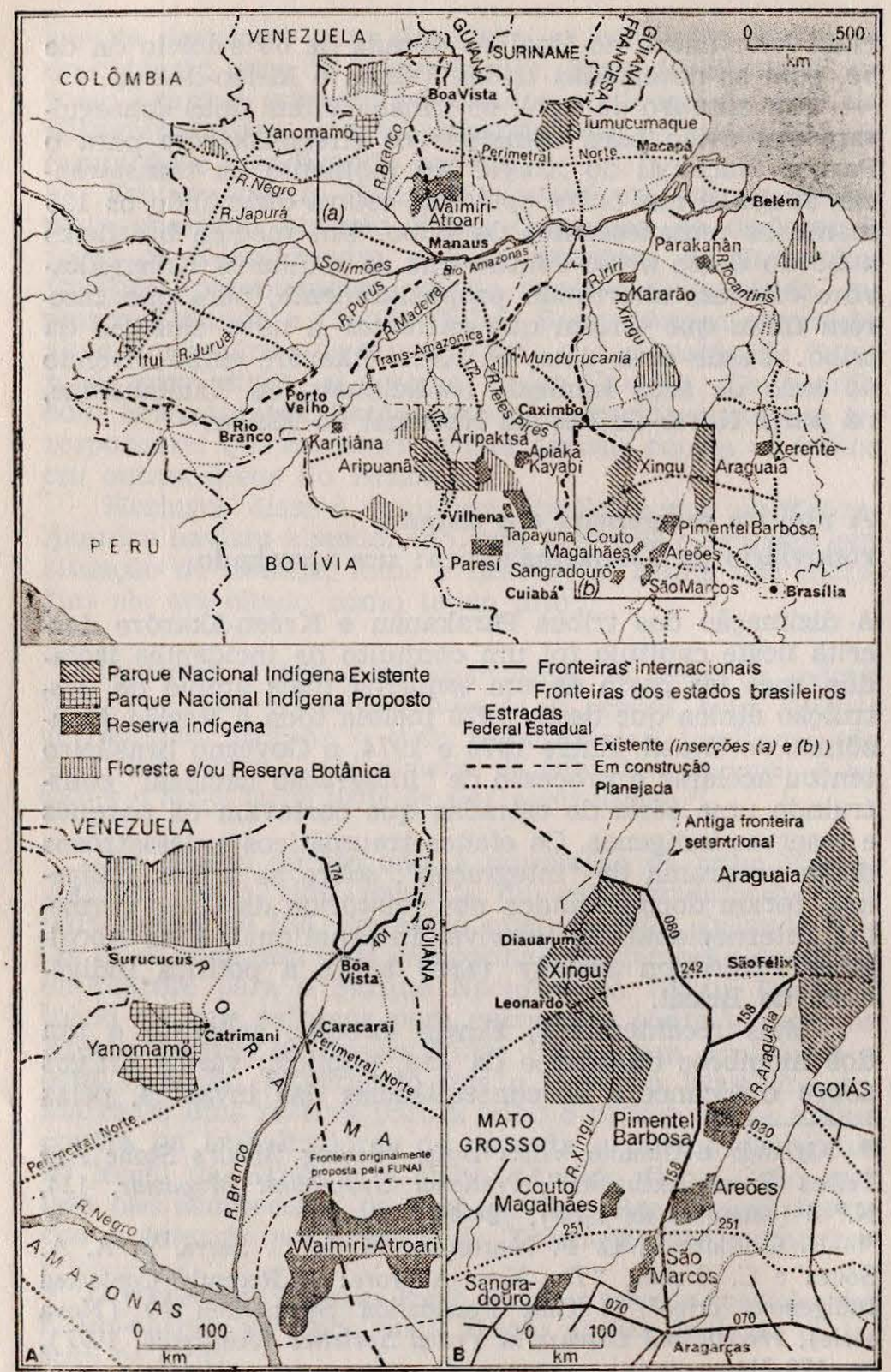
A política indigenista e o sistema rodoviário da Transamazônica: um apanhado

A dizimação das tribos Parakanân e Kréen-Akaróre descrita neste capítulo foi um conjunto de incidentes isolados, mas fez parte de um esquema mais amplo de destruição étnica que desde 1970 incluía toda a Região Amazônica do Brasil. Entre 1970 e 1974, o Governo brasileiro tentou acelerar o processo de "integração nacional" construindo uma série de estradas que cortavam os parques e reservas indígenas. Os efeitos traumáticos e desastrosos desse programa de "integração", sobre as tribos indígenas, foram documentados nos relatórios da Cruz Vermelha Internacional, da Survival International, e da Aborigines Protection Society (APS) sobre a política indigenista do Brasil.

Mais recentemente, Edwin Brooks, geógrafo e um dos membros da equipe da APS, publicou vários artigos sobre o alcance e as conseqüências das invasões, pelas

[23] Orlando e Claudio Villas Boas, "Saving Brazil's Stone Age Tribes From Extinction", *National Geographic Magazine*, 134, N.º 3 (setembro de 1968), 424-44.

[24] R. G. Baruzzi, L. F. Marcopito, M. L. C. Serra, F. A. A. Souza e C. Stabile, "The Kren-Akorore: A Recently Contacted Indigenous Tribe", *in* Ciba Foundation Symposium 49 (Nova série), *Health and Disease in Tribal Societies* (Amsterdã, 1977), pp. 179-211.



Mapa 3. Os índios e o sistema da Rodovia Transamazônica

Fonte: E. Brooks, "Frontiers of Ethnic Conflict in the Brazilian Amazon", *International Journal of Environmental Studies*, 7 (1974), 68

estradas, de áreas indígenas da Bacia Amazônica. Um desses artigos intitulava-se "A Estrada Brasileira para o Etnocídio". Continha uma série de mapas federais, estaduais e territoriais mostrando estradas planejadas para passar dentro de quase todos os porques e reservas indígenas da Amazônia brasileira (ver o Mapa 3). Repetindo as conclusões do relatório da APS, Brooks escreveu que "quando estão em jogo os interesses do desenvolvimento, as Reservas Indígenas mal valem os mapas nos quais estão traçadas".[25]

Para muitos jornalistas e escritores populares, a expulsão de tribos indígenas causada por essas estradas era o custo trágico, mas inevitável, do "progresso econômico" do Brasil. De acordo com esses escritores, a destruição das populações aborígines da Bacia Amazônica era uma conseqüência triste, mas necessária, de uma sociedade tecnológica extremamente avançada, experimentando um rápido crescimento econômico.

Infelizmente, essa posição, que só contém uma parcela de verdade, tem obscurecido qualquer compreensão genuína, pelo público em geral, da natureza da política indigenista do Brasil. O exemplo do Parque Nacional do Xingu é um caso concreto em que, até recentemente, mais de uma dúzia de tribos indígenas foram protegidas contra os perigos das frentes de expansão, e na qual os índios encontraram condições médicas e uma base territorial para sobreviver. A Bacia Amazônica é uma área geográfica tão vasta que outros parques e reservas indígenas poderiam ter sido criados *seguindo o modelo* do Parque Nacional do Xingu. O Governo brasileiro, em outras palavras, poderia ter intervindo para proteger essas

[25] Edwin Brooks, "The Brazilian Road to Ethnicide", *Contemporary Review*, 224, N.º 1300 (maio de 1974), 8. Ver também, do mesmo autor, "Frontiers of Ethnic Conflict in the Brazilian Amazon", *International Journal of Environmental Studies*, 7 (1974), 63-74.

áreas indígenas contra intromissões externas, e poderia ter planejado as estradas e projetos de desenvolvimento de modo a não ameaçar a integridade territorial das tribos indígenas.[26]

Durante um breve período em 1968, parecia que esta seria a política da FUNAI. Em 1970, porém, novas diretrizes de natureza integracionista e desenvolvimentista começaram a dominar a política indigenista brasileira, e várias tribos, tais como os Parakanân e os Kréen-Akaróre, foram expulsas e destruídas.

Entre 1970 e 1974, a política indigenista brasileira tornou-se cada vez mais comprometida com a política global de desenvolvimento econômico do regime militar brasileiro. Durante esse período, a Fundação Nacional do Índio passou a ser a principal cúmplice nos processos de etnocídio desencadeados contra as tribos da Bacia Amazônica. Para definir a situação nos termos mais simples, pode-se dizer que sua política indigenista "reformada" acelerou, em vez de deter, os processos de destruição étnica que caracterizam tão amargamente a história das frentes de expansão no Brasil.

Obviamente, é necessário fazer uma análise mais profunda dos motivos subjacentes às políticas indigenista e de desenvolvimento na Região Amazônica do Brasil. Pode-se perguntar por que o Governo brasileiro optou pela construção dessas estradas a um custo humano, social e cultural tão elevado. Ou, mais concretamente, para quem essas novas estradas estavam realmente sendo construídas, e por que era necessário que elas cortassem os parques e as reservas indígenas.

---

[26] Essa posição foi expressa de modo convincente num documento divulgado por 80 etnólogos, antropólogos, historiadores e sociólogos brasileiros em 14 de julho de 1971. "Na medida em que os grupos indígenas estejam garantidos pela posse inviolável de seus territórios tradicionais, e a eventual transformação de seu modo de vida proceda de maneira gradual e harmoniosa", afirma o documento, "os índios deixarão de ser as habituais e 'necessárias' vítimas do progresso e se tornarão seus beneficiários e colaboradores". Ver "The Indians and the Occupation of the Amazon", *in* W. Dostal (org.), *The Situation of the Indian in South America* (Genebra, 1972), p. 340.

6

A invasão do Parque Indígena Aripuanã

A área do Parque Indígena Aripuanã possui um dos mais ricos depósitos de estanho do mundo, e há grandes companhias nacionais e internacionais de mineração ansiosas para entrar nele. Não estão dispostas a esperar cinco, 10 ou 20 anos enquanto os índios são contactados, pacificados e preparados para a integração em nossa sociedade. O Brasil está tentando acelerar o processo de contacto com os índios, mas não sabemos para onde ir.

EDUARDO GALVÃO, antropólogo brasileiro, citado em "Progress, Indians Collide in Brazil", *Los Angeles Times*, 26 de abril de 1973.

Em seu relatório para a Aborigines Protection Society (APS) de Londres, Edwin Brooks, René Fuerst, John Hemming e Francis Huxley descreveram a séria ameaça aos índios que resultava da ausência de uma política territorial coerente por parte da FUNAI. O relatório da APS observava que o sistema de reservas da FUNAI tendia a diminuir as terras indígenas e ameaçava a integridade biológica e cultural das tribos. Pela lei, lembrava o relatório da APS, os parques e reservas indígenas pertenciam ao Governo brasileiro como parte do chamado Território Indígena e não podiam ser vendidos ou arrendados pela FUNAI. Além disso, muitas tribos nem sequer viviam em parques e reservas indígenas bem definidos, e estavam sendo expulsas por companhias agrícolas e de mineração interessadas em conquistar a posse das terras dos índios. "A não ser que se faça cumprir uma lei salvaguardando suas terras de origem", escrevia a equipe

da APS em 1973, "os índios serão varridos pela frente de avanço da colonização e da exploração econômica".[1]

Antes da construção da Transamazônica, os principais agentes econômicos que ameaçavam a integridade territorial das tribos indígenas eram pequenos seringueiros, castanheiros, garimpeiros, roceiros, caçadores e negociantes. O novo programa rodoviário e de desenvolvimento da Amazônia introduziu dois elementos econômicos adicionais ao longo das frentes de expansão do Norte e do Oeste do Brasil. O primeiro foi o próprio Governo brasileiro, o qual, como vimos anteriormente, iniciou um programa maciço de contrução de estradas, exploração mineral, e colonização agrícola na Região Amazônica. O segundo elemento foi um bom número de empresas privadas, estatais e multinacionais que queriam ganhar acesso aos grandes recursos agrícolas, minerais e madeireiros da região. A presença de ambos os elementos refletia uma transformação econômica mais ampla que estava acontecendo em todo o Brasil. Devido a essa transformação, houve várias mudanças importantes na política da FUNAI quanto às terras e recursos indígenas.

Uma das principais áreas em que a FUNAI acomodou sua política de terras aos interesses desses novos elementos econômicos foi na vasta região de selva ao longo dos rios Aripuanã e Roosevelt. De acordo com relatos etnológicos, em certa época havia mais de 10 mil nativos nessa área, vivendo em mais de 100 aldeias. Dessas tribos, as maiores eram a Suruí e os Cintas-Largas, que tinha este nome porque os homens da tribo usavam largos cintos de cortiça. Outras tribos dessa área, quase todas falando línguas Tupi-Kawahib, eram os Bocas-Negras, Rama-Rama, Itogapuk, Pahim, Aipo-Sessí, Pawaté, Majubim, Mialat, Paranawát, Wirafèd, Takuatep, e Ipotewat.[2]

Durante quase um século, as tribos dessa região haviam lutado com sucesso contra os seringueiros e garimpeiros que, de tempos em tempos, tentavam invadir suas terras. No início da década de 1960, grandes

[1] Aborigines Protection Society, de Londres, *Tribes of the Amazon Basin in Brasil: 1972* (Londres, 1973), p. 147.

[2] Janice H. Hopper (org.), *Indians of Brazil in the Twentieth Century*, pp. 18-19.

companhias imobiliárias brasileiras começaram a se interessar pelas terras da região do Aripuanã. Uma delas era a firma de borracha Arruda e Junqueira, que mantinha muitos postos no território de Rondônia.

Em 1963, um homem chamado Francisco de Brito, que trabalhava para a Arruda e Junqueira, organizou um bando de garimpeiros e pistoleiros para expulsar os Cintas-Largas de suas terras. De acordo com relatos desse incidente, que mais tarde ficou conhecido como o "Massacre do Paralelo Onze", Brito alugou um avião para atacar as aldeias dos Cintas-Largas. No momento do ataque, os Cintas-Largas estavam em meio a um importante cerimonial. Parece que ao meio-dia o avião com Brito e seus capangas chegou à aldeia dos Cintas-Largas e jogou pacotes de açúcar sobre os índios. Em seguida, o avião deu uma rasante e começou a dinamitar a aldeia. Ninguém sabe exatamente quantos índios foram mortos nesse ataque. Alguns, porém, escaparam, e outra expedição foi organizada para exterminar a tribo.

Os detalhes sangrentos dessas tentativas de extermínio dos Cintas-Largas, assim como a rápida e infrutífera investigação do massacre pelo Governo, foram descritos no artigo de Norman Lewis, "Genocídio — de Fogo e Espada a Arsênico e Balas, a Civilização Extinguiu Seis Milhões de Índios". Um dos aspectos mais esquecidos da descrição do "Massacre no Paralelo Onze", por Lewis, foi sua sugestão de que valiosos depósitos minerais poderiam ter sido o motivo principal da tentativa de dizimação da tribo. Lewis escreveu que a tragédia dos Cintas-Largas

era a de que depósitos de metais raros estivessem sendo descobertos na área. Não estava claro que metais eram esses. Foi imposto um gênero de silêncio de segurança, só esporadicamente atravessado por vagas notícias sobre as atividades de companhias americanas e européias, e sobre o contrabando de cargas dos mesmos metais raros para os Estados Unidos.[3]

[3] Norman Lewis, "Genocide — From Fire and Sword to Arsenic and Bullets, Civilization Has Sent Six Million Indians to Extinction", *Sunday Times* (Londres) (23 de fevereiro de 1969).

Lewis baseou essa insinuação no registro dos depoimentos de duas testemunhas do caso dos Cintas-Largas. Uma delas era Ataíde Pereira, que fez parte da segunda expedição de Brito contra os Cintas-Largas, e que contou os detalhes dessa expedição a um padre jesuíta chamado Edgar Smith. Lewis citou assim o relato de Pereira sobre a expedição:

> Levamos seis semanas para achar os Cintas-Largas e uma semana para voltar... Chico (apelido de Brito) encontrou alguns minérios e os levou de volta para agradar à companhia. O fato é que os índios estão em terras valiosas e nada fazem com elas. Eles têm um jeito de descobrir a melhor terra para plantar e também estão ali todos aqueles minérios valiosos. É preciso convencê-los a ir embora, e se nada mais resolver, então terá que ser pela força.[4]

A segunda testemunha citada por Lewis foi um padre chamado Valdemar Veber. Parece que, em 1964, o padre Veber depôs perante o inspetor de polícia de Cuiabá, Mato Grosso, o qual estava conduzindo uma investigação oficial sobre o caso dos Cintas-Largas. Em seu depoimento, citado por Lewis, o padre Veber teria dito:

> Não é a primeira vez que a firma Arruda e Junqueira comete crimes contra os índios. Várias expedições foram organizadas no passado. Essa firma age como fachada para outras empresas interessadas em adquirir terras, ou que planejam explorar os ricos depósitos minerais existentes nessa área.[5]

Ao longo dos últimos anos da década de 60, começaram a se acumular provas de que grandes depósitos de cassiterita, elemento-chave na produção de estanho, haviam sido descobertos no Território de Rondônia. Em 1967, por exemplo, o *Christian Science Monitor* publicou um artigo intitulado "Brasil Torna-se Auto-Suficiente em Estanho". Esse artigo descrevia como, na década anterior, uma vasta frente de mineração fora aberta no Território de Rondônia. Segundo a mesma fonte, grandes companhias internacionais haviam instalado modernas

[4] Citado em Lewis.
[5] Citado em Lewis.

operações de mineração mecanizada em Rondônia, e aos poucos estavam tornando o Brasil auto-suficiente em estanho.[6]

Dentre essas companhias, uma das maiores era a Mineração Ferro-Union (FERUSA), uma subsidiária da multinacional Billinton International Metals, divisão da Royal Dutch Shell. Em 1967, a FERUSA já havia investido mais de 3 milhões de dólares em seus depósitos de estanho em Rondônia e descoberto mais de 4 mil toneladas de estanho. De acordo com um geólogo holandês que trabalhava para a FERUSA, a companhia estava interessada numa concessão de 390 mil metros quadrados em Rondônia e desenvolvia no momento vários pojetos de exploração e prospecção. Doze outras grandes companhias, além da FERUSA, também estavam fazendo pesquisas em Rondônia, e três companhias estavam operando em mineração.[7]

Em 1968, um grande incentivo foi dado a essa frente de mineração quando o Batalhão de Engenharia do Exército completou uma estrada de 300 quilômetros entre Cuibá e Porto Velho. A principal ajuda financeira e técnica para esse projeto veio da Agência para o Desenvolvimento Internacional, dos E.U.A. (U.S. AID), que emprestou ao Brasil 2,6 milhões de dólares, como parte da Aliança para o Progresso, a fim de construir 14 pontes permanentes ao longo da estrada. No final da década de 60, informava-se que 50 veículos pesados entravam e saíam de Porto Velho diariamente. Eram, na maioria, caminhões carregando cassiterita para as fábricas e fundições de estanho no Sul do Brasil.[8]

Desde o início do *boom* do estanho em Rondônia uma série de problemas começou a surgir entre as novas companhias de mineração e os garimpeiros que antes dominavam a economia da região. Até o final da década de 60, o Teritório de Rondônia era uma típica frente de ex-

[6] Allen Young, "Brazil Becoming Self-Sufficient in Tin", *Christian Science Monitor* (7 de outubro de 1967).
[7] Leonard Greenwood, "South American Tin Industry Could Be a Sleeping Giant", *Los Angeles Times* (12 de outubro de 1970).
[8] "Brazil Builds First All-Weather, Cross-Continent Road", *Brazilian Bulletin* (janeiro de 1968), 3.

pansão brasileira, relativamente livre de controle policial e governamental, e infestada de crimes, prostituição e fraudes imobiliárias. Em abril de 1970, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), agência que coordena as licenças de mineração no Brasil, obteve um decreto que tornava ilegal a prospecção individual em Rondônia. Em conseqüência desse decreto, em março de 1971 todas as atividades de mineração no Território já estavam nas mãos de grandes firmas nacionais e internacionais. Mil e quinhentos garimpeiros, em Rondônia, eram empregados dessas novas companhias, e mais 2 mil foram intimados pelo Governo federal a deixar o território.

Ao mesmo tempo, várias outras empresas começaram a entrar no território. Uma delas era a Companhia Estanífera do Brasil (CESBRA), empresa de mineração de estanho recentemente organizada, propriedade conjunta da Compagnie Française d'Entreprises Minières Métallurgiques et d'Investissements (COFREMMI), filiada ao Sindicato de Estanho Patiño, e de Antonio Sanchez Galdeano, rico industrial brasileiro. Outras companhias internacionais fizeram investimentos menores em Rondônia nesse período, como a Molybdenum Corporation of America, a Grace Ore and Mining Company, e NL Industries, todas dos Estados Unidos.[9]

Em outras palavras, no início da década de 70 já haviam ocorrido várias mudanças importantes na estrutura econômica de Rondônia. Essas mudanças faziam parte de uma transformação mais ampla no setor de mineração do Brasil e refletiam a nova simbiose, a nível nacional, entre Governo militar e grandes corporações multinacionais. Os efeitos dessas mudanças foram imediatamente sentidos pelos membros remanescentes das tribos Cintas-Largas e Suruí.

---

[9] "Rondônia, Capital do Estanho", *Visão* (28 de agosto de 1972), 94-9. Ver também: "Tin Road Sparks Boom", *Brazilian Bulletin* (agosto de 1972), 8; "Brazil: More Tin", *Mining Journal* (25 de fevereiro de 1972), 160.

A desintegração das tribos Cintas-Largas e Suruí

Em seguida à publicidade em torno do "Massacre no Paralelo Onze", o Governo brasileiro prometeu que iria intervir no Território de Rondônia para proteger as tribos indígenas. Em 1967, por exemplo, dois dos mais respeitados agentes indigenistas brasileiros, Francisco e Apoena Meirelles, fizeram contacto com vários grupos de Cintas-Largas, convencendo seus chefes a permanecerem junto ao posto indígena recentemente construído. Ao mesmo tempo, o Governo anunciava a criação do Parque Indígena Aripuanã, uma área especial separada para a proteção das tribos Suruí e Cintas-Largas.[10]

O decreto que estabelecia o Parque Indígena Aripuanã era importante por dois motivos. Primeiramente, indicava a intenção por parte do Governo de intervir nessa área para separar uma reserva específica de proteção aos Cintas-Largas e Suruí. Em segundo lugar, também declarava que tal proteção *não* implicava o abandono dos ricos recursos minerais contidos nas terras indígenas.

Numa carta oficial ao Presidente do Brasil, após a criação do Parque Indígena Aripuanã, o Ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, afirmou que esses depósitos minerais eram de "grande importância" para o desenvolvimento nacional, mas estavam sendo ameaçados por exploradores individuais que realizavam atividades de prospecção dentro dos limites do parque. A carta do ministro alegava que, sob a direção da FUNAI, os direitos de propriedade dos índios seriam respeitados, mas sem o abandono daquelas importantes fontes de riqueza mineral.[11]

---

[10] W. Jesco von Puttkamer, "Brazil Protects Her Cintas Largas", *National Geographic Magazine*, 140, N.º 3 (setembro de 1971), 420-44.

[11] O decreto que estabeleceu o Parque Aripuanã leva o número 62.995 e é datado de 16 de julho de 1968. Menciona erradamente os Nambikuára, e não a tribo Suruí, como o outro grupo indígena que, junto com os Cintas-Largas, habitava a área do parque. O Artigo 5 do decreto menciona especificamente o *status* das reservas minerais encontradas em terras indígenas.

Durante algum tempo, deu-se muito pouca atenção a essas reservas minerais, e parecia que o Governo pretendia seriamente proteger as tribos Cintas-Largas e Surui. Então, em dezembro de 1971, a imprensa brasileira publicou uma série de matérias sobre um suposto "levante indígena" no Parque Nacional de Aripuanã. Quando surgiu a primeira informação sobre esse incidente, sabia-se apenas que um ex-jornalista, na época empregado da FUNAI, e um radiotelegrafista haviam sido mortos. Contudo, logo se espalharam rumores de uma guerra entre índios e agentes do governo nessa parte das frentes de expansão nacional.

Alguns dias após esse incidente, o presidente da FUNAI, General Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, culpou certos membros "hostis" da tribo Cintas-Largas pelos assassinatos. De acordo com o general, os agentes indigenistas haviam tentado várias vezes contactar e pacificar os Cintas-Largas, mas os índios recusaram os presentes e tomavam uma atitude beligerante contra a presença de agentes do Governo em suas terras. Numa entrevista coletiva especial sobre o ataque dos Cintas-Largas, o Ministro Costa Cavalcanti fez as mesmas alegações. Os índios, segundo ele, eram por natureza um "povo nômade" e o incidente resultara de sua "ignorância geográfica" da região. Uma unidade militar especial, revelou o ministro, havia sido despachada para manter a ordem e proteger os colonos na área em torno do Parque Indígena Aripuanã.[12]

No período entre dezembro de 1971 e a primavera de 1972, uma história inteiramente diferente do incidente surgiu nas páginas da imprensa brasileira. Parece que, desde a criação do Parque Indígena Aripuanã, em 1968, a FUNAI e outros órgãos do Ministério do Interior autorizaram companhias de prospecção mineral e de colonização a entrarem no parque. Uma grande companhia, a firma Itaporanga, propriedade da família Melhorança de São Paulo, teria instalado mais de 500 famílias no parque. Além disso, uma companhia de exploração mineral recebera licença para fazer prospecção na área. Durante meses, antes do suposto "levante indígena", de acordo com relatos na imprensa brasileira, os chefes Cintas-Largas comunicaram aos agentes indigenistas seu descontentamento com essas usurpações em seu território, e várias mensagens haviam sido enviadas aos escritórios centrais a FUNAI em Brasília, rogando pela proteção do parque.[13]

[12] Citado no *Jornal do Brasil* (3 de dezembro de 1971).

Em março de 1972, Apoena Meirelles, diretor do Parque Indígena Aripuanã, enviou uma carta formal à FUNAI descrevendo como os colonos haviam invadido o parque, causando choques sangrentos com os índios e levando doenças infecciosas. Meirelles contou à imprensa brasileira que a FUNAI nada fez para remover esses colonos do parque, nem deu permissão para que ele, como seu diretor, o fizesse. Meirelles manifestou seu ponto de vista sobre a situação no Parque Indígena Aripuanã com as seguintes palavras:

> Em menos de quatro anos, as terras dos Cintas-Largas e Suruí foram alienadas. As epidemias já deixaram sua marca, e as tribos já deram os primeiros passos na longa estrada para a miséria, a fome e a prostituição de suas mulheres... Eu prefiro morrer lutando ao lado dos índios em defesa de suas terras e seus direitos do que viver para amanhã vê-los reduzidos a mendigos em suas terras.[14]

Revelações como essas continuaram a aparecer ao longo de 1972 e 1973. Em agosto de 1972, por exemplo, a equipe da Aborigines Protection Society (APS) visitou o posto de atração Sete de Setembro, da FUNAI, no Parque Indígena Aripuanã. Nessa visita, a equipe da APS descobriu que os limites originais do parque haviam sido severamente reduzidos, que sua antiga fronteira meridional estava sendo ocupada por uma nova estrada, e que uma companhia paulista de desenvolvimento estava levando colonos para a região. Em seu relatório, a equipe da APS escreveu:

[13] Leonard Greenwood, "Survivor of Brazil Indian Attack Tells of Slaying of Two by Raiders", *Los Angeles Times* (15 de março de 1972). Ver também, pelo mesmo autor, "Fear Pervades Remote Brazil Indian Outpost", *Los Angeles Times* (17 de março de 1972).

[14] Citado *in* Leonard Greenwood, "Brazil Indian Expert Ousted Over Protests", *Los Angeles Times* (16 de março de 1972).

A cessão dessa imensa fatia de terra excelente parecia ser o exemplo mais recente de abandono de terras indígenas a colonizadores de fora. Só descobrimos isso comparando vários mapas. O caso parecia tão ruim quanto os piores exemplos da prática que alcançou proporções escandalosas nos últimos dias do SPI.[15]

Poucos meses depois, em novembro de 1972, apareceu outro relatório que corroborava a situação descrita por Meirelles e pela equipe da APS. Esse relatório fora escrito por Jean Chiappino, médico francês que passara vários meses entre os Cintas-Largas e Suruí. Numa mensagem urgente enviada à Oitava Delegacia Regional da FUNAI, em Porto Velho, Chiappino afirmava que os índios Suruí localizados no posto indígena Sete de Setembro estavam em situação extremamente crítica e haviam sido praticamente dizimados pela tuberculose. Desde julho de 1972, observava, 20 índios haviam morrido, e muitos outros, inclusive Dikboba, o chefe da tribo, estavam em estado grave. Mais de 40% da tribo sofriam de infecções pulmonares, e muitos índios haviam fugido para a selva a fim de escaparem às condições opressivas do posto indígena. Chiappino salientava a necesidade de uma ação médica por parte da FUNAI e rogava que se procurasse ajuda da Cruz Vermelha Internacional.

O mais sério, assinalava Chiappino em sua mensagem de novembro de 1972, era que sete grandes companhias desenvolviam atividades de exploração mineral no Parque Indígena Aripuanã, lançando uma ameaça crítica, dos pontos de vista social e médico, à tribo mais numerosa, os Cintas-Largas. As sete companhias mencionadas por Chiappino eram a Mineração São Marcos Ltda., Companhia Espírito Santo de Mineração (CESMI), Sociedade de Mineração Atlântico (SOMINA), Mineração Vale do Madeira Ltda. (MIVALE), Mineração Vale do Roosevelt, Companhia Estanífera do Brasil (CESBRA), e Mineração Alcione.[16]

[15] Aborigines Protection Society, pp. 46-7.

[16] A mensagem de Chiappino foi publicada pelo *Jornal do Brasil* (21 de novembro de 1972). *A Folha de São Paulo* observou que as companhias de mineração já estavam fazendo prospecção nessa área em 28 de abril de 1970.

Todas essas companhias tentavam lucrar com o novo *boom* da cassiterita em Rondônia e haviam recebido autorização da FUNAI para fazer prospecção no Parque Indígena de Aripuanã. Cinco delas estavam ligadas à Companhia Estanífera do Brasil (CESBRA) e faziam parte do grupo Patiño de mineração de estanho.[17]

Recentemente, Chiappino publicou um relatório mais detalhado, sob o patrocínio do Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas de Copenhague, e da Amazind de Genebra, descrevendo as condições no Parque Indígena Aripuanã desde a mensagem urgente de novembro de 1972 em que pedia o auxílio da Cruz Vermelha Internacional. Nesse relatório, Chiappino mostra que, apesar de suas advertências à FUNAI, a epidemia de tuberculose que ele inicialmente detectara havia atingido todos os grupos etários na tribo Suruí, matando os índios no curto espaço de dois meses. O sintoma inicial da doença era uma tosse rouca que ecoava na floresta, à noite. A seguir vinha "expectoração... que exauria o paciente" e "uma febre permanente". O desenvolvimento dessa síndrome era mais rápida entre as crianças e "levava suas vítimas a uma caquexia terminal". Chiappino alega que a expansão dessa epidemia "desesperava, desorientava e destruía" as famílias indígenas e o grupo social. De acordo com seus cálculos, só essa epidemia afetou mais de 60% da população Suruí observada.

Em seu relatório, Chiappino também descreve suas tentativas de controlar a epidemia ministrando um tratamento antituberculose, mas conta como o pequeno e incompetente *staff* médico da FUNAI o atrapalhava. Ele alega que a presença de certos casos de hepatite entre os Suruí era devida ao pessoal médico da FUNAI, que não

[17] Um informe mais recente observa que a Patiño Mining Company aumentou sua participação na Companhia Estanífera do Brasil (CESBRA) de 30 para 100 por cento e cita queixas de que "ela está explorando depósitos de cassiterita em Rondônia de modo predatório e devastador". Ver "Foreign Appetite for Brazilian Minerals", *Latin America Economic Report* (28 de março de 1975).

tomava sequer as mínimas precauções para aplicar injeções nos índios.[18]

O mais significativo, segundo Chiappino, é que na época de sua despedida do Brasil não havia indícios de que a FUNAI houvesse criado uma política para proteção dos recursos e das terras dos índios. Ao contrário, os colonos e as companhias de mineração continuavam a invadir o Parque Indígena Aripuanã. Vários campos de pouso haviam sido construídos na área. A escassez de caça estava chegando a um ponto crítico. De acordo com Chiappino, a existência de tais condições era um resultado lógico das políticas de terras e de arrendamento da FUNAI.[19]

No fundo, os Cintas-Largas e os Suruí eram apenas os primeiros grupos indígenas a sentirem os efeitos do novo *boom* de mineração que estava ocorrendo em toda a Bacia Amazônica. Em fevereiro de 1972, por exemplo, o *Engineering and Mining Journal*, luxuosa publicação mensal da indústria internacional de mineração, trazia um artigo intitulado: "A Bacia Amazônica — Nova Província Mineral para os Anos 70". De acordo com esse artigo, mais de 50 corporações internacionais já estavam envolvidas em projetos de desenvolvimento de mineração na Bacia Amazônica, atraídas pelos incentivos fiscais, pela estabilidade política do Brasil e pela ajuda do Governo brasileiro à prospecção. Entre as companhias presentes na Amazônia brasileira naquela data estavam a Bethlehem Steel Corporation, a U.S. Steel Corporation, a Aluminum Company of Canada, a Kaiser Aluminum Company, a Reynolds Metals, a Rio Tinto Zinc Corporation, a Union Carbide Corporation, a International Nickel Company, e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a maior empresa estatal de mineração do Brasil. O artigo do *Engineering and Mining Journal* afirmava:

[18] Jean Chiappino, *The Brazilian Indigenous Problem and Policy: The Aripuanã Park*, International Work Group for Indigenous Affairs (Copenhague/Genebra, 1975), pp. 13-18.

[19] Chiappino, p. 25. Para um informe mais recente da situação no Parque Indígena Aripuaña, ver Jonathan Kandell, "Brazilian Squatters' Inroads in Amazon Provoke Indians", *New York Times* (8 de outubro de 1976).

> A Bacia Amazônica do Brasil, virtualmente impenetrável e intocada pela tecnologia moderna, está hoje entrando em cena como uma das mais promissoras províncias minerais não-desenvolvidas do mundo... Embora a maioria dos grandes empreendimentos de mineração provavelmente vá terminar sob o controle brasileiro, estatal ou privado, as companhias estrangeiras em geral estão ávidas por qualquer fatia do bolo que puderem conseguir.[20]

O novo *boom* da mineração na Amazônia serve como base para entender a recente política indigenista do Brasil. Quando o programa da Transamazônica foi iniciado, em 1970, o papel da Fundação Nacional do Índio era sobretudo de pacificar as tribos indígenas. Mais recentemente, com essas rodovias prontas, ou quase, a FUNAI foi requisitada, em geral contra os desejos de suas lideranças e de vários agentes indigenistas dedicados, para abrir caminho às companhias multinacionais e estatais interessadas em ganhar acesso aos recursos naturais da Bacia Amazônica. Basicamente, a resposta da FUNAI a esse novo desafio foi simples. Nos últimos anos ela institucionalizou uma política, semelhante àquela praticada pelo Escritório de Assuntos Indígenas dos Estados Unidos, de arrendar os ricos recursos minerais contidos nas terras dos índios. Como será mostrado no próximo capítulo, atualmente essa política de arrendamento constitui uma das maiores ameaças à permanência da integridade territorial e à sobrevivência das tribos brasileiras.

[20] Ernest McCrary, "The Amazon Basin — New Mineral Province for the '70s", *Engineering and Mining Journal* (fevereiro de 1972), 80.

7

A política indigenista e a frente de expansão de mineração na Amazônia

Minha tarefa será a de integrar o índio na sociedade nacional porque é impossível deter o processo de desenvolvimento do país com o argumento de que os índios deveriam ser protegidos e mantidos em seu estado puro.

General ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA, Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Esta é uma promessa que posso fazer com firmeza: vamos criar uma política de integração da população indígena na sociedade brasileira o mais rapidamente possível... Pensamos que os ideais de preservação da população indígena em seu próprio habitat são muito bonitos, mas irreais.

MAURICIO RANGEL REIS, Ministro do Interior do Brasil, março de 1974.

Em maio de 1973, um pequeno artigo de um geólogo do Geological Survey dos Estados Unidos, Max White, intitulado "Sondando a Desconhecida Bacia Amazônica — Uma Investigação de 21 Programas de Exploração Mineral no Brasil", apareceu no *Engineering and Mining Journal*. O artigo de White descrevia 21 projetos geológicos e de mineração iniciados na Bacia Amazônica como parte de um programa de cooperação entre o Departamento Nacional de Produção Mineral, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, e o Geological Survey dos Estados Unidos, sob o patrocínio do Governo brasileiro e da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos E.U.A. (U.S. AID). De acordo com White, naquela data já havia 225 geólogos e engenheiros realizando inves-

tigações minerais na Amazônia — mais de 125 em Belém, perto de 40 em Manaus, e cerca de 60 em Porto Velho.

Uma das principais áreas de exploração mineral na época estava na parte Noroeste da Bacia Amazônica, no Território de Roraima e no Estado do Amazonas. O artigo de White descrevia pelo menos três grandes projetos nessa região: (1) o projeto Norte da Amazônia, que consistia num reconhecimento geológico e geoquímico de 1.051.840 km², quase todo o território do Brasil ao norte do rio Amazonas; (2) o projeto Roraima, que consistia em trabalhos geológicos numa área de 120 mil quilômetros quadrados na parte setentrional do Território de Roraima, perto da fronteira com a Guiana e a Venezuela; e (3) o projeto Aripuanã-Sucunduri, que cobria uma área de 80 mil quilômetros quadrados nos sistemas de drenagem dos rios Aripuanã, Roosevelt, Guariba, Juma e Sucunduri, na parte Sul do Estado do Amazonas.[1]

Pelo menos três fatores explicam o grande número de atividades de prospecção mineral que tiveram lugar na parte Noroeste da Bacia Amazônica nos últimos anos. O primeiro fator, e talvez o mais importante, foi a conclusão do Projeto RADAM, o imenso levantamento aerofotogramétrico e mineral da Bacia Amazônica. Em 1973, quando White publicou seu artigo, os geólogos do Projeto RADAM já haviam praticamente completado um exame de toda a parte Norte da Amazônia. De acordo com muitos relatos de periódicos especializados em mineração, grandes depósitos de minério de ferro, manganês, estanho, bauxita e carvão haviam sido encontrados nessa região. No Território de Roraima, várias anomalias radiativas haviam sido observadas, indicando importantes depósitos de urânio, Em outros pontos, na Região Norte, o Projeto RADAM descobrira grandes depósitos de colúmbio, tântalo, zircônio, ouro e diamantes. Os resultados desses levantamentos indicavam que a Bacia Amazônica continha um dos mais valiosos e diversificados perfis minerais do mundo.[2]

---

[1] Max G. White, "Probing the Unknown Amazon Basin — A Roundup of 21 Mineral Exploration Programs in Brazil", *Engineering and Mining Journal* (maio de 1973), 72-6.

[2] "Project Radam Maps the Unknown in Brazil", *Engineering and Mining Journal* (novembro de 1975), 165-8.

Em segundo lugar, a partir de 1970, a Companhia Vale do Rio Doce manifestou o desejo de juntar-se a companhias estrangeiras a fim de financiar projetos de mineração em larga escala na Bacia Amazônica. O primeiro desses projetos, com um custo estimado em 2 bilhões de dólares quando completado, em 1980, era um empreendimento conjunto entre a U.S. Steel Corporation e a CVRD para a extração de minério de ferro da serra dos Carajás. Outro empreendimento conjunto foi a Mineração Rio do Norte, companhia formada para minerar grandes depósitos de bauxita descobertos ao longo do rio Trombetas, no Norte do Pará.[3]

A Mineração Rio do Norte foi criada em 1973, após um período de intensa prospecção de bauxita por várias companhias internacionais e após a nacionalização das minas de bauxita estrangeiras na Guiana. Esperava-se que, quando concluída, em 1977, a Mineração Rio do Norte fosse um dos maiores projetos de mineração de seu tipo em todo o mundo. No acordo original para formar a companhia estavam: Companhia Vale do Rio Doce (41%); Alcan Aluminum Company, do Canadá (19%); Companhia Brasileira de Alumínio (10%); Aardal of Sunndal Verk e Norsk Hydro, da Noruega, Instituto Nacional da Indústria, da Espanha, Reynolds Aluminum Company, dos Estados Unidos, Rio Tinto Zinc, da Grã-Bretanha, e Mineração Rio Xingu, brasileira (todas estas com 5%).[4]

Finalmente, durante todo esse período, a nova Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), estatal, desempenhou um papel extremamente importante na abertura da frente de expansão mineral da Amazônia. A

[3] "CVRD: Charging into the Future with a Bungle of New Projects", *Engineering and Mining Journal* (novembro de 1975), 110-15. Em maio de 1977 a U. S. Steel retirou-se do imenso projeto Carajás de minério de ferro e noticiou-se que recebera 51 milhões de dólares em compensação. Publicações da área de mineração informam que a CVRD planeja continuar com o trabalho de infra-estrutura do projeto Carajás. Ver E. A. Schiller, "Mineral Exploration and Mining in Brazil — 1977", *Mining Magazine* (setembro de 1977), 245-53.

[4] "Trombetas: Major Bauxite Reserves in Search of a Future", *Engineering and Mining Journal* (novembro de 1975), 153-7.

CPRM foi criada pelo Governo brasileiro em 1969, e desde então tem cumprido três funções básicas: (1) melhorar o conhecimento geológico básico do país; (2) fornecer assistência técnica e financeira a outras companhias, tanto estrangeiras quanto nacionais, para o desenvolvimento da prospecção e da mineração; e (3) patrocinar e desenvolver a base tecnológica para a rápida expansão da indústria de mineração no Brasil.

Entre julho de 1970 e março de 1975, a CPRM mapeou mais de 2 milhões de quilômetros quadrados de território brasileiro e financiou mais de 33 projetos de prospecção mineral. Um dos principais projetos da CPRM, concluído em 1975, foi a prospecção de grandes depósitos de molibdênio na região da serra do Mel, ao Norte de Boa Vista, perto da fronteira com a Venezuela. Outros grandes projetos foram prospecções de linhita, turfa e saprolita ao longo do rio Jutaí, no Estado do Amazonas, e uma avaliação das grandes reservas de titânio ao longo dos rios Uaupés e Tapuruquara, no extremo Oeste da Amazônia brasileira. O Mapa 4 mostra os vários projetos de prospecção mineral realizados ou financiados pela CPRM até 1975, junto com a localização aproximada de vários parques indígenas e outros grandes projetos de mineração na Bacia Amazônica do Brasil.[5]

Para ganhar acesso a essas novas reservas minerais, em 1973 o Governo brasileiro começou a construir duas importantes rodovias nas partes Norte e Oeste da Bacia Amazônica. A primeira foi a Rodovia Perimetral Norte, com 4 mil quilômetros. Quando concluída, essa rodovia atravessaria toda a parte Norte da Amazônia, margeando as fronteiras de Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru. A segunda rodovia, fazendo parte da rede Transamazônica e atravessando a Perimetral Norte na direção Norte-Sul, era a BR-174 ou Rodovia Manaus-Boa Vista (ver o Mapa 3, inserção A).[6]

Em 1973, a Fundação Nacional do Índio também anunciou sua intenção de realizar expedições de pacificação na parte Noroeste da Bacia Amazônica. Na época em

[5] "CPRM: A Catalyst in Brazilian Exploration Programs", *Engineering and Mining Journal* (novembro de 1975), 169-71.

[6] Leonard Greenwood, "Brazil Begins Work on 3,000 Mile Highway", *Los Angeles Times* (28 de outubro de 1973).

que isso foi anunciado, altos funcionários da FUNAI alegaram que essa seria uma das mais difíceis tarefas na história do órgão. Um relatório estimava que viviam na área entre 20 mil e 50 mil índios, em 270 grupos tribais ou subtribais. Duas das maiores tribos dessa área eram os Waimirí-Atroarí, ao longo da Rodovia Manaus-Boa Vista, e os Yanomanö, no Território de Roraima. Uma discussão da situação atual dessas duas tribos permite uma compreensão maior da maneira pela qual a FUNAI sacrifica os direitos territoriais dos índios para abrir caminho aos projetos rodoviários e de desenvolvimento da mineração no Brasil.[7]

A pacificação da tribo Waimirí-Atroarí

Os Waimirí-Atroarí são mais de 2 mil pessoas e vivem numa grande área de selva fechada entre os rios Alalau, Uatuma e Jauaperi, ao norte de Manaus. Durante mais de uma década, os Waimirí-Atroarí conseguiram defender seu território contra todas as intromissões e ataques externos. No final da década de 60, foram feitas várias tentativas para contactar a tribo. Em 1968, por exemplo, um padre católico, Giovanni Calerì, tentou pacificar a tribo Waimirí-Atroarí. Mas essa tentativa falhou, e os Waimirí-Atroarí ficaram famosos por terem morto o padre Calleri e oito membros de sua equipe de pacificação.[8]

No início da década de 70, o Governo brasileiro criou por decreto uma reserva especial para os Waimirí-Atroarí no Estado do Amazonas. Ao mesmo tempo, porém, começou a planejar uma estrada que ligaria Manaus a Boa Vista e passaria dentro da nova reserva Waimirí-Atroarí. Essa estrada tinha um significado estratégico, em termos miiltares e econômicos, para o Brasil. Proporcionava a única rota militar para a fronteira venezuelana e terminava, ao Norte, nos grandes depósitos de molibdênio descobertos pelos geólogos da CPRM na serra do Mel (ver Projeto 12, Mapa 4).

[7] Um informe sobre o programa da FUNAI na parte Noroeste da Bacia Amazônica apareceu no semanário *Opinião* (5 de março de 1973).

[8] Aborigines Protection Society, de Londres, *Tribes of the Amazon Basin in Brazil: 1972* (Londres, 1973), pp. 70-3.

Em 1974, com a construção de estradas em todo o Noroeste da Amazônia brasileira, dezenas de agentes da FUNAI foram enviados à frente Waimirí-Atroarí. Quase todas as semanas, helicópteros sobrevoavam as aldeias Waimirí-Otroarí jogando facões, contas e espelhos para os índios. Inicialmente, alguns dos chefes Waimirí-Atroarí aceitaram esses presentes e tentaram negociar com os agentes indigenistas ao longo da Rodovia Manaus-Boa Vista. Depois, após uma série de encontros malsucedidos, os Waimirí-Atroarí deixaram claro que preferiam morrer lutando a abandonar o que restava de seu território e suas terras.[9]

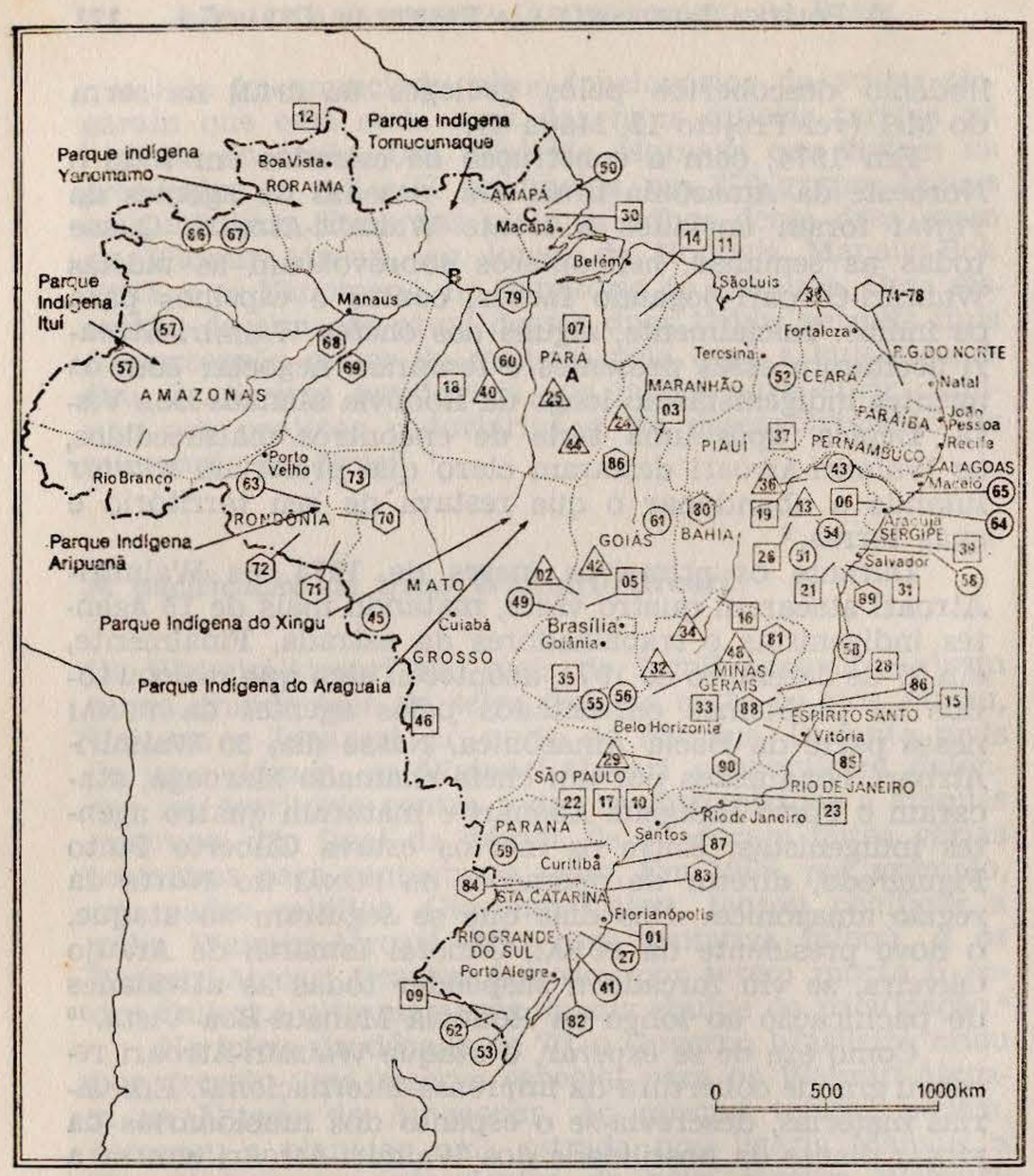
Durante os primeiros meses de 1974, os Waimiri-Atroarí atacaram quatro vezes, matando mais de 15 agentes indigenistas e trabalhadores da estrada. Finalmente, em 27 de dezembro de 1974, aconteceu algo que realçou todos os problemas enfrentados pelos agentes da FUNAI nessa parte da Bacia Amazônica. Nesse dia, 30 Waimirí-Atroarí, conduzidos por um chefe chamado Maroaga, atacaram o Posto Indígena Abonari e mataram quatro agentes indigenistas. Entre os mortos estava Gilberto Pinto Figueiredo, diretor de operações da FUNAI no Norte da região amazônica. Nos dias que se seguiram ao ataque, o novo presidente da FUNAI, General Ismarth de Araújo Oliveira, se viu forçado a suspender todas as atividades de pacificação ao longo da Rodovia Manaus-Boa Vista.[10]

Como era de se esperar, o ataque Waimirí-Atroarí recebeu grande cobertura da imprensa internacional. Em várias matérias, descrevia-se o espanto dos funcionários da FUNAI diante da hostilidade dos Waimirí-Atroarí contra a construção da Rodovia Manaus-Boa Vista. Um funcionário da FUNAI chamado José de Aguiar, por exemplo, teve as seguintes palavras citadas pelo *New York Times*:

> Nenhum de nós sabe por que isso aconteceu. Outro chefe, Comprido, havia comandado os outros três ataques no ano passado

[9] Marvine Howe, "Indians Kill 3 in Raid on Brazilian Amazon Post", *New York Times* (2 de fevereiro de 1973).

[10] Marvine Howe, "Amazon Indians Kill 3 in Attack", *New York Times* (6 de janeiro de 1975).



Mapa 4. Os Índios e a frente de expansão de mineração na Amazônia
Fonte: Engineering and Mining Journal (Novembro de 1975), pp. 170-1

Chave: Projetos multinacionais de mineração na Bacia Amazônica

A *Amazônia Mineração* (minério de ferro, Serra dos Carajás): projeto de 3 bilhões de dólares da U.S. Steel Corporation e Campanhia Vale do Rio Doce com início marcado para 1980.

B *Mineração Rio do Norte* (bauxita, Rio Trombetas): projeto de 260 milhões da Alcan Aluminum Company e Companhia Vale do Rio Doce com início marcado para 1977.

C *Indústria e Comércio de Minérios* (Manganês, Serra do Navio): grande projeto de mineração e processamento de manganês da Bethlehem Steel Corporation e Cia. Auxiliar de Empresas Mineração, iniciado em 1957.

Mapa 4. Chave (*cont.*): Projetos de Exploração mineral desenvolvidos pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (C P R M)

Projetos terminados

1 Morro da Fumaça (Fluoreto)
3 Serra da Gangalha (Diamantes)
7 Transamazônica
5 Santa Fé (Níquel)
6 Carmopolis (Potássio, salgema)
9 Bagé (Cobre)
10 Poços de Caldas (Molibdênio)
11 Paragominas (Bauxita)
12 Serra do Mel (Molibdênio)
14 Rio Capim (Caulim)
15 Plat. Continental (Salgema, potássio, enxofre)
16 Montalvania (Prata, zinco, chumbo, fluoreto)
17 Morro do Serrote (Fosfato)
18 Rio Jamanxim (Prata, zinco, cobre, chumbo)
19 Xique Xique (Chumbo)
21 Brasileia (Cobre)
22 Cerro Azul (Nióbio)
23 Morro Redondo (Bauxita)
26 Sacaiba (Cromo)
28 Aimores (Titânio)
30 Rio Falsino (Cobre)
31 Itaparica (Calcário)
33 Alterosa (Calcário, berílio)
35 Paraúna (Fosfato)
37 Massape (Vermiculita)
46 Corumbá (Ferro)
39 Araçás (Carvão)

Projetos em curso

2 Morro do Engenho (Níquel)
13 Andorinha (Cromo)
24 Arapoema (Níquel, cobre)
25 São Felix do Xingu (Chumbo)
29 Catalão (Cromo)
32 Chaminés Alcalinas (Fosfato, diamantes, titânio, nióbio)
34 Januaria-Itacarambi (Vanádio, prata, chumbo)
36 Curaçá (Cobre)
38 Aprazivel (Cobre)
40 Itamaguari (Gipsita)
42 Canadá (Cobre)
44 Gradaus (Ferro)
48 Patos de Minas (Fosfato)

Projetos aguardando decisão do DNPM

27 Orleães Carvão)
41 Ararangua (Carvão)
43 Tombador (Sienita)
45 Santa Barbara (Cobre, cromo)
49 Bom Jardim (Chumbo, zinco)
50 Ita (Prata)
51 Ipirá (Cromo)
52 Pimenteiras (Fosfato)
53 Candiota (Carvão)
54 Coite (Cobre)
55 Três Ranchos (Nióbio)
56 Ouvidor (Nióbio)
57 Rio Jutaí (Linhita, turfa, saprolita)
58 Ilheus (Fosfato)
59 Barra do Mendes (Níquel)
60 Aveiro (Calcário)
61 Dianópolis (Zinco)
62 Irui-Butia (Linhita)
63 Presidente Hermes (Ferro)
64 São Cristovão (Fosfato, gipsita, calcáreo)
65 Propriá (Fosfato)
66 Uaupés (Titânio)
67 Tapuruquara (Titânio)

Projetos de 1975 financiados através do CPRM

68 Mineração Angelim SA. (Cassiterita)
69 Concisa—Construção Civil e Industrial Ltda. (Cassiterita)
70 Progresso da Rondônia Mineração (Cassiterita)
71 Tin Brasil Mineração Ltda. (Cassiterita)
72 Mineração Aracazeiros Ltda. (Cassiterita)
73 Mineração Rio das Garças Ltda. (Cassiterita)
74 Mineração Amarante (Xeelita)
75 Mineração Tijuca Ltda. (Xeelita)
76 Mineração Acquarius (Xeelita)
77 Zangarelhas Mineração Ltda. (Xeelita)
78 Mineração Nordeste do Brasil Ltda. (Xeelita)
79 Camita SA (Salgema)
80 Serrasa—Serra do Ramalho Mineração Ltda. (Fluorita)
81 Operadora de Equipamentos SA (Cromita)
82 Emp. Min. Imarui e Salomão Mineração Ltda. (Fluorita)
83 Leprevost e Cia. (Ouro)
84 Mineração Morretes (Ouro)
85 Minas Del Rei D. Pedro SA (Ouro)
86 Mineração Morro Velho SA (Ouro)
87 Eneel (Níquel)
88 C. R. Almeida SA (Ilmenita)
89 Somicol SA (Manganês)
90 Cia. Bozano Simonsen (Ferro)

e talvez Maroaga, para manter sua supremacia, tenha morto um chefe branco — e para eles só poderia ser Gilberto.[11]

De acordo com outro funcionário da FUNAI, João Américo Peret, o ataque Waimirí-Atroarí foi lançado contra o pessoal governamental porque faltava aos índios a capacidade tecnológica e militar para enfrentar as máquinas pesadas de terraplenagem usadas para construir as novas estradas. Citado na revista *Time*, Peret disse que "os índios se ressentem da velocidade e da agressividade com as quais a estrada está sendo construída, mas, como não podem enfrentar as máquinas de terraplenagem, então vingam-se no pessoal da FUNAI".[12]

Vários outros observadores brasileiros interpretaram a hostilidade dos Waimirí-Atroarí em termos bem diferentes. Orlando Villas Boas, por exemplo, teve estas palavras citadas:

> Os Atroaris são como os outros índios. Eles repelem qualquer invasão de suas terras e protegem suas famílias. Matam porque é a única maneira de deter o homem branco.[13]

Posição similar foi expressa pelo padre José Vicente César, presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O padre Vicente observou que a Fundação Nacional do Índio freqüentemente "faz contactos com os índios, mas sem o acompanhamento necessário para preservar essas contactos". A maioria dos agentes indigenistas trabalhando no Noroeste da Amazônia, afirmava ele em seguida, nem sequer falava as línguas dos povos que eles deviam supostamente contactar e proteger. De acordo com o padre Vicente, a FUNAI, e não os Waimirí-Atroarí, era culpada pelo ataque de 1974. Ela deveria ter convencido o Governo federal a desviar a estrada Manaus-

[11] Citado em "Brazil Suffers Setback in Amazon", *San Francisco Chronicle* (7 de janeiro de 1975), de um serviço do *New York Times*.

[12] Citado em "Death at Abunari Two", *Time* (20 de janeiro de 1975), 43.

[13] Citado em Leonard Greenwood, "Brazil's Chief Indian Scout Suspended", *Los Angeles Times* (8 de janeiro de 1975).

Boa Vista, além de demarcar e defender a reserva Waimirí-Atroarí.[14]

Em janeiro de 1975, uma semana após o ataque Waimirí-Atroarí, aconteceu o mais bizarro dos incidentes. Outro agente indigenista, Sebastião Amâncio, foi nomeado para substituir o falecido Gilberto Pinto Figueiredo como diretor dos esforços de pacificação da FUNAI ao longo da estrada Manaus-Boa Vista. Nos dias que se seguiram à sua indicação, Amâncio deu uma entrevista ao jornal *O Globo* na qual dizia que ele e outros agentes estavam cansados da "guerra sem armas" da FUNAI. De acordo com Amâncio, a tradicional estratégia de pacificação da FUNAI havia fracassado, e chegara a hora de usarem meios mais diretos, tais como dinamite, granadas, gás lacrimogêneo e rajadas de metralhadoras para dar aos índios "uma demonstração da força de nossa civilização".[15]

Sebastião Amâncio dizia que não usaria essas armas contra os índios, mas que eles precisavam de uma lição. Deixar mais presentes para os Waimirí-Atroarí, segundo ele, apenas daria a idéia de que eles estavam sendo recompensados pelos ataques e massacres dos últimos anos. Em vez disso, Amâncio descrevia como ele entraria no território dos Waimirí-Atroarí e construiria uma grande fortaleza no Posto Índigena Abonari. Prosseguia dizendo que essa fortaleza só teria uma entrada, com uma escada que seria erguida em caso de ataque. Ela conteria um arsenal de dinamite, foguetes, bombas de gás e granadas. Essa demonstração de força, disse ele à imprensa, expulsaria os índios de seus esconderijos e abriria caminho para a construção da estrada.

O bizarro plano de Amâncio chocou a imprensa brasileira e, depois de sua divulgação, vários jornalistas apelaram ao presidente da FUNAI para que declarasse qual seria a política oficial ao longo da estrada Manaus-Boa Vista. Finalmente, em 8 de janeiro de 1975, o General Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da FUNAI, deu uma entrevista coletiva em Brasília para discutir a

[14] Citado em *San Francisco Chronicle* (7 de janeiro de 1975).

[15] A estratégia de Amâncio para pacificar os Waimirí-Atroarí foi descrita no artigo de Leonard Greenwood, "Brazil's Chief Indian Scout Suspended", *Los Angeles Times* (8 de janeiro de 1975).

política indigenista na área Waimirí-Atroarí. Ismarth de Araújo Oliveira disse que as opiniões de Sebastião Amâncio não representavam as da Fundação, e que ele seria suspenso enquanto se investigavam suas declarações. Ao mesmo tempo, porém, admitiu que a FUNAI havia chegado a um impasse em suas numerosas tentativas para pacificar a tribo Waimirí-Atroarí, e que os índios estavam "defendendo suas terras de forma intransigente". A FUNAI, segundo ele, estava reavaliando sua estratégia de pacificação ao longo da Rodovia Manaus-Boa Vista e chamando antropólogos de fora e agentes indigenistas experientes para desenvolver um novo plano, a fim de fazer contacto pacífico com a tribo.[16]

Um mês depois, em fevereiro de 1975, a FUNAI anunciou que reiniciaria seus esforços de pacificação ao longo da estrada Manaus-Boa Vista. Apoena Meirelles, o jovem agente indigenista que antes dirigira o Parque Indígena Aripuanã, foi nomeado para realizar a pacificação da tribo Waimirí-Atroarí. De acordo com o novo plano, Meirelles organizaria uma expedição de 80 membros para contactar os Waimirí-Atroarí. Cinqüenta homens serviriam como guardas. Os outros 30, chefiados por Meirelles, colocariam presentes em frente às aldeias Waimirí-Atroarí e tentariam reconquistar a confiança da tribo. O projeto de construção da estrada, no entanto, continuaria como fora planejado.[17]

Em 1975, a FUNAI também iniciou outro grande esforço de pacificação a norte e a oeste da frente Waimirí-Atroarí, no Território de Roraima. Um dos maiores grupos indígenas nessa região era a tribo Yanomamö, entre 10 mil e 15 mil índios que viviam em centenas de aldeias isoladas, perto da fronteira entre a Venezuela e o Brasil. É instrutivo recuar um pouco nossa narrativa e considerar como essas pessoas também foram afetadas pelos novos projetos rodoviários e de desenvolvimento na região Norte do Brasil.

---

[16] Citado em *Los Angeles Times* (8 de janeiro de 1975). Ver também: Marvine Howe, "Brazil Refuses to Punish Indians", *New York Times* (9 de janeiro de 1975).

[17] "Brazil: A Road Into the Jungle", *San Francisco Chronicle* (1.º de fevereiro de 1975).

A situação da tribo Yanomamö

Os Yanomamö (também conhecidos como Yanoama, Shirianá, Xirianá, Guaharibo, e Waiká) são a maior tribo indígena não-aculturada da América do Sul. Durante quase um século, os Yanomamö foram forçados a recuar defensivamente para seu atual território, entre o rio Orenoco na Venezuela e o rio Marauia no Brasil. Ao sul, eram atacados pelos seringueiros e colonos brasileiros. Ao norte, rechaçavam a frente de expansão pecuária da Venezuela e a tribo, mais aculturada e armada de rifles, dos Makiritare. Durante quase duas décadas, ferramentas metálicas e armas de fogo foram introduzidas nas fronteiras do território Yanomamö, e levadas, por meio de troca, para os grupos mais isolados. Missionários evangélicos norte-americanos e padres católicos italianos começaram a entrar na área Yanomamö no início da década de 50. Uma década depois, começaram a aparecer os primeiros relatos de epidemias de malária e sarampo entre os Yanomamö.[18]

Em agosto de 1972, a equipe de quatro membros da Aborigines Protection Society (APS) de Londres visitou várias comunidades Yanomamö localizadas no Território de Roraima. Inicialmente, a equipe da APS ficou impressionada com a situação dos Yanomamö em comparação com a de outros grupos indígenas do Brasil. Os contactos com estranhos só haviam começado na década anterior, e os índios, de acordo com a equipe da APS, estavam "ainda em grande parte isolados dos interesses colonizadores e comerciais do Brasil".

Os principais contactos dos Yanomamö durante esse período foram com missionários estrangeiros, que haviam estabelecido várias missões na área, mas que pareciam não ameaçar seriamente a integridade da tribo. "Os Yanomamö", escreveu a equipe da APS em seu relatório de 1973, "parecem contentes com sua cultura, e mostram-se

---

[18] Para uma discussão da situação dos Yanomamö no lado venezuelano da fronteira, ver Jacques Lizot, *The Yanomami in the Face of Ethnocide*, International Work Group for Indigenous Affairs (Copenhague, 1976).

suficientemente fortes para resistirem ao zelo catequizador dos missionários".[19]

A equipe da APS também ficou impressionada com o fato de a FUNAI estar planejando intervir nessa área. No ano anterior, por exemplo, uma reserva especial fora decretada para a tribo Yanomamö. Mas, para sua surpresa, a equipe da APS descobriu que essa reserva só conteria uma área suficiente para 300 membros da tribo, excluindo praticamente todas as aldeias Yanomamö identificadas pela FUNAI.

Em seu relatório, a equipe da APS observava que nenhum dos experientes missionários na área Yanomamö fora consultado sobre os limites da reserva. Mais ainda, a equipe da APS questionava se os limites propostos não poriam em risco a tribo, e sugeria o estabelecimento de negociações com a Venezuela para a criação de uma reserva Yanomamö internacional. "Consideramos", escreveu a equipe da APS em 1973, "ser necessário e defensável estender consideravelmente essa reserva, e que devem ser abertas discussões com as autoridades venezuelanas para ver que formas de ligação e coordenação da política indigenista são possíveis ao longo da fronteira".[20]

Desde a publicação do relatório da APS, a FUNAI passou a ter um papel mais ativo na área Yanomanö. Mas, ao mesmo tempo, três fatos acontecidos nessa região sufocaram o desenvolvimento de uma política indigenista efetiva, colocando uma ameaça crucial à existência continuada da tribo Yanomanö.

Primeiramente, nos anos mais recentes o Governo brasileiro começou a construir uma série de estradas atravessando partes isoladas do Território de Roraima. Em maio de 1974, Edwin Brooks, membro da equipe da APS, publicou um artigo indicando como essa nova rede rodoviária afetaria a tribo Yanomanö. O artigo de Brooks continha uma série de mapas recentes mostrando que duas das novas estradas planejadas passariam pela reserva proposta para os Yanomanö. Uma delas, ao longo da fronteira Sul da reserva, era parte da Perimetral Norte, rodovia de 4.000 km de extensão. A outra era uma

[19] Aborigines Protection Society, p. 63.
[20] Aborigines Protection Society, pp. 65-6.

estrada territorial menor, que cortaria a parte Norte da reserva e ligaria as missões de Catrimani e Surucucus. Brooks alegava que as duas poriam em risco a integridade territorial do tribo Yanomanö (ver Mapa 3, inserção A).[21]

Em segundo lugar, em fevereiro de 1975, o Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, anunciou que um imenso campo de urânio fora descoberto na região de Surucucus, em Roraima, um dos locais principais da tribo Yanomanö. De acordo com um relatório, havia 16 aldeias Yanomanö na região de Surucucus, com uma população de mais de 2 mil índios. Até pouco tempo atrás, a principal entidade de assistência a esses índios era a Missão Evangélica da Amazônia (MEVA), com dois missionários, um brasileiro e um norte-americano.

Na verdade, a existência de materiais radiativos nessa região já era conhecida desde 1951, mas a prospecção real de urânio só começou em 1970, quando o Governo brasileiro destinou grandes verbas para os setores mineral e nuclear. Em 1974, já havia mais de 150 técnicos trabalhando somente na região de Surucucus, incluindo militares brasileiros, o Projeto RADAM, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, e a Nuclebrás, a nova companhia estatal criada para promover a pesquisa nuclear no Brasil.[21]

Finalmente, ao longo de 1974 e 1975, apareceram várias estórias descrevendo a descoberta de diversos focos de um doença muito temida, a oncocercíase (cegueira fluvial africana), em toda a parte Noroeste da Bacia Amazônica. A oncocercíase é transmitida por um pequeno mosquito da família dos Simulídeos, e em geral é encontrada perto de povoados ribeirinhos, onde as perigosas populações de mosquitos depositam seus ovos. Até hoje, a mais séria incidência de oncocercíase ocorreu nos sete países da bacia do rio Volta, na África Ocidental. A doença atacou 1 milhão de pessoas nessa área. Destas, 70

[21] Edwin Brooks, "The Brazilian Road to Ethnicide", *Contemporary Review*, 224, N.º 1.300 (maio de 1974), 8.
[22] "Uranium Discovery Threatens Yanomanö Tribe", *Brazilian Information Bulletin* (Berkeley, Calif., verão de 1975), 6-10.

mil ficaram cegas e mais de 30 mil têm visão apenas residual.[23]

Em 1974, dois cientistas americanos, Robert J. A. Goodland e Howard S. Irwin, informaram sobre a incidência crescente de oncocercíase na Bacia Amazônica, e advertiram o Governo brasileiro contra a construção da Petrimetral Norte, tal como havia sido planejada. Segundo esses cientistas, existia uma relação íntima entre as atividades de desflorestamento, associadas ao programa de construção de estradas na Amazônia, e a rápida disseminação da perigosa população de mosquitos. Goodland e Irwin afirmavam que a oncocercíase talvez fosse a maior ameaça à saúde na Amazônia, e que ela se estava espalhando ativamente ao longo das margens da Perimetral Norte. "Se a estrada planejada para atravessar o foco principal não for retraçada", escreveram os dois, "deve-se esperar um desastre tão generalizado quanto na África."[24]

Infelizmente, um relatório médico da FUNAI, de fevereiro de 1975, confirmou essas previsões. A oncocercíase, que anteriormente se localizava nas cercanias da fronteira venezuelana, agora já se espalhava para além de Roraima e descia até o Pará, o Acre, e a Região Centro-Oeste do Brasil. Somente no Estado do Amazonas, de uma amostra de 310 pessoas investigadas pela equipe médica da FUNAI, 94, isto é, quase 30%, estavam infectadas pela doença.

A incidência mais séria de oncocercíase ocorrera entre as tribos indígenas da parte Noroeste da Bacia Amazônica. Ao longo do rio Marauia, descobriu-se que um grupo de índios Yanomanö tinha um índice de 100% da doença. Na região do Alto Solimões, a tribo Tikuna apresentava um índice positivo de 87,5%. Ao longo dos rios Damini e Mapalau, cinco tribos indígenas, ao que se informava, estavam infectadas. Índices menores de oncocercíase foram encontrados entre as tribos Tucano e

[23] Nações Unidas, *Stemming the River of Darkness: The International Campaign Against River Blindness* (Nova York, sem data), p. 4.

[24] R. J. A. Goodland e H. S. Irwin, *Amazon Jungle: Green Hell to Red Desert?* (Amsterdã, 1975), p. 55.

Maku, no rio Uaupés, e na tribo Baniwa da região do rio Içana.

Ao revelar essas estatísticas à imprensa brasileira, o presidente da FUNAI, Ismarth de Araújo Oliveira, alegou que o controle da oncocercíase era extremamente difícil. Afirmou que isso envolveria a intervenção de vários ministérios e exigiria um oneroso deslocamento das pessoas engajadas em projetos de desenvolvimento ao longo da Perimetral Norte. O General Ismarth descreveu a epidemia de oncocercíase como algo que, virtualmente, "voava nas asas do mosquito". O único combate, disse ele, era um caro remédio francês que, quando aplicado aos índios, matava-os, supostamente por falta de resistência física.[25]

Logo após o anúncio dessa epidemia, a imprensa brasileira passou a procurar cada vez mais alguma declaração oficial acerca de qual seria a política da FUNAI no Território de Roraima. Num certo sentido, a descoberta de vastos depósitos minerais nessa região proporcionava um caso exemplar para avaliar a futura direção da política indigenista no Brasil. Finalmente, em março de 1975, o Governador de Roraima, General Fernando Ramos Pereira, manifestou seu ponto de vista sobre a questão para jornalistas brasileiros. "Minha opinião", disse ele, "é que uma área rica como essa — com ouro, diamantes e urânio — não pode dar-se ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas que estão atrasando o desenvolvimento do Brasil."[26]

No dia seguinte a essa declaração, o presidente da FUNAI deu uma entrevista na qual tentou esclarecer qual seria a política indigenista no Território de Roraima. Em contraste com a declaração do Governador, o General Ismarth de Araújo Oliveira alegou que não havia contradição alguma entre a proteção das tribos indígenas de Roraima, tais como a grande tribo Yanomanö, e o progresso e o desenvolvimento do Brasil. Citando o artigo 45 do novo Estatuto Brasileiro do Índio, que dava à FUNAI o direito de administrar e arrendar as riquezas minerais dos indígenas, o General disse que "o índio só pode beneficiar-se com a riqueza mineral descoberta nas terras

[25] Citado em *O Estado de São Paulo* (8 de fevereiro de 1975).

[26] Citado em *O Estado de São Paulo* (1.º de março de 1975).

em que ele habita". O Estatuto do Índio, conforme salientou o presidente da FUNAI, exigia a "integração" dos índios na economia brasileira, e previa sua "participação", como proprietários, na exploração dos recursos minerais contidos em suas terras.

Ao mesmo tempo, o presidente da FUNAI revelou que fora assinado um contrato com dois antropólogos da Universidade de Brasília para a criação do Projeto Perimetral-Yanomanö, um amplo programa governamental para a integração da tribo Yanomanö. A finalidade desse projeto seria estabelecer a base para a integração econômica a longo prazo da tribo Yanomanö às frentes de colonização do extremo Norte do Brasil. Os índios, segundo o General Ismarth, seriam vacinados contra doenças e aprenderiam novas práticas econômicas de modo a comerciarem os produtos de seu trabalho com os colonos ao longo da Perimetral Norte. A filosofia que estava por trás desse projeto, conforme citação de um dos antropólogos contratados pela FUNAI, era "implantar um sistema de *integração direta* (grifos meus), que permitiria vantagens econômicas para ambos os grupos".[27]

Em 1975 e 1976, ocorreram mais três eventos com conseqüência direta para o futuro da tribo Yanomanö. O primeiro foi a assinatura de um importante acordo bilateral entre o Brasil e a Alemanha Ocidental para o fornecimento a longo prazo de urânio natural em troca de tecnologia nuclear mais avançada. Esse acordo inclui planos para a construção de oito usinas nucleares no Brasil, expansão das atuais atividades de prospecção de urânio, e construção de usinas de enriquecimento de urânio e reprocessamento do combustível nuclear. Do ponto de vista dos Yanomanö, esse acordo provavelmente significa que em breve o Governo brasileiro começará a explorar os grandes depósitos de urânio descobertos em Surucucus.[28]

O segundo fato foi a decisão, tomada pelos Governos do Brasil e da Venezuela, de fechar a área Yanomanö a investigações de antropólogos estrangeiros. Basicamente, essa decisão corta toda e qualquer comunicação entre os Yanomanö e os estudiosos estrangeiros, impedindo que

[27] Citado no *Jornal do Brasil* (5 de março de 1975).

[28] Paul Kemezis, "Bonn and Brazil in Uranium Deal", *New York Times* (3 de maio de 1975).

informações sobre a situação da tribo cheguem ao mundo exterior. No caso do Brasil, essa decisão baseava-se no argumento de que nenhum estrangeiro pode, por lei, residir a uma certa distância das fronteiras brasileiras.[29]

Finalmente, revelou-se recentemente que grandes depósitos de cassiterita, assim como de urânio, foram descobertos no território Yanomanö. Parece que desde 1975 um grande *boom* de cassiterita vem ocorrendo no Território de Roraima. Segundo um relato jornalístico, o Governador de Roraima deu à companhia de mineração Além-Equador direitos exclusivos para a prospecção de minérios nos morros em torno da missão de Surucucus, e uma pista de aviação foi construída para transportar os minérios. Alguns relatos indicam que tanto a FUNAI quanto os militares brasileiros intervieram para deter essa exploração mineral não autorizada, mas em julho de 1976 ainda se informava sobre um "clima de tensão" entre garimpeiros e índios na área.[30]

O contexto institucional da política indigenista do Brasil

Em março de 1974, quando o General Ismarth de Araújo Oliveira tornou-se o novo presidente da FUNAI, vários observadores passaram a esperar uma mudança básica na política indigenista do Brasil. De certo modo, havia base para essa esperança. Um dos primeiros atos do novo presidente, por exemplo, foi comparecer a uma reunião dos chefes tribais no Parque Nacional do Xingu. Ao mesmo tempo, a FUNAI convocou vários antropólogos para servirem como consultores do órgão, e deu ouvidos às crí-

[29] "South America: Anthropologists Go Home!", *Survival International Review*, 1, N.º 15 (primavera de 1976), 26.

[30] As recentes descobertas de cassiterita nas terras Yanomamö foram descritas num informe especial por Atenéia Feijó e José Moure na revista *Manchete* (24 de julho de 1976), 66-77. Ver também Ernest C. Migliazza, "The Integration of the Indigenous People of the Territory of Roraima", informe escrito para o simpósio "Amazonia: Survival or Extinction?", Universidade de Wisconsin, Madison (18 a 22 de abril de 1978).

ticas de vários agentes indigenistas dedicados. Com razão, muitos daqueles que antes criticavam a atuação do órgão ficaram bem impressionados com a nova abertura do regime da FUNAI.

Essa reação entusiástica à nova administração da FUNAI tendeu, porém, a obscurecer o contexto institucional no qual a política indigenista se viu forçada a funcionar no Brasil, já há muitos anos. Como tentei mostrar nas páginas precedentes, a FUNAI é um órgão do Ministério do Interior e portanto substancialmente limitado, mesmo sob uma nova liderança, ao programa mais amplo de desenvolvimento econômico do regime militar brasileiro. Esses limites institucionais ficam mais evidentes nas seções do Estatuto Brasileiro do Índio que lidam com a questão vital dos direitos dos índios sobre suas terras, e que o presidente da FUNAI citou em sua resposta ao Governador de Roraima, em março de 1975.

O Estatuto Brasileiro do Índio ganhou força de lei em dezembro de 1973, e desde então serve de mandato legislativo básico para o programa da FUNAI. Certas seções dessa nova lei (Título III, Capítulo 1, Artigos 17, 18 e 19) reconhecem os direitos exclusivos das comunidades indígenas sobre territórios e terras, e definem especificamente a obrigação da FUNAI de demarcar uma série de parques, territórios, campos de cultivo e reservas indígenas. Além disso, a lei declara especificamente que "a terra nativa não pode ser objeto de arrendamento ou aluguel, nem de qualquer ato jurídico ou negociação que restrinja o *pleno exercício da posse direta* (grifos meus) pela comunidade nativa ou silvícola".[31]

Vários outros artigos do mesmo estatuto, contudo, contradizem diretamente esses dispositivos e direitos, e constituem uma ameaça substancial à integridade territorial das tribos indígenas. O Artigo 20, por exemplo, declara que o Governo federal pode intervir numa área nativa e transferir grupos tribais, sob seis condições. Duas delas são: "realizar obras públicas, isto é, estradas de interesse do desenvolvimento nacional", e "explorar, do subsolo, depósitos valiosos, isto é, minérios de grande interesse para a segurança nacional e o desenvolvimento".

[31] Estatuto Brasileiro do Índio, Título III, Capítulo 1, Artigo 18, tradução inglesa datada de 19 de dezembro de 1973.

De importância igual, se não maior, é o Título IV do novo estatuto, "Ativo e Renda da Propriedade Indígena", que dá à FUNAI o direito de administrar e arrendar os recursos contidos nas terras indígenas. De acordo com esse título, os recursos indígenas são concebidos como parte da chamada Propriedade Indígena, cujo "ativo" deve, através de administração racional, investimentos e exploração, gerar "renda" para as tribos indígenas.

Os artigos de números 39 a 42 desse título definem especificamente tal "ativo" e dão à FUNAI o direito de gerir e administrar o mesmo. O Artigo 43 dá à FUNAI o direito de reinvestir esse "ativo... preferivelmente em atividades lucrativas, ou... em programas de assistência aos índios". Finalmente, os Artigos 44 e 45 distinguem entre riqueza do solo e do subsolo, e dão ao Ministério do Interior, através da FUNAI, o direito de conceder autorização a terceiros com o propósito de arrendar as reservas minerais indígenas.

Esses dispositivos para a administração e o arrendamento de recursos no novo Estatuto Brasileiro do Índio talvez sejam o reflexo mais claro de como a política indigenista brasileira tornou-se institucionalmente comprometida com os interesses mais amplos de desenvolvimento econômico do regime militar brasileiro. Esses dispositivos vão contra o sentimento expresso no Artigo 198 da Constituição brasileira e contradizem toda a história protecionista da lei indigenista brasileira. Basicamente, dão um mandato legal à FUNAI para arrendar os recursos estratégicos contidos em terras indígenas às poderosas firmas multinacionais e estatais de mineração, extração de madeira e agroindústria.

Para quem está familiarizado com a história da política indigenista em outros países das Américas, fica claro que o Governo brasileiro está tentando institucionalizar um tipo de política indigenista similar ao praticado nos Estados Unidos. Apesar de um vasto corpo de leis positivas referentes aos índios, e de centenas de tratados internacionais "sagrados", há cerca de um século o Escritório de Assuntos Indígenas dos Estados Unidos vem arrendando os recursos minerais, as águas e as terras indígenas. Ostensivamente, essa política de arrendamento fornece verbas aos "Tesouros Indígenas" e serve de base para programas de financiamento que irão aculturar tri-

bos indígenas. Mas o fato é que essa política tem sido uma das principais razões para a contínua e inexorável expropriação de terras indígenas. Entre 1887 e 1966, por exemplo, a base territorial do índio nos Estados Unidos reduziu-se de 55 milhões para 22 milhões de hectares. Se não houver uma grande mudança política, tendo em vista a grande escala em que se está desenvolvendo a atividade econômica na Bacia Amazônica, só se pode prever que o mesmo destino espera as tribos indígenas remanescentes no Brasil.[32]

[32] Para uma discussão dos efeitos da política de terra e recursos do Escritório de Assuntos Indígenas dos Estados Unidos sobre as tribos indígenas americanas, ver Edgar S. Cahn e David W. Hearne (orgs.), *Our Brother's Keeper: The Indian in White America* (Nova York, 1969), pp. 68-111.

PARTE III

Os efeitos sociais e ecológicos do Programa Polamazônia

1975 a 1979

8

A ascensão da agroindústria no Brasil

As vastas pastagens do Brasil Central, de Mato Grosso e da Bacia Amazônica tornam provável que o Brasil venha a ser o maior produtor de gado no mundo num período relativamente curto. Técnicos da FAO acreditam que dentro de 7 a 10 anos o Brasil possa angariar cerca de 800 milhões de dólares por ano, exportando carne, o que levará esse produto ao primeiro ou segundo lugar na lista das exportações brasileiras.

"Food: Still the Leading Export", *Brazilian Trends*, 1972.

Experiências de desenvolvimento em outros países e regiões mostram que a pecuária pode ser um meio excelente de colonizar novas áreas, já que as fazendas de gado são em geral acompanhadas por centros comerciais de importância crescente. Portanto, é possível que esse padrão de ocupação se torne uma força motriz estável, impulsionando a economia regional, já que na Amazônia ele parece oferecer o maior potencial.

"Amazonia is Developing in Every Direction", *Brazilian Bulletin*, agosto de 1974.

Quando o General Ernesto Geisel tornou-se Presidente do Brasil em 1974, o Governo brasileiro viu-se diante da importante decisão política de escolher entre dois modelos opostos para a ocupação agrícola e a colonização da Amazônia. O primeiro desses modelos era representado pelo programa de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ao longo das margens da Transamazônica. Como se viu no capítulo 3, esse modelo incluía a transferência de camponeses sem terra do Nordeste para a Amazônia, a distribuição, entre esses colonos, de pequenas parcelas de terra e crédito agrícola, e a produção de culturas básicas de subsistência,

tais como arroz, feijão, mandioca e milho. Em contraste, o segundo modelo, elaborado nos anos que se seguiram imediatamente ao movimento militar de 1964, previa o estabelecimento de grandes fazendas de gado na Amazônia, estimuladas por incentivos fiscais e tributários do Estado. Esse modelo exigia o investimento de grandes somas por industriais do Sul do Brasil e tinha em vista a produção de carne para o mercado mundial. Em 1970, um grande impulso para o estabelecimento dessas fazendas de gado já estava ocorrendo nas regiões centrais do Brasil.

No início de 1974, começaram a aparecer os primeiros indícios de que esse modelo se tornaria o padrão básico para a ocupação da Amazônia. Foi então que começaram a sair do Brasil notícias revelando que o Governo brasileiro estava desativando seu programa de colonização camponesa ao longo das margens da Transamazônica e dando mais apoio aos grandes projetos de fazendas de gado já estabelecidas no Brasil Central. "A pretensão de implantar no Nordeste reformas que aliviariam a miséria dos agricultores de subsistência", informava o semanário britânico *Latin America*, em maio de 1974, "está sendo finalmente abandonada em favor da agroindústria em larga escala no Brasil."[1]

Em setembro de 1974, o Governo tornava ainda mais clara sua posição quanto à questão vital da política agrária para a Amazônia. O Presidente Geisel anunciou então que o Governo criaria um novo projeto, chamado Polamazônia, para designar 15 "pólos de desenvolvimento" na Amazônia de modo a estimular uma série de novos empreendimentos de pecuária, mineração e extração de madeira. "De fato chegou o momento", declarava um informe do Governo sobre o Programa Polamazônia, "de aproveitar o potencial representado pela Amazônia, principalmente para trazer uma contribuição positiva ao aumento do Produto Nacional Bruto."[2]

O novo Programa Polamazônia era uma proposta de segundo estágio para o desenvolvimento da Amazônia,

[1] "Brazil: The Small Farmer Must Go", *Latin America* (17 de maio de 1974), 151.

[2] William R. Long, "Brazil Pushing Development of Amazon Despite Warnings", *Miami Herald* (6 de janeiro de 1975).

equivalente em alcance ao Plano de Integração Nacional (PIN), anunciado pelo então Presidente Médici, em junho de 1970. Esperava-se, por exemplo, que o Banco da Amazônia tivesse um orçamento de mais de 1 bilhão de dólares em empréstimos para o desenvolvimento entre 1975 e 1979, inclusive quase 500 milhões para projetos de pecuária. No mesmo período, a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) previa que mais de 4 bilhões de dólares em capitais privados seriam investidos na Amazônia.

O mais surpreendente é que até o INCRA, órgão criado especificamente para resolver os problemas dos migrantes nordestinos sem terra, anunciou seu apoio ao modelo agroindustrial para o desenvolvimento da Amazônia. O INCRA preparava-se para vender, nos cinco anos seguintes, 21 milhões de hectares de terras da União na Amazônia para grandes empresas madeireiras e de pecuária. Alguns desses novos projetos incluiriam até 71 mil hectares de terra.[3]

Neste capítulo, avaliarei algumas implicações sociais da ascensão da agroindústria na Região Amazônica do Brasil. Começarei com uma descrição da situação dos índios ao longo da frente de expansão da pecuária na Amazônia. Passarei então a discutir os efeitos das fazendas de gado sobre a grande população camponesa da região. Finalmente, analisarei o importante papel que as corporações multinacionais e as instituições internacionais de empréstimos assumiram no crescimento recente da agroindústria no Brasil.

Os índios e a frente de expansão pecuária na Amazônia

Na última década, uma importante frente de expansão de fazendas de gado formou-se nos municípios de Barra do Garças e Luciara, no Mato Grosso. Durante quase um século, essa imensa região, entre os rios Araguaia e Xingu, estava fechada à colonização brasileira devido aos ataques dos índios Xavantes, de língua gê. Em 1946, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) pacificou os Xavantes, e

[3] "Brazil Pushing Jungle Land Rush", *San Francisco Chronicle* (12 de janeiro de 1975).

uma corrente constante de colonos começou a se deslocar para a área. A construção da Belém-Brasília acelerou essa onda de migração interna e, na década de 60, algumas grandes empresas do Sul do Brasil começaram a requerer terras sob o programa de incentivos fiscais da SUDAM. No início da década de 70, viviam em Barra do Garças e Luciara, mais de 60 mil pessoas, na maioria roceiros, trabalhadores agrícolas, e remanescentes das tribos Xavante, Karajá e Tapirapé.[4]

Em 1970, essa parte de Mato Grosso já se tornara uma das maiores áreas de pecuária do Brasil. No Sul do país, por exemplo, o tamanho médio das fazendas de gado era de 800 a 900 hectares de terra, e a maior fazenda cobria apenas 6 mil hectares. Em Barra do Garças e Luciara, somente a imensa fazenda Suiá-Missú cobria 695.843 hectares.

Entre 1966 e 1970, a SUDAM aprovou 66 projetos agroindustriais nos municípios de Barra do Garças e Luciara (ver Quadro 2). Entre os investidores nessa área estavam a maior firma de carne enlatada do Brasil, o proprietário da maior companhia de ônibus de São Paulo, o presidente do Banco Nacional de Minas Gerais, a grande firma de eletrônica Eletro-Radiobrás, e David Nasser, um dos repórteres mais conhecidos do Brasil. No final de 1970, o montante de incentivos fiscais investidos apenas nesses dois municípios totalizavam perto de 300 milhões de cruzeiros.[5]

Em outubro de 1971, o Bispo de São Félix, Mato Grosso, Dom Pedro Casaldáliga, publicou um documento intitulado *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social.* O relatório de Dom Casaldáliga descrevia os numerosos conflitos criados por essa nova frente de expansão da pecuária. De acordo com esse relatório, os principais grupos afetados pelas fazen-

[4] Para uma excelente descrição das novas fazendas de gado no Brasil Central, ver Anthony Smith, *Mato Grosso: The Last Virgin Land* (Nova York, 1971). Também a edição especial da revista *Realidade* sobre a Amazônia, datada de outubro de 1971.

[5] Pedro Casaldáliga, *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social* (Mato Grosso, 1971), pp. 12-14.

das de gado eram as várias tribos indígenas que viviam em Barra do Garças e Luciara.

Sob pressão dos fazendeiros, o Governo construíra recentemente duas novas estradas cortando a parte Norte da região, uma das quais atravessava a seção Norte do Parque Nacional do Xingu (ver a discussão sobre a invasão da BR-080 no Capítulo 4). Na época dessa invasão, um dos fazendeiros declarou à imprensa, referindo-se às pastagens potencialmente ricas da área, que o Parque Nacional do Xingu era o "filé *mignon*" do Brasil. Em seu relatório, Dom Casaldáliga descrevia o estado de desorganização e desespero, no qual se encontravam os índios que haviam deixado o Parque do Xingu. "Sem assistência concreta e regular, e sem terras bem definidas, essas pessoas chegam nas estradas, parando caminhões e ônibus, e mendigando comida", escreveu ele.[6]

QUADRO 2

Projetos de pecuária aprovados pela SUDAM nos municípios de Barra das Garças e Luciara, Mato Grosso, Brasil, em 1970

Nome da fazenda	*Área aproximada (ha)*	*Incentivos fiscais (Cr$)*
Agro-Pecuária Suiá Missú	695.843	7.878.000
Cia. de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA)	196.497	16.066.900
Agropecuária do Araguaia (AGROPASA)	48.165	7.122.208
Tapiraguaia Agrícola e Pecuária	21.923	2.519.404
Colonização e Representação do Brasil (COREBRASA)	52.272	3.130.000
Agropecuária São Francisco do Xingu	21.000	3.921.364
Agropecuária Guanabara	25.800	4.398.889
Agro-Pecuária São José	19.915	4.960.318
Agropecuária "Santa Rosa"	19.360	3.968.033
Agro-Pastoril Nova Patrocínio ("Fazenda Porta		

[6] Casaldáliga, p. 24.

QUADRO 2 (*cont.*)

Nome da fazenda	*Área aproximada (ha)*	*Incentivos fiscais (Cr$)*
da Amazônia")	26.817	3.083.467
Agro-Pecuária Tapirapé ("Fazenda Tapirapé")	27.614	3.109.694
Buritizal Agropecuária	30.621	3.939.638
Porto Velho Agropecuária	49.994	6.193.496
Agropecuária Foltran	13.741	3.319.720
Agro-Pecuária "Três Marias"	20.000	3.505.768
Tabaju Agro-Pecuária	19.931	3.019.474
Urupianga Agro-Pecuária	50.468	6.573.321
Rancho Santo Antonio	21.780	4.788.884
Pastoral Agro Pecuária Couto Magalhães	50.176	2.451.662
Agro Pecuária Duas Âncoras	23.005	4.191.575
Agro Pecuária "7 de Setembro Ltda."	18.582	2.025.620
Agro Pecuária Médio Araguaia (AGROPEMA)	11.370	1.487.426
Cia. Agro Pastoril Sul da Amazônia	24.200	4.288.877
Joaçaba Agro-Pecuária	9.744	1.417.255
Cia. de Desenvolvimento Agro-Pecuário de Mato Grosso (CODEMA)	26.824	2.342.725
Empresa Agropecuária Ema	8.952	1.514.838
Agropecuária Alvorada Matogrossense (APAME)	29.703	4.332.496
Santa Luzia Agropecuária	4.930	1.959.037
União Gaucha Colonizadora Agropecuária (SOGUACHA)	26.300	5.247.075
Fazenda Tanguro Agro-Pecuária	33.562	2.149.072
Agropecuária Santa Silvia	39.574	3.028.000
Fazenda Nova Viena	29.503	4.718.377
Sociedade Agropecuária do Vale do Araguaia (SAPEVA)	72.567	6.208.686
Agropecuária Califórnia Comércio e Indústria (AGROINSA)	29.831	3.142.165
Agropecuária Duas Pontes	—	812.719
Agropecuária Nova Amazonia (FRENOVA)	—	4.872.318

QUADRO 2 (*cont.*)

Nome da fazenda	*Área aproximada (ha)*	*Incentivos fiscais (Cr$)*
Agropecuária Cocal	—	4.235.909
Curuá Agropecuária	9.455	1.432.258
Noidori Agropecuária	—	2.663.771
Elagro Pecuária	29.446	6.459.426
Pabreulândia Agro-Pastoril do Brasil Central	—	1.913.721
Nativa Agropecuária	—	1.593.654
Fazenda Nova Kênia	—	2.115.148
Agropecuária Brasil Novo	27.905	6.010.081
Agropecuária Planalto (AGROPLASA)	—	4.405.941
Agropastoril Barra do Garças	9.998	4.784.430
Agropecuária Tamakavy	24.999	5.144.623
Agropecuária Roncador	24.251	5.379.188
Agropecuária Colorado	5.413	1.526.140
Fazendas Associadas do Araguaia (FAASA)	10.000	1.413.288
Agropecuária São João da Liberdade	—	6.213.140
Agropecuária Rio Manso	—	2.307.809
Cia. Agrícola e Pastoril S. Judas Tadeu	—	5.955.380
Rio Fontoura Agropecuária	14.864	3.754.920
Tracajá Agropecuária	29.880	3.798.133
Independência Agropecuária	—	1.460.546
Sociedade Agropecuária Brasil Central	31.110	3.729.142
Agropecuária Tatuibi	19.936	5.973.970
Norte Pastorial Matogrossense	—	5.881.454
Companhia Agropecuária Sete Barras	19.360	6.320.477
Companhia de Desenvolvimento Garapu (CODESGA)	9.000	3.207.265
Agropastoril Campo Verde	64.819	6.565.129
Companhia Agropastoril Aruanã (CIAGRA)	—	5.975.784
Colonizadora e Representações Brasileiras (COLBRASA)	24.969	6.774.833
Agropecuária Bela Vista	36.125	4.390.924
Agropecuária Remanso Açu	—	2.989.015

Fonte: Pedro Casaldáliga, *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social* (Mato Grosso, 1971), pp. 49-59.

Outras tribos dessa parte de Mato Grosso enfrentaram condições similares. Ao norte do Parque Nacional do Xingu, por exemplo, uma grande fazenda reclamara terras que pertenciam à tribo Tapirapé. A leste, na Ilha do Bananal, um povoado de 5 mil colonos brasileiros e um rebanho de mais de 200 mil cabeças de gado foram instalados nas terras da tribo Karajá (ver Mapa 3, inserção B).

Em 1971, Robin Hanbury-Tenison, da Survival International, de Londres, visitou essa área de Mato Grosso. Relatou ele que quase todas as tribos da área que estavam fora do Parque Nacional do Xingu sofriam de fome e doenças em conseqüência da invasão de gado em seus territórios tradicionais de caça. Ele escreveu que a "necessidade básica é introduzir carne na dieta para substituir a caça em desaparecimento".[7]

Nesse período, ocorreram os conflitos mais sérios entre os fazendeiros de gado e a tribo Xavante. Em seguida à pacificação dos Xavantes, em 1946, o Governo brasileiro prometeu criar uma reserva para a tribo. Durante um breve período, parecia que essa promessa seria cumprida, e pelo menos um Governador de Mato Grosso garantiu aos Xavantes um título temporário sobre suas terras. Na década de 50, vários governadores começaram a vender as terras dos Xavantes e, no início dos anos 60, os novos fazendeiros de gado começaram a chegar.

Quando a grande fazenda Suiá-Missú foi aprovada pela SUDAM, um grupo de 263 Xavantes vivia em suas terras. Em 1966, o proprietário da fazenda, Orlando Ometo, encomendou um avião da FAB a fim de transferir os índios para uma missão salesiana numa localidade chamada São Marcos, ao sul. Alguns dias após sua chegada em São Marcos, uma epidemia fatal de sarampo atingiu esse grupo. Oitenta e três deles morreram.[8]

---

[7] Robin Hanbury-Tenison, *Report of a Visit to the Indians of Brazil* (Londres, 1971), p. 26. Ver também a discussão mais detalhada das condições na ilha do Bananal em Hanbury-Tenison, *A Question of Survival for the Indians of Brazil* (Nova York, 1973), pp. 101-12.

[8] Casaldáliga, p. 22. Uma discussão do estabelecimento da comunidade Xavante em São Marcos está em Aborigines Protection Society, de Londres, *Tribes of the Amazon Basin in Brasil: 1972* (Londres, 1973), p. 29. Ver também David Maybury-Lewis, *The Savage and the Innocent* (Boston, 1965).

Por todo o final da década de 60, continuaram a crescer as tensões entre os Xavantes e os novos fazendeiros de gado. Em 1970, o Governo brasileiro tentou resolver essas tensões, prometendo criar uma série de reservas para a tribo Xavante. Essas promessas, contudo, mostraram uma vez mais ser vazias e, em 1971, os Xavantes decidiram tomar a situação em suas próprias mãos. Sob a liderança de alguns chefes, os Xavantes começaram a matar gado e a queimar as casas dos fazendeiros que haviam invadido suas terras. Finalmente, em 1972, o Governo decretou estado de emergência na área Xavante e enviou um contingente da Polícia Militar à região para controlar os conflitos entre fazendeiros e índios.[9]

Nessa época o povoado de Barra do Garças estava mergulhado num estado de euforia econômica generalizada, em conseqüência do recente *boom* do gado. Os preção das terras dos Xavantes pelo Governo. "Esses índios", cuplicado nos últimos três anos. Dois novos frigoríficos haviam sido construídos, e quase duas mil cabeças de gado eram abatidas por dia. O mais importante, porém, é que os fazendeiros queriam garantir-se contra uma fiscalização das terras dos Xavantes pelo Governo. "Esses índios", disse um fazendeiro à imprensa, "estão atrasando o desenvolvimento inevitável do Brasil. Não produzem absolutamente nada e criam conflitos com os pioneiros que querem integrar nosso país e fazer dele o maior exportador de carne do mundo."[10]

Em setembro de 1972, o Governo brasileiro fez outra tentativa para tornar menos confusa a situação fundiária nessa parte de Mato Grosso. Em 14 de setembro de 1972, o Presidente da República assinou dois decretos criando reservas indígenas nas comunidades Xavantes, de

---

[9] Marvine Howe, "Brazilian Indians Get Guarantees", *New York Times* (24 de setembro de 1972).

[10] As atitudes de vários fazendeiros de gado brasileiros em relação aos índios foram citadas num artigo de *O Estado de São Paulo* (14 de setembro de 1973). Ver também a descrição de uma conversa com um fazendeiro de gado norte-americano proprietário de terras ocupadas por membros da tribo Xavante, Hanbury-Tenison (1973), p. 29.

Sangradouro e São Marcos. Cinco dias depois, era assinado outro decreto criando mais três reservas Xavantes nas comunidades de Areões, Pimentel Barbosa e Couto Magalhães.[11]

Apesar dessas medidas, continuaram a ocorrer conflitos entre os fazendeiros e os índios. Em março de 1973, por exemplo, irromperam choques violentos entre fazendeiros de gado e índios Xavantes na reserva indígena de Couto Magalhães. Os índios dessa reserva estavam indignados com as constantes invasões de terra pelos fazendeiros e com a incapacidade do Governo federal de demarcar suas terras. Um chefe Xavante de Couto Magalhães disse à imprensa que "a FUNAI diz que as reservas são nossas, mas ela não demarcou essas terras, e os fazendeiros não vão sair delas".[12]

Choques similares ocorreram na reserva de Sangradouro. No verão de 1973, um agrimensor do Governo chamado João Pereira Evangelista tentou fazer um levantamento das terras pertencentes à reserva de Sangradouro. Chegando à reserva, Evangelista foi recebido por um grupo de fazendeiros armados que se recusaram a deixar que ele medisse as terras dos Xavantes. Os índios ficaram zangados com essa atitude e tentaram dar proteção a Evangelista, para que realizasse seu trabalho. No fim, porém, ele conseguiu medir apenas 84 dos 360 km² de terra reservados por decreto oficial para essa comunidade. Em outubro de 1973, o Governo foi forçado a decretar outro estado de emergência na reserva de Sangradouro.[13]

Até essa data, os incidentes mais violentos entre fazendeiros e índios ocorreram na reserva de São Marcos. Ao longo de vários anos, uma grande renovação física e cultural teve lugar nessa reserva. Cmo a assistência médica dos padres salesianos, cresceu a população da comunidade. Vários índios jovens aprenderam a falar por-

[11] Aborigines Protection Society, pp. 172-3.

[12] Chefe Xavante Juruna, citado no jornal *O Estado de São Paulo* (22 de julho de 1973). Ver também: Marvine Howe, "Indian-Settler Conflict in Brazil is Said to Be Nearing Violence", *New York Times* (10 de março de 1973).

[13] "Brazil: Indian Drums", *Latin America* (16 de novembro de 1973), 367.

tuguês, e passou a haver um sentido de vitalidade e esperança na comunidade de São Marcos.

No início da década de 70, contudo, vários fazendeiros começaram a cobiçar as terras dessa comunidade. Dez fazendeiros alegaram possuir títulos sobre a reserva de São Marcos e tentaram requerer ao Governo federal a remoção dos índios. Estes responderam matando o gado dos fazendeiros invasores e bloqueando os caminhões que procuravam passar por uma estrada próxima. Em agosto de 1974, um grupo de fazendeiros armados atacou a comunidade Xavante de São Marcos e tentou remover os índios de suas terras à força. Os índios ficaram particularmente zangados com esse incidente porque ocorreu no mesmo dia de um importante cerimonial para os garotos adolescentes da tribo. Em resposta, os índios de São Marcos pegaram em armas e uma vez mais tentaram defender suas terras. "Somos os primeiros donos da terra", disse um chefe Xavante a um repórter, quando do incidente de 1974, "e os fazendeiros têm que ir embora. Eles não vão mais nos expulsar."[14]

Atualmente, as cinco comunidades Xavantes acima mencionadas permanecem sem a posse segura de suas terras. A situação dessas comunidades dá uma idéia das condições que, inevitavelmente, irão enfrentar outras tribos que sobreviverem aos primeiros estágios do contacto com as frentes de expansão econômica do Brasil. Basicamente, essas tribos são impotentes diante dos novos projetos de pecuária que estão brotando em toda a Amazônia e nas regiões centrais do Brasil. Sem proteção legal efetiva por parte da FUNAI, a qualquer momento essas tribos podem ser desalojadas de suas terras.

Protesto agrário em Mato Grosso

Tribos indígenas como os Xavantes representam apenas um entre os vários grupos que estão sendo erradica-

[14] Marvine Howe, "Brazil's Xavante Live Uneasily on Frontier's Fringe", *New York Times* (4 de agosto de 1974). Ver também a entrevista com o chefe Xavante Dzururan em *Veja* (20 de novembro de 1974), 3-6.

dos na nova frente de expansão da pecuária na Amazônia. Durante a última década, por exemplo, milhares de camponeses desempregados foram levados a Mato Grosso para limpar terras das novas fazendas. Em seu informe sobre as condições em Barra do Garças e Luciara, Dom Casaldáliga descreve em detalhes a situação desse proletariado rural crescente que hoje se está formando nas áreas sertanejas do Brasil Central.

Segundo Dom Casaldáliga, a maioria dos trabalhadores das novas fazendas de gado vem de Goiás e do Nordeste. Para os fazendeiros de gado, o método habitual de alugar esses trabalhadores consiste em despachar contratadores de mão-de-obra, os chamados *gatos*. Estes viajam pelos centros de desemprego rural do Brasil e prometem aos trabalhadores que, se assinarem os contratos, terão bons salários, excelentes condições de trabalho, assistência médica gratuita e transporte para as fazendas. A maioria dos contratos é por um breve período e estipula que os trabalhadores poderão partir quando tiverem cumprido suas obrigações de derrubar florestas e limpar terras.

Chegando às fazendas, contudo, os trabalhadores encontram uma situação inteiramente diversa da que foi descrita nos contratos que assinaram. Uma das primeiras coisas que lhes dizem, por exemplo, é que devem pagar pelo transporte e comprar comida e ferramentas na loja da companhia. Os trabalhadores são então amontoados em barcos ou pequenos aviões e levados à selva, onde terão que trabalhar.

Dom Casaldáliga descreve essas operações na selva como "campos de escravos", onde os trabalhadores são forçados a penar longas horas sob as condições mais miseráveis e opressivas. Na selva não há casas permanentes para eles. A malária é endêmica. Nenhuma assistência médica é dada pelos fazendeiros. Ainda pior, os capatazes das turmas de trabalho carregam pistolas e metralhadoras e usam todas as formas de terror para garantir que os trabalhadores não se rebelem nem fujam.

De acordo com Dom Casaldáliga, os proprietários das fazendas de gado de Barra do Garças e Luciara vêem esses trabalhadores agrícolas como uma "raça inferior". Atualmente, segundo ele, é necessário um fornecimento

abundante dessa mão-de-obra para limpar a selva e introduzir as pastagens para os novos rebanhos. Quando as fazendas se instalam, no entanto, esses trabalhadores são novamente deslocados.[15]

O informe de Dom Casaldáliga também descreve as condições de vida de milhares de posseiros que estão sendo expulsos pelas novas fazendas. De acordo com Dom Casaldáliga, alguns desses camponeses vivem na região há cerca de 40 anos. Quando chegaram a Mato Grosso, eram tratados como os heróicos pioneiros do interior do Brasil. Os camponeses estabeleceram, nessa área, numerosos vilarejos chamados *patrimônios*. Quando da publicação do informe de Dom Casaldáliga, havia cinco dessas comunidades em Barra do Garças e Luciara: Santa Terezinha, Porto Alegre, Cedrolândia, Serra Nova e Pontinópolis.

Por algum tempo, uma situação de tolerância mútua existiu entre essas comunidades camponesas e as várias tribos indígenas do Norte de Mato Grosso. No final da década de 60, contudo, chegaram as grandes fazendas de gado e, tal como aconteceu com os índios, os posseiros viram-se diante da expropriação de suas terras. Desde então, são freqüentes os conflitos entre os camponeses e as novas fazendas de gado.[16]

Uma das principais comunidades camponesas afetadas pela frente de expansão das fazendas de gado foi a de Santa Terezinha, localizada nas margens do rio Araguaia, ao norte da ilha do Bananal. Em 1966, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) autorizou a criação de um grande projeto de criação de gado em Santa Terezinha, com o nome de Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA). A fazenda CODEARA tinha uma extensão de 196.497 hectares e estava registrada em nome de três industriais de São Paulo — Armando Conde, Carlos Alves Seixas e Luiz Gonzaga Murat.

---

[15] Casaldáliga (1971), pp. 26-8. Para outros relatos sobre as condições do trabalho agrícola na Amazônia, ver: Jeff Radford, "Slave Labor in the Amazon", *San Francisco Chronicle* (22 de outubro de 1972); e "Brazil Jungle Scene of 'Slave' Labor", *Christian Science Monitor* (27 de janeiro de 1975).

[16] Casaldáliga, pp. 15-21.

Quando do estabelecimento dessa fazenda, havia mais de 140 famílias camponesas vivendo em Santa Terezinha. Havia duas escolas na comunidade. A Igreja Católica local, sob a direção de um clérigo francês, o padre François Jentel, mantinha uma escola primária, uma clínica de saúde móvel e um programa de alfabetização de adultos. Uma cooperativa agrícola havia sido formada recentemente para comerciar os produtos dos camponeses e representar a comunidade perante as autoridades estaduais e federais.

A partir de 1967, a comunidade camponesa de Santa Terezinha, em colaboração com o padre Jentel e várias autoridades da Igreja em Mato Grosso, deu início a uma longa campanha para obter o título legal sobre suas terras. Em 12 de abril de 1967, por exemplo, o povo de Santa Terezinha submeteu ao Ministro da Agricultura um longo memorando que descrevia a natureza precária da situação de posse da terra nessa comunidade, desde o estabelecimento da CODEARA. Esse memorando observava que em várias ocasiões os administradores da fazenda haviam tentado expulsar os camponeses de suas terras. Alegava que as autoridades de Mato Grosso recusavam-se a intervir na situação e que a Polícia Militar local usara táticas terroristas contra a comunidade. Além disso, observava que o padre Jentel havia falado pessoalmente com os diretores da CODEARA em São Paulo, mas não conseguira convencê-los a respeitar os direitos dos camponeses à terra.

Para aliviar essa situação, a comunidade camponesa de Santa Terezinha submeteu seu memorando ao Ministro da Agricultura, pedindo que ele interviesse em favor das reivindicações da comunidade quanto à terra. Especificamente, pedia três coisas: (1) a criação de um distrito de Santa Terezinha, como unidade administrativa oficial dentro da jurisdição do município de Luciara; (2) a concessão de títulos sobre a terra aos camponeses residentes em Santa Terezinha, de acordo com um censo recente feito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA); e (3) apropriação de um terreno de 10 mil hectares com finalidade de colonização, a ser administrado pela Cooperativa de Santa Terezinha, e não pela CODEARA. Em 29 de novembro de 1967, o Presidente Arthur da Costa e Silva

assinou um decreto autorizando o IBRA a intervir em favor dos camponeses de Santa Terezinha.[17]

Durante quase dois anos, nenhuma ação foi tomada com base nesse decreto, e só em outubro de 1969 o IBRA finalmente se decidiu em favor dos direitos dos camponeses de Santa Terezinha e contra as exigências da CODEARA. Nos meses que se seguiram a essa decisão, porém, a CODEARA começou a usar sua influência política para anular a decisão do IBRA. Os administradores da fazenda praticaram vários atentados contra as vidas dos camponeses de Santa Terezinha. Os proprietários acusaram o padre Jentel e Edival Pereira dos Reis, um dos líderes camponeses da comunidade, de subversão. A CODEARA tentou convencer vários funcionários estaduais e federais a apoiar suas reivindicações sobre as terras. Finalmente, em maio de 1970, funcionários do IBRA cortaram seu apoio à comunidade de Santa Terezinha, e os camponeses passaram a enfrentar sozinhos a fazenda CODEARA.[18]

Segundo Dom Casaldáliga, em outubro de 1971 configurou-se uma "guerra de nervos" entre camponeses e fazendeiros nessa parte de Mato Grosso. Então, em fevereiro de 1972, um grupo de administradores da fazenda CODEARA atacou alguns camponeses que colaboravam com o padre Jentel na construção de uma clínica de saúde em Santa Terezinha. Os administradores foram ajudados por um trator, que arremeteu contra as paredes da nova clínica, destruindo o poço, a horta e grande quantidade de material de construção caro. O padre Jentel e seus seguidores denunciaram esses atos às autoridades locais e estaduais. Mas nenhuma ação foi tomada para proteger os camponeses.

Finalmente, em 3 de março de 1972, os homens da CODEARA foram mais uma vez até a clínica. Dessa vez estavam acompanhados por um grupo de policiais militares à paisana, armados de metralhadoras. Diante da ameaça de que sua clínica fosse tomada à força, os paroquianos do padre Jentel pegaram em armas e abriram fogo

---

[17] Casaldáliga, pp. 60-3.

[18] Ver o longo memorando datado de 2 de setembro de 1970 pelo padre François Jentel, publicado *in* Casaldáliga, pp. 79-85.

contra os fazendeiros e a polícia. Sete pessoas ficaram feridas nesse incidente, e o povoado de Santa Terezinha foi posto sob controle militar.[19]

Nos meses que se seguiram a esse incidente, o Governo brasileiro acusou o padre Jentel de responsável pelo ataque, alegando que ele armara seus paroquianos com metralhadoras portáteis. Autoridades da Igreja de Mato Grosso desmentiram tais acusações e afirmaram que o Governo militar estava usando o caso do padre Jentel para atacar o número cada vez maior de sacerdotes que apoiavam as justas reivindicações dos camponeses à posse de suas terras.

O julgamento do padre Jentel começou em maio de 1973 numa auditoria militar, diante de um juiz civil e quatro militares. No decorrer do julgamento, os quatro juízes militares ignoraram o fato de que a firma CODEARA, em colaboração com a polícia militar local, havia invadido terras da Igreja e dos camponeses. Durante o julgamento, o promotor acusou o padre Jentel de ameaçar a "segurança nacional" do Brasil e de atacar a legitimidade do regime militar.

Em julho de 1973, o tribunal brasileiro, contra o voto discordante do juiz civil, sentenciou o padre Jentel a 10 anos de prisão. O padre passou um ano na prisão e foi então expulso do país. Desde então, foi-lhe negada permissão para voltar ao Brasil.[20]

Talvez mais que ninguém, os padres e bispos da Amazônia compreendem a deprimente realidade social diante da qual se encontram milhões de pessoas da população rural brasileira nos dias de hoje. Em seu relatório sobre as condições em Barra do Garças e Luciara, por exemplo, Dom Casaldáliga observa que se os incentivos oferecidos às oligarquias e aos trustes do Sul do país fossem dados ao campesinato, o conjunto dos fatos

[19] Marvine Howe, "Amazon Priests Meet Resistance", *New York Times* (10 de dezembro de 1972).

[20] Marvine Howe, "Church and State Clash in Amazon", *New York Times* (22 de julho de 1973). Ver também Leonard Greenwood, "Sentencing of Priest Stirs Brazil Church", *Los Angeles Times* (17 de julho de 1973); e "Once-Imprisoned Priest Ordered Expelled by Brazil", *Miami Herald* (17 de dezembro de 1975).

ocorridos em Mato Grosso nos últimos anos teria sido muito diferente. "Tal investimento", escreve Dom Casaldáliga, "poderia ter produzido um futuro de esperança e desenvolvimento para todas essas pessoas no interior do Brasil, em vez de perpetuar as iniqüidades do sistema latifundiário, o qual é, em termos sociais, radicalmente injusto."[21]

Corporações multinacionais e pecuária na Amazônia

Desde a publicação do informe de Dom Casaldáliga, houve um enorme crescimento na extensão das atividades pecuárias na parte brasileira da Bacia Amazônica. Pelo menos três fatores internacionais explicam esse crescimento.

Primeiramente, ao longo dos últimos anos, o Governo brasileiro tem tomado grandes empréstimos do Banco Mundial e de outras instituições financeiras internacionais com o objetivo de expandir a pecuária e a indústria da carne no Brasil. Em 1972, por exemplo, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento emprestaram ao Governo brasileiro 86 milhões de dólares para a reabilitação das unidades de processamento de carne existentes no país e a construção de novas unidades em 10 estados. Isso foi acompanhado, em 1974, por outro empréstimo de 60 milhões de dólares do Banco Mundial para aprimorar a criação de gado no Brasil.[22]

Ambos os empréstimos foram extremamente importantes para elevar a produtividade do rebanho brasileiro, colocando crédito à disposição dos fazendeiros de gado brasileiros. Ao mesmo tempo, esses empréstimos estimularam o crescimento de unidades de processamento de carne na Amazônia e nas regiões centrais do Brasil.

[21] Casaldáliga, 44. Ver também: "Assembly of Bishops Urges Defense of Human Rights in Brazil", *New York Times* (18 de março de 1973).

[22] Os vários empréstimos do Banco Mundial ao setor agroindustrial do Brasil estão assinalados em *Latin America* (5 de abril de 1974), 107.

Em 1974, por exemplo, a Companhia Swift-Armour do Brasil planejava construir duas novas fábricas de carne enlatada em Goiás e no Pará. A Companhia Bordon reequipava sua fábrica de carne enlatada em Anápolis, Goiás. A Anglo comprava equipamento da Argentina para uma nova fábrica de enlatados em Goiânia. A Comabra, ex-subsidiária da Wilson, planejava construir um novo frigorífico em Mato Grosso. "A capacidade de produção para abate e processamento de carne bovina e suína", afirmava um informe do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em agosto de 1974, "está crescendo e sendo modernizada de modo a preparar o Brasil para entrar no mercado mundial de forma realmente grandiosa em 1977." [23]

Um segundo fator internacional importante que acelerou o crescimento da pecuária na Amazônia foi a súbita inflação nos preços mundiais da carne ocorrida no início da década de 70. De dezembro de 1972 a março de 1973, por exemplo, o preço médio da carne de boi nos Estados Unidos subiu de 1,15 para 1,35 dólares por libra-peso — um aumento de 17 por cento em apenas três meses. Ao mesmo tempo, o bife da melhor carne bovina vendido a 1,69 dólares a libra nos Estados Unidos, custava 1,88 na Inglaterra, 2,45 na Bélgica e 2,79 na Itália. Em 1972, só os Estados Unidos importaram quatro bilhões de quilos de carne bovina — apenas 8 por cento do consumo nacional total, porém mais de um terço de toda a carne negociada no mercado internacional. [24]

Durante esse período, a FAO, Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, calculava que em 1980 o consumo de carne fora dos Estados Unidos, especialmente no Japão e nos países do Mercado Comum Europeu, seria 37% maior do que em 1970. Como era de se esperar, o Brasil começa a ter como objetivo tornar-

[23] U. S. Department of Commerce, *Brazil: Survey of US Export Opportunities* (Washington, D. C., 1974), p. 60.

[24] Herbert E. Meyer, "The Baffling Super-Inflation in Meat", *Fortune* (julho de 1973), 116-19.

se um dos maiores produtores e exportadores de carne do mundo. [25]

Em 1973, estimava-se que o rebanho bovino brasileiro contava 90 milhões de cabeças, o que o colocava como o terceiro do mundo, superado apenas pelos rebanhos da União Soviética e dos Estados Unidos. O potencial de crescimento do setor pecuário brasileiro, contudo, supera o de qualquer outra nação do mundo. Ainda havia vastas terras de pastagem nas Regiões Central e Amazônica do Brasil. As pastagens atuais podiam ser melhoradas substancialmente. O grande rebanho nacional estava sendo mal utilizado. O mercado doméstico para a carne bovina apresentava um grande potencial de expansão. Em 1973, as exportações de carne do Brasil foram avaliadas em 400 milhões de dólares. O Governo brasileiro esperava dobrar a produção de carne até 1980, tornando o país o maior exportador mundial do produto. [26]

O terceiro fator decisivo para a ascensão da criação de gado na Amazônia é o grande interesse das corporações multinacionais pela região. Um dos mais divulgados projetos estrangeiros para a Amazônia é a grande Companhia Jari Florestal e Agropecuária, propriedade do multibilionário armador Daniel Keith Ludwig, da National Bulk Carriers Corporation dos Estados Unidos. O Projeto Jari cobre uma área de 1,2 milhões de hectares ao longo do rio Jari, no Território do Amapá. A propriedade foi comprada por Ludwig no final da década de 60, e desde então serve de modelo para outros empreendimentos agroindustriais multinacionais na Amazônia. [27]

Atualmente mais de 20 mil pessoas vivem em Monte Dourado, cidade criada por Ludwig. Os administradores, muitos deles com experiência agrícola nos Estados Unidos, já limparam 100 mil hectares de terra e replantaram duas espécies importadas de árvores valorizadas no mercado. Ao mesmo tempo, Ludwig trouxe mil cabeças de gado de outra fazenda que possui na Venezuela

[25] "Amazonia is Developing in Every Direction", *Brazilian Bulletin* (agosto de 1974), 4-5.

[26] U. S. Department of Commerce, pp. 66-7.

[27] "D. K. Ludwig Plans to Harvest a Jungle", *Business Week* (31 de julho de 1971), 34.

e separou 2 mil hectares para criação de uma plantação experimental de arroz.

De acordo com um recente artigo publicado no *New York Times* sobre o Projeto Jari, o homem que convenceu Ludwig a investir na Amazônia foi Roberto de Oliveira Campos, ex-Ministro do Planejamento. Aparentemente, em 1964 Campos teria viajado a Nova York para convencer Ludwig e outros investidores americanos a estabelecerem grandes projetos agroindustriais na Amazônia. O artigo citava as seguintes palavras de Campos: "Ludwig está acostumado a investir em aventuras lunáticas, e igualmente acostumado a que elas dêem lucros. Ele sempre esteve 15 anos à frente dos outros empresários." [28]

Outra companhia multinacional que investiu recentemente na Amazônia foi a firma italiana Liquigás. No início dos anos 70, a Liquigás comprou uma participação importante na grande fazenda Suiá-Missú, em Mato Grosso. De acordo com a revista *Fortune*, a Liquigás estava planejando expandir o rebanho de 68 mil vacas zebus da Suiá-Missú para 300 mil cabeças, cruzando-as com reprodutores Chianina e Marchigiana importados da Itália. Também se informou que ela estaria construindo uma pista de pouso tão grande que comportaria jatos fretados. "A companhia", escreveu o repórter Richard Armstrong, de *Fortune*, "vai fazer o abate na fazenda, empacotar a carne cortada para os supermercados já com o preço marcado em liras, e transportá-la de avião diretamente para a Itália, deixando a natureza fazer o congelamento a 9 mil metros de altitude." [29]

Finalmente, ao norte da fazenda Suiá-Missú, a Volkswagen recentemente comprou uma grande fazenda. A Fazenda Volkswagen fica em Santana do Araguaia e, ao que se diz, cobre 22 mil hectares. Em 1982, a Volkswagen já planeja estar criando 110 mil cabeças de gado nessa fazenda, exportando carne para os mercados da Europa, Japão e Estados Unidos. "Entramos na indústria da carne", disse um porta-voz da Volkswagen, "por motivos

[28] Jonathan Kandell, "The Expanding Empire of a Quiet Tycoon", *New York Times* (2 de maio de 1976).

[29] Richard Armstrong, "Suddenly It's Mañana in Latin America", *Fortune* (agosto de 1974), 138-43.

econômicos, e em resposta ao apelo do Governo para que grandes companhias participem do desenvolvimento da Amazônia." [30]

Várias tendências importantes se refletem nesses novos projetos pecuários na Amazônia. Em primeiro lugar, várias firmas industriais localizadas no Sul do Brasil, como a Volkswagen, estão investindo na criação de gado, aproveitando o programa de incentivos fiscais e tributários do Governo brasileiro. Em segundo lugar, algumas dessas firmas, como a Liquigás, estão formando empreendimentos comuns com agroindustriais brasileiros e, assim, desempenhando um importante papel na modernização da agropecuária brasileira. Finalmente, um processo de integração vertical está acontecendo na agropecuária brasileira, vinculando a pecuária ao processamento industrial e à comercialização da carne.

Um excelente exemplo das tendências apontadas acima é dado pela Deltec International Ltda., um dos maiores bancos de investimento privados do mundo. Em 1969, a Deltec Panamerica, subsidiária latino-americana da Deltec International, comprou a International Packers Ltda. (IPL), uma das maiores firmas mundiais de processamento de carne. Através dessa aquisição, a Deltec ganhou o controle sobre os *holdings* da Companhia Swift-Armour do Brasil. Na época da compra, a Companhia Swift-Armour do Brasil estava se juntando à King Ranch do Texas para instalar uma fazenda de 74 mil hectares na Amazônia, dentro do programa de incentivos fiscais da SUDAM. Ao mesmo tempo, a Deltec começou a planejar a construção de um grande frigorífico na Ilha de Marajó.[31]

Em 1971, a Deltec International já era um dos maiores produtores de carne do Brasil. No final daquele ano, perto de 30 por cento das exportações brasileiras de carne estavam sob controle da Deltec International e de suas associadas brasileiras.

[30] Marvine Howe, "VW Adding Cattle to Beetles in Brasil", *New York Times* (25 de julho de 1974).

[31] Para uma discussão mais detalhada dos investimentos agroindustriais da Deltec no Brasil, ver: "Deltec", *Brazilian Information Bulletin* (Berkeley, Calif., inverno de 1974), 17-19. Também, Deltec International Limited, *Annual Report*, 1972.

Em 1972, a Deltec vendeu seus interesses no projeto da King Ranch e na Swift-Armour do Brasil a duas empresas com as quais tinha laços estreitos — a Brascan, grande companhia de investimento canadense, e a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI), um dos maiores e mais poderosos *holdings* do Brasil. Concluída essa venda, o *Wall Street Journal* informou que a Deltec International havia feito um acordo com os novos proprietários de suas companhias brasileiras para continuar distribuindo os produtos Swift-Armour do Brasil nos mercados Internacionais.[32]

Em novembro de 1974, na época da Conferência Mundial de Alimentos, em Roma, o Instituto Transnacional de Amsterdã publicou um relatório intitulado *Fome Mundial: Causas e Remédios*, observando que:

> Atualmente, há uma tendência cada vez mais forte, por parte das multinacionais da agroindústria, de dirigir seu controle sobre os recursos em países subdesenvolvidos para a obtenção de produtos alimentícios e matérias-primas destinados à comercialização no mundo desenvolvido, sem atender às necessidades prioritárias das populações famintas desses países.

O relatório continuava:

> A meta das firmas mundiais da agroindústria não é alimentar o povo, e sim obter lucros. Embora amanhã possam procurar lucros ainda maiores em outro ramo industrial, hoje seu negócio é a alimentação. Descobriram que o "dinheiro de verdade" nesse ramo está na comercialização de alimentos produzidos ao menor custo possível no acondicionamento mais "sofisticado", esbanjador e ecologicamente destrutivo — mas altamente lucrativo para aquela relativa minoria, no mundo, que tem como pagar por isso.[33]

O relatório do Instituto Transnacional fornece uma base para entender o significado mais amplo do recente *boom* pecuário na Bacia Amazônica brasileira. Desde a

[32] "Deltec is Selling Stake in 3 Brazilian Concerns to Group for $20 Million", *Wall Street Journal* (18 de dezembro de 1972).
[33] Transnational Institute, *World Hunger: Causes and Remedies* (Amsterdã, outubro de 1974).

Conferência Mundial da ONU sobre alimentação, tem-se dado muita atenção à chamada crise mundial de alimentos e aos problemas da fome e da subnutrição que afetam a vasta maioria dos povos dos países subdesenvolvidos no mundo inteiro. Em meio a essa discussão, contudo, pouquíssimos observadores analisaram as políticas agrárias executadas pelos Governos nacionais e apoiadas pelas instituições internacionais de empréstimos e firmas agroindustriais multinacionais.

Nas páginas anteriores, tentei descrever algumas das conseqüências sociais da política agrária nacional na Região Amazônica do Brasil. Começando com o programa de incentivos fiscais da SUDAM, em 1966, e ganhando força desde o anúncio do novo Programa Polamazônia, em 1974, os objetivos da política agrária nacional na Amazônia têm sido duplos: (1) lançar bases para a expansão das grandes corporações agroindustriais domésticas e multinacionais na Bacia Amazônica; e (2) aumentar a capacidade de exportação agropecuária da economia nacional brasileira.

Em termos sociais, essa política tem tido três conseqüências principais. Primeira: ameaça a já precária integridade territorial de várias tribos indígenas da Amazônia, tais como os Xavantes em Mato Grosso. Segunda: faz crescer as disparidades entre grandes e pequenos proprietários de terra, expulsando os últimos e criando uma classe de trabalhadores agrícolas explorados. Finalmente, e talvez mais importante que tudo, essa política, devido à sua orientação para as exportações, retira os alimentos do mercado interno, agravando o quadro já agudo da fome e subnutrição que caracteriza a maioria da população do Brasil.

Estudos recentes sobre mortalidade infantil, que é o melhor indicador quanto à situação nutricional de um país, dão uma imagem clara do significado do recente "milagre econômico" na agricultura para a vasta maioria dos brasileiros. Estudos de campo da Organização Mundial de Saúde, por exemplo, indicam que 105 em cada 1.000 crianças nascidas no Brasil morrem em seu primeiro ano de vida. No Recife, a maior cidade do Nordeste, as taxas de mortalidade infantil são mais altas do que em qualquer outra cidade da América Latina. As estatísticas do Governo mostram que, em algumas loca-

lidades do interior do Nordeste, as taxas de mortalidade infantil estão em torno de 250 por 1.000 nascidos vivos, e que no Nordeste, como um todo, a taxa média de mortalidade infantil é de 176 por 1.000 nascidos vivos. Calcula-se que a Região Nordeste tenha a sétima taxa de mortalidade infantil do mundo. A cada minuto morre uma criança no Nordeste brasileiro.[34]

Existem cifras similares para a cidade de São Paulo, a área mais moderna e desenvolvida do Brasil. Em 1960, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil em São Paulo era de 77,17 por 1.000 nascidos vivos. Em 1970, após uma década de industrialização e crescimento econômico, essa cifra subiu para 83,64 óbitos por 1.000 crianças nascidas na cidade.[35]

Há um consenso geral de que a principal razão para essas altas taxas de mortalidade infantil é a dieta inadequada das crianças brasileiras. Um estudo iniciado em Recife em 1967, por exemplo, levou um investigador a concluir que "91% das crianças que morrem antes dos cinco anos de idade simplesmente morrem de fome".[36]

Numa situação como essa, as doenças espalham-se rapidamente, e mesmo as crianças que escapam à doença ou à morte nos primeiros anos de vida estão marcadas para sempre pela experiência da subnutrição na primeira infância. Um relatório da Dra. Dalva Sagey para o Ministério da Educação e Cultura, por exemplo, concluiu que "das 20.855.500 crianças de até seis anos de idade no Brasil, 8.234.350 (ou 40 por cento) enfrentam escassez de alimentos, e essas deficiências causam lesão celebral, e serão mais tarde transformadas em retardamento mental".[37]

A subnutrição, contudo, não é uma condição que afete apenas as crianças do Brasil. Um relatório publicado em 1973 descobriu que mesmo na cidade de São Paulo mais de 60 por cento, de uma amostra de população adulta examinada, eram subnutridos. O grupo de menor renda correspondia a 60 por cento dessa amostra, e

[34] "Brazil: The Dead Side of the Miracle", *Brazilian Information Bulletin* (Berkeley, Calif., inverno de 1974), 15.
[35] Dados citados no *Jornal do Brasil* (7 de julho de 1973).
[36] Citado em *O Estado de São Paulo* (3 de julho de 1971).
[37] Citado no *Jornal do Brasil* (25 de agosto de 1971).

ganhava menos de Cr$ 500 por mês, mostrando um déficit de 73,8 por cento do consumo necessário de vitamina A e um déficit de 43,7 por cento em seu consumo de vitaminas B e C.

Em agosto de 1973, o semanário *Latin America*, baseado em Londres, trazia um artigo intitulado "Brasil: Homem Rico, Homem Pobre". Esse artigo observava que um dos resultados do "milagre econômico" na agricultura brasileira foi um aumento nas disparidades entre ricos e pobres. Uma das principais razões para essas disparidades, afirmava o artigo, era o fato de a economia agropecuária brasileira orientar-se para as exportações. "A pobreza da população rural", concluía o artigo, "destaca-se em contraste cada vez mais agudo com o esplendor industrial do milagre econômico, e temos todos os motivos para supor que a situação está piorando."[38]

[38] "Brazil: Rich Man, Poor Man", *Latin America* (24 de agosto de 1973), 268-9. O levantamento nutricional dos adultos de São Paulo em 1973 citado no parágrafo anterior era comentado nesse artigo.

9

O desflorestamento da Amazônia brasileira

Eles estão transformando a Bacia Amazônica num deserto, destruindo suas florestas, rios e vida animal, e nada havia que eu pudesse fazer para detê-los... Nasci no Estado do Ceará num lugar chamado Cedro, onde não há mais nenhum verde, e temo que eles transformem toda a área que vai das costas do Ceará à Amazônia central num outro Saara.

José Piquet Carneiro, ex-presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, citado em "Conservationist Stirs Furor in Brazil", *New York Times,* 2 de junho de 1974.

O processo de destruição sistemática da floresta nativa é um crime contra o país. Nossos filhos viverão em desertos a menos que se proteja o meio ambiente da destruição imediatamente.

Roberto Burle Marx, principal paisagista do Brasil, citado em "Brazil Pushing Development of Amazon Despite Warnings", *Miami Herald,* 6 de janeiro de 1975.

Há vários anos, cientistas eminentes, em todo o mundo, vêm criticando os efeitos ecológicos, potencialmente devastadores, do programa do Governo brasileiro para ocupar e explorar a Amazônia. Essas críticas vão desde a preocupação de que toda a floresta pluvial amazônica seja desflorestada nas próximas décadas até previsões quanto aos efeitos de uma destruição ambiental tão maciça sobre o teor de oxigênio e de dióxido de carbono na atmosfera terrestre. Recentemente, dois cientistas americanos, Robert J. A. Goodland, da Cary Arboretum (Millbrook, Nova York), e Howard S. Irwin, do Jardim Botânico de Nova York (Bronx, Nova York), debateram essas questões num livro excepcionalmente bem documentado intitulado *Selva Amazônica: de Inferno Verde a*

Deserto Vermelho? (*Amazon Jungle: Green Hell to Red Desert?*) O estudo de Goodland e Irwin foi originalmente publicado no jornal *Landscape Planning,* em outubro de 1974, sob o título de "Uma Discussão Ecológica do Impacto Ambiental do Programa de Construção de Estradas na Bacia Amazônica". Junto com outros tópicos, Goodland e Irwin questionavam a viabilidade econômica e ecológica do programa de colonização agrícola, proposto pelo INCRA, ao longo das estradas transamazônicas.[1]

Desde a publicação desse estudo, ocorreram dois fatos importantes que, pelo menos do ponto de vista do Governo brasileiro, foram vistos como uma resposta direta a várias críticas ecológicas ao programa de desenvolvimento da Amazônia. O primeiro desses fatos, mencionados no capítulo anterior, foi o anúncio, por funcionários do INCRA, de que o governo planejava desacelerar seu programa de colonização camponesa ao longo da Transamazônica. De acordo com funcionários do INCRA, entre outubro de 1970 e janeiro de 1974 só 4.969 famílias se fixaram ao longo da Transamazônica, sendo portanto uma parte ínfima das 100 mil famílias que o INCRA se comprometera oficialmente a fixar na região até 1975. A partir de 1973, na verdade, o INCRA suspendeu todos os esquemas para que os colonos chegassem à Amazônia de avião, barco e caminhão, e estava apenas dando assistência aos projetos de colonização já estabelecidos em Altamira e Santarém.

Essa mudança de orientação, segundo funcionários do INCRA, resultou de dois fatores: (1) o fracasso dos primeiros experimentos de colonização agrícola ao longo da Transamazônica; e (2) os indícios crescentes, dados pelos levantamentos científicos e aerofotogramétricos, da pobreza dos solos na Amazônia. Planejadores do Governo viram o término do programa de colonização do INCRA como uma resposta às críticas ecológicas dos últimos anos.[2]

---

[1] R. J. A. Goodland e H. S. Irwin, *Amazon Jungle: Green Hell to Red Desert?* (Amsterdã, 1975). Esse estudo apareceu originalmente sob o título, "An Ecological Discussion of the Environmental Impact of the Highway Construction Program in the Amazon Basin", *Landscape Planning,* 1, N.os 2 e 3 (1974), 123-254.

[2] Leonard Greenwood, "Brazil Warned of Amazon Destruction",

O segundo fato foi o anúncio, pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de que se planejava, como parte do Programa Polamazônia, racionalizar e modernizar todas as práticas de uso da terra na Bacia Amazônica. Em 1974, por exemplo, a SUDAM publicou um estudo detalhado intitulado *Estudos Básicos para o Estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento dos Recursos Florestais e de Uso Racional das Terras na Amazônia.* De acordo com esse estudo, o programa de colonização do INCRA, já reduzido, seria substituído por um novo programa para a exploração comercial dos recursos madeireiros da Bacia Amazônica.

Como parte desse novo programa, a SUDAM propôs o estabelecimento de 12 florestas regionais de produção na Amazônia, para promover métodos racionais de extração de madeira e processamento industrial. Esse novo programa se fundamentaria em grande parte na experiência acumulada por várias companhias madeireiras internacionais já instaladas na Amazônia. Além disso, tentaria introduzir as formas mais modernas de "produção sustentada", da administração madeireira. Racionalizando o processo de uso da terra na Amazônia, alegavam os funcionários da SUDAM, o Brasil seria capaz de proteger seu patrimônio florestal ameaçado, tornando-se ao mesmo tempo um grande exportador de madeiras preciosas, papel, polpa e madeiras em geral.[3]

Nas páginas seguintes, avaliarei o significado econômico e ecológico dos fatos acima. Mais especificamente, serão apresentados dois argumentos que questionam a

---

Los Angeles Times (25 de maio de 1975). Ver também "Brazilian Survey Results", *Latin America Economic Report* (6 de junho de 1975), 88, que observava que o Projeto *Radam* revelara que 4,02 por cento da superfície da selva tinham solos de fertilidade média e alta, e que 79,89 por cento da área ficavam sob a água pelo menos durante uma parte do ano.

[3] Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), *Estudos Básicos Para o Estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento dos Recursos Florestais e de Uso Racional das Terras na Amazônia* (Belém, 1974). Esse documento era um estudo de posição básico para promover operações de florestamento comercial na Amazônia. Ver também "Brazilian Pulp and Cellulose", *Latin America Economic Report* (14 de junho de 1974), 91.

utilidade da resposta do Governo brasileiro à crise ecológica na Amazônia, e têm importância crucial para as futuras condições ambientais na região. Primeiramente, demonstrarei que os verdadeiros predadores da Amazônia nos últimos três anos têm sido os grandes fazendeiros de gado do Brasil Central e não, como se afirma freqüentemente, os colonos vindos do Nordeste. E, em segundo lugar, mostrarei como o novo plano de comercialização de madeira na Amazônia contém um "erro tecnológico" fatal e como ele poderia ameaçar a ecologia da Bacia Amazônica, ainda mais do que os métodos de uso da terra praticados na região, no passado. Antes de fazê-lo, contudo, é necessário discutir brevemente a natureza da ecologia amazônica e indicar o importante papel que o homem tem desempenhado na transformação do delicado equilíbrio da natureza nessa região do mundo.[4]

O papel do homem na Amazônia

Apesar do grande interesse dos cientistas naturais pela Amazônia no século XIX, a primeira compreensão científica real da ecologia da região só foi ocorrer quando da II Guerra Mundial. Foi então que um cientista brasileiro, Felisberto C. de Camargo, e seus colegas do Instituto de Agronomia do Norte, em Belém, iniciaram uma série de estudos da ecologia e do potencial agrícola da Bacia Amazônica. Camargo foi o primeiro cientista a reconhecer e descrever sistematicamente as diferenças críticas entre as duas grandes regiões ecológicas da Amazônia, a chamada várzea, ou planície aluvional amazônica, e a terra firme, imensamente mais extensa, da Bacia Amazônica central e meridional. Ele também foi o primeiro cientista a descrever as condições climáticas e edáficas relativamente pobres da Amazônia, e a enfatizar os limites à fixação humana na região. Em conseqüência dos estudos

---

[4] Muitas das idéias neste capítulo vêm de uma tentativa de aplicar os textos de Barry Commoner sobre a "crise ambiental" ao caso da Amazônia brasileira. Ver, em particular, Barry Commoner, *The Closing Circle: Nature, Man, and Technology* (Nova York, 1971).

do Instituto de Agronomia do Norte, os cientistas passaram a reconhecer a natureza extremamente delicada da floresta pluvial amazônica e a questionar o potencial da região para uma exploração agrícola descontrolada e um crescimento econômico em grande escala.[5]

Hoje em dia, a maioria dos cientistas concorda com a concepção da Amazônia que Camargo e seus colaboradores foram os primeiros a adotar. Betty J. Meggers, da Smithsonian Institution de Washington, por exemplo, chamou a Amazônia de "falso paraíso", uma área na qual a "fantástica complexidade, a diversidade infinita, e a integração maravilhosa" obscurecem o fato de se tratar essencialmente de um "castelo construído sobre a areia". As propriedades do solo da Amazônia, escreve Meggers, contribuem:

> em nada, para a força da estrutura e, se um número suficiente de componentes for removido ou se os elos entre eles forem suficientemente enfraquecidos, toda a configuração ruirá e desaparecerá.

Meggers prossegue:

> Não se trata apenas de um julgamento teórico baseado em composição do solo, precipitação, temperatura, propriedades químicas e físicas, e outros fatores constituintes: é uma conclusão, cada vez mais, apoiada na observação dos efeitos da moderna exploração humana.[6]

Posição similar foi expressa por Harald Sioli, diretor do Instituto Max Planck de Limnologia na Alemanha Ocidental, que, tal como Meggers, passou vários anos fazendo pesquisa científica na Amazônia. Sioli descreve a Amazônia, assim como todos os grandes ecossistemas, como um vasto "campo de tensão", um foco de interação entre o meio ambiente, com suas leis internas, e organismos vivos, tais como o homem, com suas leis e necessidades internas. "A intensidade das interações entre organismo

[5] Felisberto C. de Camargo, "Report on the Amazon Region", in UNESCO, *Problems of Humid Tropical Regions* (Paris, 1958), pp. 11-24.

[6] Betty J. Meggers, *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise* (Chicago, 1971), p. 158.

e meio ambiente", escreve Sioli, "pode ser de graus muito diferentes, indo desde modificações quase imperceptíveis, infligidas a um ou a ambos os parceiros, até uma luta sem tréguas que pode terminar num colapso total e na morte de um deles, conseqüência esta que irá então afetar o sobrevivente." Sioli alega que, na Amazônia, esse "campo de tensão", com tais conseqüências previsíveis para organismos e meio ambiente, é mais delicado que em qualquer outra parte do mundo.[7]

Talvez a característica mais importante da Amazônia, estudada por Felisberto C. de Camargo e seus colaboradores, e discutida em pesquisas científicas recentes, seja a vasta diferença ecológica entre a várzea e as partes de terra firme, mais extensas. A várzea corresponde a apenas dois por cento da área terrestre da Amazônia, mas é coberta por uma rede de lagos, lagoas e canais, e caracterizada por uma rica profusão de plantas aquáticas e vida animal.

Em contraste com outras áreas da Amazônia, a várzea é de origem geológica recente, datando do final do período glacial, quando o aumento no nível dos oceanos inundou os amplos vales fluviais do baixo Amazonas, e quando esses rios começaram a acumular ricos depósitos aluvionais, vindos das zonas a montante. Durante séculos, o rio Amazonas acumulou uma base sedimentar relativamente rica, derivada direta ou indiretamente dos rios dos Altos Andes, com sua complexa litologia e abundantes materiais vulcânicos. Em conseqüência dessa história geológica, os solos da várzea são menos lixiviados do que os de outras partes da Bacia Amazônica, e contêm uma grande reserva de nutrientes para plantas. Além disso, a cada ano, quando chegam as chuvas e o rio Amazonas transborda, uma nova camada rica de sedimentos é depositada ao longo das extensões da várzea.[8]

De acordo com Camargo e seus colegas, as propriedades dos solos da várzea oferecem condições ideais para

[7] Harald Sioli, "Recent Human Activities in the Brazilian Amazon Region and Their Ecological Effects", *in* Betty J. Meggers, Edward S. Ayensu, e W. Donald Duckworth (orgs.), *Tropical Forest Ecosystems in Africa and South America: A Comparative View* (Washington, D. C., 1973), p. 321.

[8] Sioli (1973), pp. 323-4.

a agricultura e a fixação humana. Camargo demonstrou que, com um conhecimento da ecologia dessa zona, e um sistema de agricultura ajustado a essa ecologia, uma população humana relativamente grande poderia subsistir na várzea sem causar sérios prejuízos para o meio ambiente.

Mas a zona muito mais extensa da terra firme, de solo pobre, lançava um desafio maior. A terra firme corresponde a mais de 98 por cento da área terrestre da Bacia Amazônica. Os solos dessa região foram depositados durante o período Plioceno-Pleistoceno e derivam principalmente do Escudo da Guiana, ao norte, e do Planalto Central brasileiro, ao sul. Em algumas regiões, esses solos têm até 300 metros de espessura. São compostos de rochas graníticas e gnáissicas, e alguns arenitos, sendo pobres em nutrientes inorgânicos e em crescimento vegetal. O mais importante é que as temperaturas quentes e as chuvas pesadas da Amazônia lavaram intensamente o substrato da terra firme, tornando sua composição extremamente pobre e ácida. Meggers escreve sobre os solos da zona de terra firme:

> Milhões de anos de exposição ao desgaste químico lavaram todos os minerais solúveis, e os solos "maduros" resultantes consistem principalmente em areia e argila, apresentando uma acidez de moderada a extrema. Em termos de nutrientes vegetais, as deficiências são tão sérias que os solos de composição similar, num clima temperado, seriam improdutivos.[9]

Nas últimas décadas, os cientistas vêm decifrando um enigma: como o meio ambiente da terra firme mantém tal cobertura vegetal luxuriante sobre solos extremamente pobres e inférteis? O fator-chave para a riqueza natural da Amazônia está mais na cobertura vegetal do que no solo da base. A floresta pluvial tropical é essencialmente uma imensa coberta contínua de folhagem sempre verde, que combate os maus efeitos das pobres condições climáticas e edáficas, servindo às múltiplas funções de captação e armazenamento de nutrientes, e à proteção do solo contra e erosão e a radiação solar.[10]

[9] Meggers (1971), p. 14. Quase toda a discussão sobre a ecologia da terra firme, a seguir, vem desta fonte, a não ser que outra esteja explicitada.

A floresta cumpre essas funções de várias formas, inclusive através da recondução dos nutrientes para o solo pobre da base. Enormes quantidades de matéria orgânica caem das imensas árvores da floresta pluvial amazônica, numa taxa calculada como de três a quatro vezes maior do que a dos bosques do Estado de Nova York. Esse humo contém duas vezes mais fósforo, e nitrogênio em quantidade 10 vezes maior do que a que se encontra nas florestas de clima temperado.

Só a água da chuva que goteja das árvores na Amazônia já contém 75 por cento do potássio, 40 por cento do magnésio e 25 por cento do fósforo disponíveis para as plantas na base da floresta. A máxima utilização desses nutrientes é garantida pela vasta diversidade de plantas que habitam o chão da floresta, com diferentes necessidades de nutrientes e pequena concentração de indivíduos da mesma espécie. Por sua vez, o solo pobre é fortalecido quando as partes dessa rica cobertura vegetal morrem e voltam ao solo como matéria inorgânica para fabricação do humo.

Outra função da floresta é servir como cobertura protetora contra as poderosas chuvas tropicais. Estudos citados por Meggers calculam que, em média, 25 por cento da precipitação diária na Amazônia são retidos pelas folhas das grandes árvores, o restante atingindo o chão sob forma de gotículas quentes. Calcula-se que, na Amazônia, uma precipitação média anual de 2.125mm numa encosta arborizada, com declive de 12 a 15 por cento, remova menos de uma tonelada de solo por acre* num período de três anos. Por outro lado, a mesma quantidade de chuva numa encosta desflorestada, com metade desse declive, removeria 45 toneladas de solo num período me-

[10] O trabalho clássico sobre esse assunto é P. W. Richards, *The Tropical Rainforest: An Ecological Study* (Cambridge, Inglaterra, 1952). Para relatos mais recentes, ver C. F. Jordan, "Productivity of the Tropical Rainforest and its Relation to a World Pattern of Energy Storage", *Journal of Ecology*, 59 (1971), 127-42; e N. Stark, "Nutrient Cycling II: Nutrient Distribution in Amazonian Vegetation", *Tropical Ecology*, 12 (1971), 177-201.

* Um acre é igual a 0,4 ha. (N. do T.)

nor. Em outras palavras, sem a cobertura florestal, toda a terra firme se tornaria rapidamente lixiviada e logo seria varrida pelas águas.[11]

Essas descobertas explicam os efeitos calamitosos das modernas atividades humanas sobre a ecologia da Região Amazônica. Até recentemente, a principal forma de agricultura praticada na Amazônia era uma forma primitiva de roçado e queimada, baseada no uso do fogo e de machados de pedra ou aço. Com baixas densidades populacionais, essa forma de uso da terra pouco prejudicava o delicado ecossistema da floresta pluvial. A pouca duração dos períodos de cultivo, a dispersão das clareiras pela floresta, a reciclagem dos nutrientes pelas árvores, galhos e capins cortados, e a mistura de lavouras com diferentes necessidades de nutrientes, tudo tendia a manter o equilíbrio do ecossistema e a protegê-lo contra a erosão e a destruição excessivas. Depois de trinta a quarenta anos de regeneração, só um botânico treinado poderia distinguir, da floresta virgem, as áreas cultivadas desse modo. Mas os sistemas de cultivo mais intensivos, com maiores densidades populacionais, tendem a abalar a ecologia natural da Amazônia, e são basicamente esses sistemas que têm sido severamente criticados por cientistas nos últimos anos.[12]

Um excelente exemplo dos efeitos da agricultura de roçado e queimadas com altas densidades populacionais é oferecido pelo esquema de colonização desenvolvido na Zona Bragantina, a leste de Belém, no início deste século. Entre 1883 e 1908, uma ferrovia de 300 quilômetros foi construída entre Belém e Bragança, de modo a estimular os colonos e a dar transporte para os produtos agrícolas florestais da região. Uma vez pronta a ferrovia, o Governo brasileiro começou a promover a fixação de colônias nessa região; mais de 1.000 colonos, sobretudo de origem portuguesa, espanhola e francesa, imigraram para a Zona de Bragantina. Em 1915, essa onda de migração cresceu, quando uma seca atingiu o Nordeste e milhares de camponeses partiram do Estado do Ceará. No final

[11] Dados relatados em Meggers (1971), p. 17.

[12] Sioli (1973), pp. 321-34. Ver também a discussão do desflorestamento e da agricultura em Goodland e Irwin (1975), pp. 23-47.

da década de 40, a densidade populacional de Bragantina era uma das mais altas da Amazônia (oito habitantes por quilômetro quadrado), e os agricultores haviam destruído uma área florestal que cobria mais de 30 mil quilômetros quadrados.[13]

A agricultura de roçado e queimada, com densidades populacionais tão altas, mostrou-se devastadora para a Zona Bragantina. Naquele período, os agricultores transformaram as florestas outrora luxuriantes de Bragantina naquilo que a cientista brasileira Eugênia Gonçalves Egler chamou de "paisagem fantasma". Hoje, a Zona Bragantina está coberta por uma extensão de vegetação secundária improdutiva, arenito laterítico e rocha. Os solos dessa região não retêm mais a água, e as secas são muito mais demoradas do que no passado. Com uma das maiores populações do Estado do Pará, a Zona Bragantina é hoje considerada um "semideserto", uma região cujas terras aráveis diminuem ano a ano e cujos solos pararam de produzir.[14]

Mary McNeil, cientista americana, descreve um processo similar de destruição ambiental ocorrido na Colônia Iata, ou Presidente Dutra, ao longo dos rios Madeira e Madre Dios, em Rondônia. No final da década de 40, o Governo brasileiro patrocinou uma experiência de colonização agrícola nessa região para fixar camponeses sem terra, que haviam sido forçados a deixar a Zona Bragantina do Pará. Nos três primeiros anos, a produção das lavouras na Colônia Iata foi relativamente boa. Com o tempo, porém, o solo se exauriu, e começou um processo de laterização e erosão. "Em menos de cinco anos", escreve McNeil, "os campos limpos transformaram-se praticamente em chãos de pedra. Hoje, Iata é uma colônia triste e desanimadora, testemunha eloqüente dos imensos problemas que a laterita apresenta nos trópicos."[15]

[13] Felisberto C. de Camargo, "Terra e Colonização no Antigo e Novo Quaternário na Zona da Estrada de Ferro de Bragança, Estado do Pará — Brasil", *Boletim Museu Pará Emilio Goeldi*, 10 (1948), 123-47.

[14] Eugênia Gonçalves Egler, "A Zona Bragantina no Estado do Pará", *Revista Brasileira de Geografia*, 23 (1961), 527-55.

[15] Mary McNeil, "Lateritic Soils in Distinct Tropical Environments: Southern Sudan and Brazil", *in* M. Taghi Farvar e John

Na Bacia Amazônica, afirma McNeil, há acúmulos de solo laterítico que chegam a uma espessura de 20 metros. Trata-se de "solos verdadeiramente fósseis", que fornecem um registro dos vários estágios de evolução do solo e que mostram as mudanças de clima, vegetação, topografia e processos geológicos que ocorreram ao longo da história da região. McNeil escreve:

> No perfil brasileiro podemos ver todas as fases do desenvolvimento da laterita, desde sua origem, como solo derivado da rocha matriz, até sua transformação final em vastos depósitos de bauxita, manganês, ferro, e a rocha nova que hoje cobre perto de dois mil e quinhentos quilômetros quadrados da Bacia.[16]

As lições das experiências de colonização de Bragantina e Iata são claras. Durante a primeira metade do século XX, o papel do homem na Amazônia foi o de acelerar um processo (laterização e erosão do solo) que, durante séculos, a seleção natural e a evolução tentaram evitar, criando a rica cobertura vegetal da floresta pluvial. Em quase todas as áreas da Amazônia em que a ocupação humana e a fixação agrícola têm sido intensas, esse processo de laterização cresce rapidamente. Em outras palavras, o desflorestamento em larga escala feito pelos agentes humanos tem-se mostrado devastador para a delicada ecologia da Amazônia, e tem destruído vastas extensões de florestas tropicais e de terras antes produtivas.

O alcance das atividades de desflorestamento na Amazônia

Desde 1970, três desses fatores sócio-econômicos e tecnológicos vêm acelerando a intensidade das atividades de

P. Milton (orgs.), *The Careless Technology: Ecology and International Development* (Garden City, N. Y., 1972), pp. 603-7.

[16] Mary McNeil, "Lateritic Soils", *Scientific American* (novembro de 1974), 96-102.

desflorestamento desenvolvidas na Bacia Amazônica do Brasil. Primeiro, ao longo dos últimos anos, tem-se empregado mais homens na Amazônia, com a única finalidade de derrubar a mata, do que em qualquer outro período da história do Brasil. Em 1971, por exemplo, um periódico brasileiro informou que mais de 6 mil homens estavam trabalhando oito horas por dia, derrubando árvores ao longo da Transamazônica. Ao mesmo tempo, mais de 50 mil homens eram usados em operações de limpeza de terras, em conexão com os projetos de criação de gado da SUDAM no Brasil Central, e outros 45 mil homens cortavam madeira comerciável nas florestas adjacentes às novas estradas. De acordo com uma estimativa, mais de 300 mil hectares de floresta virgem foram limpos na Bacia Amazônica, somente em 1970.[17]

Em segundo lugar, durante esse período, um vasto cortejo de novas máquinas de terraplenagem foi introduzido na Bacia Amazônica para a construção de estradas, a agricultura e a limpeza de terreno. Como se menciona no capítulo 5, nos últimos anos deu-se literalmente uma "revolução do trator" no Brasil. Na Amazônia e no Brasil Central, por exemplo, os fazendeiros de gado estavam comprando grande quantidade de tratores de 90 cavalos, ou mais, e tratores de esteira para derrubada de árvores. Em resposta a essa demanda, a Ford planejava reentrar no mercado brasileiro com tratores médios e pesados. A Massey-Ferguson construíra uma segunda fábrica e planejava introduzir um trator de 129 cavalos. A Caterpillar partia para uma nova fábrica e planejava aumentar sua produção de tratores modelos D-4, D-7 e D-8 para uso na agricultura. A introdução dessas novas máquinas assinalava um salto tecnológico na capacidade humana de transformar a paisagem do Brasil, e tinha um grande efeito sobre o alcance das operações de derrubada de floresta na Bacia Amazônica.[18]

[17] Dados citados na edição especial de *Realidade* (outubro de 1971), 144.

[18] Para uma discussão das tendências recentes da produção de tratores no Brasil, ver U.S. Department of Commerce, *Brasil: Survey of US Export Opportunities* (Washington, D.C., 1974), pp. 53-4.

Finalmente, nos últimos anos, os fazendeiros de gado começaram a usar métodos químicos para limpar terras e manter pastagens na Bacia Amazônica. O alcance real do uso de herbicidas químicos no Brasil é difícil de avaliar. Em abril de 1973, contudo, o influente periódico *Science* publicou um informe observando que a Força Aérea dos Estados Unidos tentava vender grandes quantidades de Agente Laranja, o herbicida químico usado para matar a flora no Vietnã, ao Governo brasileiro e a outros Governos da América Latina.

De acordo com esse artigo, a Força Aérea norte-americana tentava achar compradores no exterior para um estoque de 2,3 milhões de galões* de Agente Laranja estocado em locais no Pacífico e ao longo da Costa do Golfo. Duas companhias privadas, a Blue Spruce International e a International Research, Inc., informava o artigo, procuravam negociar um contrato para a venda do Agente Laranja ao Governo brasileiro. Jerome F. Harrington, presidente da International Research, foi citado por um repórter de *Science* pela afirmação de que o Agente Laranja podia ser diluído com gasolina e vendido aos pecuaristas brasileiros por apenas 5 dólares o galão. Mantendo limpas as pastagens brasileiras, afirmava Harrington, esse fornecimento do herbicida químico aumentaria a produção de carne brasileira em perto de 400 milhões de dólares por ano e abriria novos mercados na América Latina para firmas agroquímicas dos Estados Unidos.[19]

Nas semanas que se seguiram ao aparecimento desse artigo, os defensores do meio ambiente lançaram uma campanha bem-sucedida contra a venda do Agente Laranja ao Brasil. Informes recentes na imprensa brasileira indicam, contudo, que herbicidas químicos tais como o 2,4D e 2, 4, 5-T, proibidos por lei para uso em terras de pastagem nos Estados Unidos, estão realmente sendo usados por fazendeiros de gado na Região Amazônica do

* Um galão equivale a 3,785 litros. (N. do T.)

[19] Debora Shapley, "Herbicides: Agent Orange Stockpile May Go to the South Americans", *Science*, 180, N.º 4081 (6 de abril de 1973), 43-5. Ver também Morton Mintz, "Scientists Bare Perilous Chemical in Vietnam Defoliant", *Washington Post* (6 de abril de 1973); e Adams Schmidt, "Unloading Leftover Defoliants", *Christian Science Monitor* (28 de abril de 1973).

Brasil. Alceo Magnanini, diretor do Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), é citado num artigo recente por ter afirmado que o uso do herbicida 2, 4, 5-T na Amazônia "traz ameaças a curto, médio e longo prazo para a espécie humana". Ele alega que o composto dioxina, presente nesse produto, "contém substâncias venenosas, teratológicas e talvez cancerígenas". Até a data da entrevista, segundo Magnanini, haviam fracassado todas as tentativas para controlar seu uso no Brasil.[20]

Todos os fatores acima explicam a séria preocupação de cientistas e ecólogos pelo futuro da Amazônia, nos últimos anos. Num dos primeiros informes sobre o impacto ambiental do programa de desenvolvimento do Governo brasileiro, por exemplo, um ecólogo alemão assinalava ter observado uma única companhia de gado com uma turma de 1.000 homens trabalhando na Amazônia, derrubando a floresta e arruinando indiscriminadamente a terra. Se a derrubada da floresta continuasse nessa escala, previa o ecólogo, por volta de 1990 haveria uma "série de crises ecológicas" em toda a Região Amazônica do Brasil. Ele alegava que havia razões científicas para reconsiderar os programas e planos do Governo brasileiro.[21]

Outros especialistas dentro do Brasil fizeram eco às advertências desses ecólogos. Roberto Burle Marx, por exemplo, um dos paisagistas mais conhecidos do Brasil, comparou a atual destruição em curso na Amazônia ao que ocorreu na área ao longo da Costa Atlântica, onde os colonizadores destruíram sem piedade mais de 300 quilômetros de floresta virgem nos primeiros anos após a descoberta do Brasil pelos portugueses. Comparando, Burle Marx escreveu:

> O que está ocorrendo ao longo da Transamazônica é ainda mais crítico. Áreas imensas estão sendo destruídas dentro dos esquemas de pastagens e de colonização. Essas áreas estão sendo

[20] Citado no *Jornal do Brasil* (19 de maio de 1974). O uso de herbicidas químicos por fazendeiros de gado na Amazônia também é observado por Charles Venhecke, "Taming Brazil's Wild West", *Atlas* (julho de 1975), 15-19.

[21] Citado em "What Shall We Do to Save Amazonia?", *Latin American Documentation Center Reports* (Washington, D. C., ja-

Essas áreas estão sendo transformadas em desertos, porque não há um conhecimento preciso do que plantar, e do que é melhor para o solo.[22]

Advertências semelhantes foram expressas por Marvick Kleer, da Universidade de Ribeirão Preto. Falando no 26.º Encontro Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1974, Kleer predisse que, nos próximos 30 anos, toda a floresta pluvial amazônica seria inteiramente destruída se permanecessem as atuais taxas de desflorestamento. De acordo com Kleer, nos últimos 10 anos a derrubada indiscriminada de árvores destruiu mais de 24 por cento da Amazônia.[23]

As estatísticas oficiais sobre o alcance das recentes atividades na Bacia Amazônica, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBDF), tendem a substanciar essas previsões e alegações. Entre 1960 e 1970, por exemplo, a população ao longo da Belém-Brasília cresceu de 1 milhão para 2 milhões de pessoas. Nesse período, mais de 5 milhões de cabeças de gado estavam sendo criadas nessa área. Um informe do IBDF indicava que certas áreas limpas na região já estavam "virando desertos". A erosão causada por tal atividade, segundo esse informe, não só tornava o solo estéril depois de três ou quatro anos, mas também reduzia o escoamento da chuva para os rios próximos. "Tais atividades de agricultura e pecuária", segundo um dirigente do IBDF, "podem destruir o patrimônio florestal da Amazônia, do mesmo modo que os ciclos econômicos da cana-de-açúcar e do café foram responsáveis pela destruição do Nordeste e do Sul."[24]

---

neiro de 1974). Ver também W. Denevan, "Development and the Imminent Demise of the Amazon Rainforest", *The Professional Geographer*, 25, N.º 2 (1973), 130-5.

[22] Citado no semanário *Opinião* (8 de outubro de 1973).

[23] Citado em "The Amazon Rain Forest is Said to be Threatened", *New York Times* (20 de outubro de 1974).

[24] Citado em "Amazonia: Green Hell or Cornucopia?", *Latin American Documentation Center Reports* (Washington, D. C., janeiro de 1974).

QUADRO 3

Área de terra oficialmente desflorestada na Amazônia brasileira, 1966-1975 (em hectares)

Tipo de projeto	*Área desflorestada*	*Percentagem da área total*
Pecuária		
Com incentivos fiscais (SUDAM)	3.865.271	33,6
Sem incentivos fiscais	510.000	4,4
Total	4.375.271	38,0
Colonização		
Dirigida pelo INCRA	2.019.480	17,6
Privada	1.500.000	13,1
Total	3.519.480	30,7
Rodovias		
Belém—Brasília	1.100.000	9,6
Transamazônica	675.000	5,9
Outras	1.300.000	11,3
Total	3.075.000	26,8
Florestamento	500.000	4,4
Área total desflorestada	11.469.751	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), citado em *O Estado de São Paulo* (11 de novembro de 1975), p. 60.

Mais recentemente, o IBDF divulgou estatísticas sobre o montante de desflorestamento autorizado oficialmente, e levado a efeito na Amazônia entre 1966 e 1975 (ver Quadro 3). O aspecto interessante desses dados é que os maiores responsáveis pelo desflorestamento da Amazônia foram os projetos pecuários em larga escala patrocinados pela SUDAM (3.865.71ha), e o programa de construção de estradas do Governo brasileiro (3.075.000). Juntos, esses dois fatores respondiam por 60 por cento da área desflorestada na Amazônia. Em comparação, o programa de colonização do INCRA, no qual camponeses

do Nordeste estavam comprometidos, respondia por apenas 17,6 por cento da área destruída.

O mais importante é que a taxa de desflorestamento atribuída a esses grandes projetos pecuários vem crescendo nos últimos anos. Em 1973, por exemplo, 187.253 hectares de terra foram limpos para projetos de pecuária no Sul do Pará. Um ano depois, em 1974, essa cifra mais do que dobrou para 414.894 hectares. Uma fonte afirma que o ritmo das atividades de desflorestamento na Amazônia vem crescendo a uma taxa de 30 por cento ao ano. Uma área do tamanho do Território do Amapá já foi destruída.[25]

Em 1971, Harald Sioli publicava uma série de cálculos aproximados com relação ao impacto meteorológico a longo prazo das recentes atividades de desflorestamento na Amazônia brasileira. Os cálculos de Sioli atraíram a atenção internacional para o papel importante do processo de fotossíntese na Amazônia, para determinar a quantidade de dióxido de carbono na atmosfera terrestre. Tentando prever os efeitos atmosféricos, em potencial, que teria a queima de toda a floresta pluvial, Sioli calculou que a Bacia Amazônica contém aproximadamente 600 toneladas de matéria orgânica por hectare de terra e cerca de 300 toneladas de carbono por hectare. Multiplicando esses números pela área total da floresta pluvial, ele calculou que, através do processo da fotossíntese, a Bacia Amazônica produz em torno de 50 por cento do oxigênio somado à atmosfera anualmente, consumindo cerca de 10 por cento do gás carbônico disponível na atmosfera. A queima da floresta pluvial amazônica, advertiu Sioli, lançaria na atmosfera vastas quantidades de carbono em estoque (talvez até 70 por cento do carbono já existente na atmosfera), com efeitos drásticos, e jamais vistos, para a temperatura da Terra.[26]

---

[25] Dados citados em *O Estado de São Paulo* (11 de novembro de 1975), p. 60.

[26] Os cálculos de Sioli apareceram pela primeira vez na revista *Realidade* (outubro de 1971), 146-9, e receberam muita atenção da imprensa internacional. Para uma discussão maior da questão, ver Reginald E. Newell, "The Amazon Forest and Atmospheric General Circulation", *in* W. H. Mathews (org.), *Man's Impact on the Climate* (Cambridge, Mass., 1971), pp. 457-9.

Os cálculos de Sioli, quanto ao papel desempenhado pela floresta tropical amazônica no fornecimento de oxigênio e dióxido de carbono para a atmosfera terrestre, não pretendiam ser previsões exatas. Ele só levantou essas questões a fim de chamar atenção para as "desforras ecológicas" que podem ser causadas pelo desflorestamento da Amazônia brasileira. De acordo com Sioli, a Bacia Amazônica cobre mais de dois milhões e meio de quilômetros quadrados e contém cerca de um terço das árvores da superfície terrestre. Nivelar essa região com fogo, tratores ou herbicidas químicos seria o mesmo que eliminar um dos maiores oceanos terrestres. Teria efeitos desastrosos para toda a biosfera, e abalaria o delicado equilíbrio ecológico do planeta. De um ponto de vista planetário, afirma Sioli, a manutenção do atual desflorestamento na Amazônia só poderia ter por conseqüência um suicídio ambiental.[27]

Os efeitos ambientais do Programa Polamazônia

Em 1974, vários críticos, dentro e fora do Governo, propuseram um "novo modelo" para uma ocupação ecologicamente segura da Amazônia brasileira. Ao serem veiculadas essas críticas, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) já preparava a infra-estrutura para a total racionalização dos padrões de uso da terra na Amazônia. Nos meses que precederam o anúncio do novo Programa Polamazônia, por exemplo, a SUDAM divulgou um informe observando que o Plano de Integração Nacional (PIN), anterior, não incluía um programa para a exploração dos vastos recursos madeireiros da Bacia Amazônica. Segundo esse informe, a Bacia Amazônica continha mais de 5 milhões de metros cúbicos de madeira comerciável. Especialistas em florestas esperavam que as reservas de madeira da África se esgotassem dentro de 13 a 30 anos, e as do Sul da Ásia dentro de 27 a 30 anos. Em 1985, afirmava o informe da SUDAM, a

---

[27] Sioli repetiu estas advertências em Goodland e Irwin (1975), prefácio.

Amazônia brasileira poderiam dominar o mercado internacional de papel e produtos da polpa, além das madeiras tropicais.[28]

Especialmente, o informe da SUDAM sugeria que três grandes programas fossem implantados na Bacia Amazônica. Primeiro, propunha a modernização tecnológica de todas as operações de extração de madeira na região. De acordo com a SUDAM, quase todas as operações madeireiras na Amazônia ainda eram de tipo empírico ou primitivo, e ainda não haviam introduzido os modernos métodos de extração da madeira, usados em países como Estados Unidos e o Canadá. De modo a aliviar essa situação, a SUDAM propunha um grande programa governamental que introduzisse métodos modernos de extração de madeira, melhorasse o transporte fluvial e terrestre e permitisse a criação de uma frota de "serrarias flutuantes" na Bacia Amazônica. Esse programa de inovação tecnológica, alegava o informe da SUDAM, transformaria o atraso tecnológico da indústria madeireira na Amazônia e reduziria o montante da depredação e do desperdício ambiental.[29]

Em segundo lugar, a SUDAM propunha uma maior promoção de atividades industriais de processamento de madeira na Bacia Amazônica. Desde o final da década de 60, segundo o informe da SUDAM, o processo industrial de materiais da floresta havia crescido de modo significativo na região. Três grandes companhias internacionais — a Georgia Pacific Corporation, dos Estados Unidos, a companhia Bruynzeel, da Holanda, e a Toyomenka, do Japão — já haviam estabelecido grandes fábricas de madeira compensada e plantações de árvores em locais estratégicos perto da foz do rio Amazonas. Além disso, outras seis grandes companhias madeireiras planejavam instalar-se na Amazônia.

O informe da SUDAM ressaltava que todas as atividades de extração de madeira na Amazônia deveriam estar

[28] SUDAM (1974), p. 4.

[29] SUDAM (1974), pp. 10-21. Um programa para a modernização tecnológica da indústria madeireira na Amazônia foi sugerido vários anos antes da publicação desse relatório em Eugene P. Horn, "The Lumber Industries of the Lower Amazon Valley", *Caribbean Forester*, 18 (1967), 56-67.

voltadas para as necessidades de suprimento dessas firmas industriais. Mais ainda, sugeria que outros "complexos industriais integrados" fossem montados na Amazônia, seguindo o modelo da imensa experiência de cultivo de árvores criada por Daniel Keith Ludwig em seu Projeto Jari.[30]

Por fim, a SUDAM defendia o estabelecimento de 12 florestas de produção na Amazônia, cobrindo mais de 50 milhões de hectares. De acordo com a SUDAM, os novos levantamentos aerofotogramétricos fornecidos pelo Projeto RADAM possibilitavam o planejamento de áreas "macrorregionais" para o uso da terra na Bacia Amazônica. Usando esses levantamentos, a SUDAM havia mapeado 12 áreas na Bacia para a criação de várias reservas florestais de "produção sustentada". Tais áreas iriam desempenhar uma função diferente daquela dos parques nacionais e reservas biológicas, e seriam a base do novo plano de reflorestamento comercial do Governo. Especificamente, a SUDAM sugeria em seu informe que o Governo desapropriasse essas áreas e criasse uma companhia mista para a exploração e a administração dessas reservas.[31]

O Quadro 4 mostra uma projeção futura dos padrões de uso da terra na Bacia Amazônica, dentro do enfoque do novo plano florestal da SUDAM. Como se vê nesse quadro, a SUDAM espera que pelo menos 53,7 milhões de hectares, ou cerca de um quinto da área da Bacia Amazônica, venham a ser compostos de reservas florestais de "produção sustentada". A idéia básica desse programa é limpar áreas da Amazônia para plantar árvores de valor comercial, e mais tarde replantá-las para reproduzir a floresta original. Essa idéia baseia-se em práticas de uti-

[30] SUDAM (1974), pp. 21-9. As grandes operações madeireiras da Georgia-Pacific, Bruynzeel, e Tokyomenka na Amazônia foram descritas em "The Amazon: Its Treasures Are Being Revealed", *Brazilian Trends: Economic Development in Brazil* (1972), pp. 27-8. Recentemente, uma Companhia de Formosa, a Formosa Chemical and Fiber Corporation, também anunciou planos para estabelecer um grande projeto de extração de madeira e fabricação de tábuas no Pará. Ver "Taiwan Plant for Amazon", *Latin America Economic Report* (16 de maio de 1975), 73.

[31] SUDAM (1974), pp. 34-44.

QUADRO 4

Padrões projetados de uso da terra na Amazônia brasileira (em milhões de hectares)

Tipo de uso da terra	*Área estimada*	*Percentagem da área total*
Áreas limpas para objetivos não-florestais	78,8	30,3
Áreas limpas para objetivos agrícolas	40,0	15,4
Pastagens naturais	15,0	5,8
Várzeas, pântanos e mangues	9,5	3,7
Reservas indígenas	20,0	7,7
Parques nacionais e reservas biológicas	43,0	16,5
Reservas florestais de "produção sustentada"	53,7	20,7
Área total	260,0	100,0

Fonte: Serete S.A., citado *in* Ministério do Interior, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Departamento de Recursos Naturais, *Estudos Básicos para o Estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento dos Recursos Florestais e de Uso Racional das Terras na Amazônia* (Belém, 1974), p. 51.

lização de florestas desenvolvidas no Canadá e nos Estados Unidos. Em termos mais simples, supõe que a floresta pluvial amazônica seja um recurso renovável, e que ela possa ser replantada através de métodos trazidos de climas temperados, de modo que se obtenham colheitas florestais de "produção sustentada". Do ponto de vista histórico ou científico, há razões para crer que tal suposição é perigosa para o meio ambiente, além de temerária, e errônea.[32]

Além do recente empreendimento de Daniel Keith Ludwig no Território do Amapá, a única experiência de cultivo de árvores em grande escala na Amazônia foi a fracassada plantação de borracha de Henry Ford em Ford-

[32] Para uma discussão de vários dos problemas em torno da administração florestal nos trópicos, ver: Raymond F. Dasmann, *Planet in Peril: Man and the Biosphere Today* (Nova York, 1972), pp. 161-3.

lândia e Belterra, no Estado do Pará. Em 1926, o Governo brasileiro deu a Ford uma grande concessão de terras com 10 mil quilômetros quadrados, ao longo do rio Tapajós, para criar a primeira plantação moderna de borracha na América do Sul. O objetivo de Ford, ao criar Fordlândia, era provar que os métodos de cultivo de árvores usados em climas temperados podiam ser aplicados na Bacia Amazônica, com sucesso e lucro. Com o tempo, Ford esperava que sua experiência amazônica se tornasse tão lucrativa quanto as plantações de borracha criadas por empresários franceses e britânicos na Indochina e no Sul da Ásia.

Inicialmente, os trabalhadores de Fordlândia plantaram 800 mil pés de seringueira. Desde o início, no entanto, vários problemas prejudicaram a plantação de Fordlândia. O mais crítico desses problemas era a presença de uma doença na Amazônia, a "doença sul-americana das folhas" (*dothidella ulei*), desconhecida no Sul da Ásia. Em 1932, essa doença atacou a nova floresta secundária da plantação de Fordlândia, causando grandes danos e destruindo praticamente todas as árvores recentemente plantadas na propriedade de Ford.

Após várias tentativas fracassadas para erradicar essa doença, em 1934, Ford trocou um quarto de suas terras em Fordlândia por outra área situada a 100 quilômetros abaixo do rio Tapajós. Ali Ford estabeleceu uma nova plantação chamada Belterra, com perto de 2 milhões de pés de seringueira. Mas a doença das folhas voltou a atacar e, em 1936, os agrônomos de Ford viram-se forçados a introduzir um método caro e demorado, de enxerto duplo, para salvar as seringueiras que restavam em Belterra.

Depois da II Guerra Mundial, Ford devolveu suas duas plantações ao Governo brasileiro, que passou-as ao Instituto de Agronomia do Norte, em Belém. Durante alguns anos, Felisberto C. de Camargo e seus colaboradores experimentaram várias formas de extração racional de madeira e de reflorestamento nessas propriedades. Algumas foram bem-sucedidas, mas a um custo muito alto e, do ponto de vista econômico, impraticável. Mais recentemente, mesmo essas experiências foram abandonadas. Em seu lugar, o Instituto de Agronomia do Norte vem tentando experiências menores, baseadas na ecologia natu-

ral da Região Amazônica, aplicando métodos modernos do pensamento ecológico.[33]

Em 1972, três botânicos mexicanos, A. Gomez-Pompa, C. Vasquez-Yanes e S. Guevara, publicaram um artigo na revista *Science*, descrevendo alguns dos motivos por que as florestas pluviais tropicais são incapazes de regeneração, com as atuais práticas de uso da terra. Embora as provas científicas ainda não estejam completas, esses cientistas invocaram fortes razões para acreditar que os processos de regeneração das florestas primárias eram muito mais complexos e delicados nos ecossistemas da floresta pluvial tropical do que nas florestas de clima temperado.

Com os sistemas aborígines de cultivo temporário, segundo esses cientistas, o delicado sistema de regeneração da floresta pluvial raramente é abalado, permanecendo capaz de reagir, tal como quando a floresta primária é atingida por catástrofes naturais localizadas (grandes temporais, por exemplo). Contudo, os sistemas mais intensivos de uso da terra, associados às modernas técnicas de agricultura e reflorestamento, arruínam esse delicado sistema de regeneração florestal. Com esses sistemas, as sementes das árvores primárias tornam-se cada vez mais raras, devido às suas características de dispersão e escassez. As sementes disponíveis são de espécies secundárias, previamente adaptadas a perturbações contínuas, ou de espécies vindas de meios mais secos. Estas conseguem proliferar em condições de perturbação maciça. Em contraste com as espécies da floresta primária, elas tendem a produzir grandes quantidades de sementes, com um maior tempo de vida no solo. Tais fatos explicam o processo de "savanização" ou "desertificação" nos trópicos.

De acordo com Gómez-Pompa, Vásquez-Yanes e Guevara, as implicações desses fatos são claras: há um grande perigo de que milhares de espécies de árvores da floresta primária sejam extintas, por toda parte, nos trópicos. Isso porque tais espécies são incapazes de recolonizar grandes áreas em condições de uso intensivo ou

[33] As razões econômicas e ambientais para o fracasso das plantações Ford na Amazônia e as experiências ecologicamente mais adaptadas, realizadas pelo Instituto de Agronomia do Norte, são discutidas em Sioli (1973), pp. 321-34.

extensivo da terra. Devido à natureza específica de seus padrões de sucessão, tais espécies têm um comportamento radicalmente diferente daquele das espécies de climas temperados. "Todos os indícios disponíveis", concluem os cientistas, "fundamentam a idéia de que, com o atual uso intensivo da terra em regiões de floresta pluvial, os ecossistemas estão ameaçados por uma extinção em massa de quase todas as suas espécies."[34]

As provas históricas e científicas citadas acima levam a crer que a noção de "produção sustentada" no aproveitamento de florestas, usada no informe da SUDAM de 1974, é inteiramente inconsistente nos trópicos. Essa noção contém um "erro tecnológico". Isso porque supõe que as práticas e técnicas desenvolvidas no Canadá e nos Estados Unidos, para a extração comercial de madeira, podem ser transferidas, com pequenas modificações, para a Bacia Amazônica, sem causar danos irreparáveis ao ecossistema da floresta pluvial tropical. O uso dessas tecnologias levanta sérias questões ambientais até mesmo em países de clima temperado. Transferi-las para a Bacia Amazônica parece constituir miopia econômica e insanidade ambiental.[35]

Nos últimos anos, vários cientistas preocupados com a ecologia têm defendido firmemente o uso de modelos indígenas, e não importados, para o desenvolvimento da Amazônia. Num simpósio sobre o futuro da ameaçada tribo dos Cintas-Largas, realizado em Cuiabá, Mato Grosso, em 1973, por exemplo, Paulo de Almeida Machado, diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, comparou o que ocorre na região com uma corrida entre a ciência e o desenvolvimento. Machado explicou que a floresta pluvial amazônica, quase do mesmo tamanho que os Estados Unidos, era um sistema ecológico único, sublinhando o quão pouco se sabe atualmente sobre seu modo de funcionamento. Tentar transferir para a Amazônia conhecimentos e tecnologias desenvolvidos em ou-

[34] A. Gómez-Pompa, C. Vásquez-Yanes e S. Guevara, "The Tropical Rain Forest: A Non-renewable Resource", *Science*, 177 (1.º de setembro de 1972), 762-5.

[35] Para uma discussão dos problemas colocados por estas tecnologias em climas temperados, ver N. Wood, *Clearcutting: Deforestation in America* (San Francisco, 1971).

tras partes do mundo só levaria a um desastre econômico e ecológico. "Se violarmos esse sistema", disse Almeida Machado, "não poderemos substituí-lo plantando outras árvores — bananeiras, por exemplo. Teremos que estudá-lo profundamente e usar de imaginação e criatividade imensas para encontrar novas formas de agricultura que se adaptem a essa realidade."

Ao longo de seu discurso, Almeida Machado sugeriu que talvez a única solução para o problema da Amazônia esteja nas mãos das tribos indígenas sobreviventes, que vivem na região há milênios. "Vemos o índio", declarou Machado, "como um ser inferior, com uma cultura inferior. Mas quando se fala em viver na Amazônia ele é muito superior, pois se harmoniza perfeitamente com todo o sistema ecológico."

Machado prosseguiu afirmando que, por se orgulhar de sua capacidade de dominar a natureza, o homem ocidental não conseguiu compreender as várias maneiras pelas quais os índios aprenderam a harmonizar-se com a natureza, ao mesmo tempo usando-a para suas necessidades. O índio tem centenas de lavouras que não são usadas pelo homem ocidental, não abalam o sistema ecológico e poderiam ser exploradas comercialmente, disse Machado. Ele também possui vastas reservas de conhecimento cultural sobre drogas medicinais, e em sua condição natural está livre da malária e de outras doenças ocidentais. Por fim, o índio aprendeu a equilibrar a população com os recursos e, durante séculos, viveu na Amazônia sem envenenar suas águas e terras. "A tragédia", concluiu Machado, "é que, sendo o índio uma das chaves principais para a ocupação bem-sucedida da Amazônia, ele esteja desaparecendo e, com ele, o seu vasto conhecimento." [36]

---

[36] O discurso de Machado foi citado em Leonard Greenwood, "Scientist Hits Amazon Basin Development", *Los Angeles Times* (5 de abril de 1973). Para um ponto de vista semelhante, ver F. R. Fosberg, "Temperate Zone Influence on Tropical Forest Land Use: A Plea for Sanity", *in* Meggers, Ayensu e Duckworth (orgs.), p. 346.

10

A Bacia Amazônica: implicações para a política externa dos Estados Unidos no Brasil

Estamos em desacordo com as repetidas declarações do Ministro do Interior, de que "o problema indígena é um problema do Brasil", e que "outros países nada têm a ver com o problema do índio brasileiro". O erradamente chamado "problema do índio" é um problema da humanidade, um problema cujas causas e motivações talvez sejam mais conhecidas em países onde há liberdade de discussão e de informação do que no Brasil.

Em última análise, há milhões de seres humanos nas Américas, e centenas de milhares no Brasil, que, por séculos, vêm sofrendo a mais grave das injustiças infligidas por uma "raça" que se diz superior. Se a consciência da humanidade fosse igual ao volume de informação, uma situação tão iníqua não seria mais tolerada. O "problema do índio" no Brasil não pode ser compreendido, e muito menos resolvido, se não for situado em seu contexto internacional.

De *Y-Juca-Pirama,* um documento urgente divulgado pelos bispos e padres da Amazônia brasileira no 25.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 25 de dezembro de 1973.

Em seu famoso ensaio de 1957, "Culturas e Línguas Indígenas do Brasil", Darcy Ribeiro afirmava que a sociedade nacional brasileira apresentava uma série de "faces diversas" para os índios (o que ele chamava de "faces da civilização") ao tomar a forma de uma economia extrativa, pastoril ou agrícola. De acordo com Ribeiro, cada um desses diferentes tipos de fronteira econômica era motivado por interesses desiguais na exploração do meio

ambiente, cada qual organizado em termos de seus próprios princípios estruturais, e impondo diferentes restrições aos grupos tribais com que se defrontavam. A frente extrativa, segundo Ribeiro, era constituída por indivíduos separados de suas comunidades de origem, e que se deslocavam para territórios inexplorados, habitados por tribos isoladas ou hostis. A frente pastoril compunha-se em geral de grupos familiares, que avançavam para as áreas inexploradas em busca de novas pastagens para seus rebanhos, e que tomavam as terras dos índios. Finalmente, a frente de expansão agrícola em geral envolvia populações humanas maiores, que transformavam rápida e drasticamente a paisagem, e que viam os índios como um obstáculo em seu caminho. Referindo-se a este último tipo de frente pioneira, Ribeiro escreveu:

> Os pioneiros agrícolas vêem o índio como um mero obstáculo à sua expansão, e recorrem ao conflito para tomar posse das terras que ele ocupa, estendendo assim a área usada para a produção agrícola... Em poucos anos, os índios vêem-se obrigados a adotar novas formas de conseguir a subsistência, cercados por uma população relativamente densa a cujos modos de vida devem acomodar-se, para continuar sobrevivendo.[1]

Nas páginas deste livro, analisei vários dos novos fatores estruturais que atuam para transformar a natureza das frentes de expansão e, por conseguinte, dos conflitos interétnicos, na Bacia Amazônica do Brasil. Basicamente, argumentei que três novos fatores transformaram a natureza do fenômeno das frentes de expansão no Brasil desde o movimento militar de 1964 e o anúncio da Rodovia Transamazônica, em 1970. O primeiro deles é o papel estratégico que o Governo brasileiro vem desempenhando na abertura e na colonização da Bacia Amazônica. O segundo é o papel econômico dominante que as grandes companhias multinacionais e estatais têm assumido na exploração dos ricos recursos minerais, madeireiros e agrícolas da região. O terceiro fator é a importância cada vez maior dos empréstimos de instituições internacionais de crédito e bancos estrangeiros no financiamento de projetos de infra-estrutura na Amazônia.

[1] Darcy Ribeiro, "Indigenous Cultures and Languages of Brazil", in Janice H. Hopper (org.), *Indians of Brazil in the Twentieth Century* (Washington, D. C., 1967), pp. 95-6.

Essencialmente, a natureza da expansão econômica no Brasil é hoje diferente da que existia quando Darcy Ribeiro realizou seus estudos sobre o conflito interétnico, nas décadas de 50 e 60. Ao longo da última década, surgiu no Brasil uma nova associação entre um Governo militar altamente repressor, mas voltado para o desenvolvimento, várias firmas multinacionais e estatais, e diversas instituições internacionais de crédito, tais como o Export-Import Bank, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. Essa nova associação, que não é exclusividade do Brasil, acelerou o ritmo da expansão econômica para as últimas áreas de refúgio habitadas por tribos indígenas, e começou a substituir as várias fronteiras econômicas, diversas, mas todas relativamente atrasadas, as quais Darcy Ribeiro foi o primeiro a analisar em seu ensaio de 1957. Mais ainda, os dados contidos neste livro indicam que três conseqüências importantes resultaram da presença desses novos parceiros na parte brasileira da Bacia Amazônica.[2]

Em primeiro lugar, desde 1970 a Fundação Nacional do Índio vem institucionalizando um novo tipo de política indigenista consistente com os objetivos mais amplos de desenvolvimento econômico traçados pelo regime militar brasileiro, embora tais objetivos tenham um efeito devastador para as tribos indígenas brasileiras. Na qualidade de órgão do Ministério do Interior, as metas principais da política da FUNAI têm dois aspectos: primeiro, integrar as tribos indígenas à sociedade nacional brasileira o mais rápido possível; e, segundo, garantir que essas tribos não sirvam de obstáculo ao progresso nacional e ao desenvolvimento econômico. Talvez a principal área em que essas metas se refletem seja o Estatuto Brasileiro do Índio. Transformado em lei em de-

[2] Para uma discussão do importante papel que as corporações multinacionais assumiram numa base mundial, ver Nações Unidas, Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos, *Multinational Corporations in World Development* (Nova York, 1973). Também, Richard J. Barnet e Ronald M. Müller, *Global Reach: The Power of the Multinational Corporations* (Nova York, 1975).

zembro de 1973, ele dá à FUNAI o direito de deslocar índios para fora de seus territórios tribais tradicionais, por motivos de segurança nacional e desenvolvimento. Além disso, autoriza esse órgão oficial do Governo, sob a rubrica de "renda indígena", a arrendar reservas minerais, madeireiras e agrícolas pertencentes aos índios.

Em vários casos, mostramos como a FUNAI foi forçada a sacrificar direitos dos índios sobre a terra, em benefício dos grandes interesses econômicos, dos programas rodoviários estatais, dos projetos de mineração em larga escala, e de empresas agroindustriais na Amazônia. Essa expropriação irrefreada de terras nativas tem levado à expulsão e destruição de dezenas de tribos. Sem uma grande mudança política, só é possível prever que um destino semelhante espera outras tribos no Brasil. Isso é particularmente verdadeiro no extremo Norte da Bacia Amazônica, onde a integridade territorial das grandes tribos Yanomamö e Waimirí-Atroarí está sendo ameaçada por projetos de desenvolvimento de estradas e de mineração.[3]

Em segundo lugar, as recentes mudanças econômicas na Região Amazônica tendem a piorar, em vez de aliviar, os sérios problemas agrários do Brasil. No capítulo 8, por exemplo, foi demonstrado como as recentes transformações econômicas na Bacia Amazônica afetaram as grandes populações rurais e camponesas da região. Ao longo da última década, a criação de gado em grande escala substituiu o minifúndio camponês como padrão básico de ocupação da terra em Mato Grosso e no Brasil Central. A introdução dessas fazendas tem tido todo o apoio do Governo militar, recebendo importantes influxos financeiros de capitalistas industriais e agroindustriais do Sul do Brasil. Entre as companhias estrangeiras hoje envolvidas em empresas agroindustriais na Amazônia estão as seguintes: King Ranch, do Texas, Daniel Keith Ludwig da National Bulk Carriers, a Liquigás, da Itália, e a Volkswagen alemã.[4]

---

[3] Acontecimentos recentes na parte Noroeste da Bacia Amazônica são discutidos *in* Shelton H. Davis e Robert O. Mathews, *The Geological Imperative: Anthropology and Development in the Amazon Basin of South America* (Cambridge, Mass., 1976).

[4] A importância desse novo padrão de ocupação da terra na Amazônia ganhou a atenção internacional em julho de 1976, quando John Weaver Davies, grande latifundiário e ex-coronel da Força Aérea americana, foi gravemente ferido e teve seus dois filhos mortos por camponeses na região de Paragominas, no Pará. Ver "Brazil: The Law of the Jungle", *Latin America* (16 de julho de 1976), 218.

Um dos principais resultados desse novo padrão de colonização tem sido a expulsão de grande número de camponeses pobres que anteriormente formavam o elemento pioneiro no Brasil Central. Deve-se afirmar categoricamente que a situação de posse da terra desses pequenos agricultores não é menos precária do que a dos grupos indígenas na Bacia Amazônica. Além disso, todas as tentativas de procurar proteção legal para as reivindicações de terra dessas populações camponesas, por iniciativa de instituições como a Igreja Católica brasileira, enfrentam uma severa repressão por parte das autoridades locais, estaduais e federais no Brasil. O resultado é que, nos últimos 10 anos, o protesto e a violencia no campo alcançaram proporções epidêmicas em várias áreas de Mato Grosso e do Brasil Central.[5]

Enquanto essas mudanças tinham lugar na Amazônia, os problemas agrários também pioravam no Nordeste brasileiro, região bem mais populosa. De acordo com a SUDENE, atualmente mais de 5 milhões de pessoas estão desempregadas ou subempregadas no Nordeste. A renda média anual do país é de aproximadamente 750 dólares. No Nordeste, essa renda cai para 150 dólares. Mais de metade da população nordestina acima dos 15 anos de idade é analfabeta. Devido às epidemias e à subnutrição nessa área, a população do Nordeste apresenta uma das menores expectativas de vida na América Latina. Nas zonas rurais as autoridades sanitárias calculam que as taxas de mortalidade infantil subam a 25 por cento.[6]

---

[5] A ofensiva militar contra a Igreja Católica na Amazônia é descrita em "Brazil: Fear of God", *Latin America* (24 de dezembro de 1976), 394. Ver também Jonathan Kandell, "Brazil's Bishops Condemn Military Regime", *New York Times* (20 de novembro de 1976).

[6] Para uma discussão íntima das condições do Nordeste brasileiro, e um relato da revolta camponesa que ocorreu nessa região

Um recente artigo do *New York Times* observa que o contínuo atraso econômico do Nordeste criou um "pessimismo generalizado" quanto à eficácia do "modelo de desenvolvimento econômico" adotado pelo regime militar brasileiro. Não há dúvida, afirma esse artigo, de que tal modelo criou um "surto econômico espetacular" nos últimos sete anos. A maior parte desse crescimento, contudo, está confinada às regiões do Sul e do Centro do Brasil. "O Nordeste, se mudou", declara esse artigo, "foi para uma pobreza ainda maior." [7]

Por fim, as recentes mudanças econômicas no Brasil vêm devastando a delicada ecologia da floresta pluvial amazônica. Os motivos que explicam essa destruição ecológica generalizada *não* podem ser encontrados numa falta de preocupação com o meio ambiente por parte do povo brasileiro, em relação aos outros povos e nações do mundo. Pelo contrário, as causas para a destruição voraz da floresta pluvial amazônica devem ser procuradas no mesmo conjunto de fatores que estão expulsando as populações indígenas e camponesas do Brasil. Ou seja, há alguns anos o Governo brasileiro tem sido extremamente bem-sucedido na obtenção de uma ampla gama de tecnologias modernas para desobstruir terras e derrubar florestas na Bacia Amazônica. Entre essas tecnologias encontram-se novos tipos de tratores usados para a construção de estradas na selva, herbicidas químicos jogados de aviões a baixas altitudes para manter pastagens, e várias tecnologias de derrubada e corte, levadas à Amazônia por firmas internacionais de madeira, papel e polpa.

A racionalidade ambiental dessas novas tecnologias de desobstrução de terras é questionável até mesmo nos países de clima temperado onde foram produzidas. No caso do Brasil, contudo, o uso de tais tecnologias tem se mostrado economicamente lucrativo, e por isso existe pouca inclinação, por parte do Governo militar, para avaliar seu impacto ecológico ou fixar padrões de con-

antes do movimento militar de 1964, ver: Josué de Castro, *Death in the Northeast* (Nova York, 1966).

[7] Jonathan Kandell, "Brazil's 'Miracle' Ignores Poor", *New York Times* (11 de fevereiro de 1976). Ver também, pelo mesmo repórter, "Brazil's 'Miracle' Makes a Staple Scarce", *New York Times* (14 de dezembro de 1976).

trole ambiental. Robert J. A. Goodland, ecólogo do Cary Arboretum do Jardim Botânico de Nova York, resume as questões envolvidas na destruição ecológica da Amazônia nos seguintes termos:

> O que está em jogo na Amazônia é o futuro de uma área de mais de um milhão de quilômetros quadrados, maior do que toda a Europa e contendo um terço das florestas que ainda existem no mundo... Sob as atuais diretrizes de desenvolvimento do Brasil, ela está sendo eliminada. Os ridículos ganhos a curto prazo, que se estão buscando, serão suplantados por irreparáveis problemas a longo prazo, a não ser que algo seja feito, e logo, para remediar o mal.[8]

Infelizmente, a maioria dos dirigentes da política externa americana tendeu a negligenciar essas conseqüências sociais e ambientais do modelo de desenvolvimento brasileiro, dando o apoio oficial a companhias dos Estados Unidos com grandes investimentos no Brasil. Em maio de 1976, por exemplo, William Simon, então Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, manteve uma série de encontros importantes com o Ministro da Fazenda do Brasil, Mário Henrique Simonsen. Ostensivamente, tais encontros destinavam-se a preparar alguns acordos comerciais, dentro dos quais o Brasil se comprometeria a retirar os incentivos às exportações de sapatos, artigos de couro e óleo de soja. Mas vários outros assuntos importantes também foram discutidos, entre eles a necessidade de aumentar o investimento das companhias norte-americanas no Brasil. De acordo com um informe, o Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, presenteou o Secretário Simon com uma lista de oportunidades para investimentos privados totalizando mais de 77 bilhões e 200 milhões de dólares nos cinco anos seguintes. Entre os itens da lista estavam novos projetos de mineração, polpa, madeira e petróleo, e um grande número de usinas hidelétricas, cuja construção na Bacia Amazônica ainda não havia sido anunciada.

[8] Robert J. A. Goodland, "Is This Big Parking Lot Where Brazil Used to Have the Amazon Region?", *New York Times* (15 de setembro de 1975).

Durante esses encontros, informou-se que o Secretário Simon teria indicado que o esquema do Ministro brasileiro do Planejamento para aumentar os investimentos externos só seria viável se o Brasil pudesse dar às companhias americanas mais garantias e segurança quanto ao seu capital. O Secretário Simon referia-se em particular à muito controvertida "lei de remessa de lucros", que na época estava sendo discutida no Brasil. Essa lei foi adotada em 1962, e mais tarde emendada, após o movimento militar de 1964. Ela permite que as companhias estrangeiras com negócios no Brasil remetam, sem impostos, 12 por cento do capital investido e reinvestido e, para compensar pelo mau desempenho num determinado ano, permite que calculem em 36 por cento seus ganhos de capital ao longo de três anos. Uma vez atingido esse limite, um imposto progressivo é aplicado aos ganhos do capital estrangeiro no Brasil. "Simon", observou um artigo do *Latin America Economic Report*, "disse que encorajaria companhias dos Estados Unidos a investir no Brasil, mas advertiu que deviam ser encontrados meios de eliminar a sujeição a uma dupla tributação." [9]

Embora a posição do então Secretário do Tesouro reflita a política externa americana em relação ao Brasil, outros detentores de cargos políticos nos Estados Unidos têm expressado opiniões mais críticas quanto à política do Governo americano no exterior. As opiniões de alguns desses homens públicos têm uma importância direta para várias das questões levantadas neste livro.

Em maio de 1971, por exemplo, a Subcomissão do Senado dos Estados Unidos para Assuntos do Hemisfério Ocidental manteve uma série de inquéritos sobre as políticas e programas dos Estados Unidos com relação ao Brasil. Abrindo esses inquéritos, o Senador Frank Church, de Idaho, observou que:

[9] "Controversy on Brazil-US Deal", *Latin America Economic Report* (28 de maio de 1976), 83. Deve-se notar que a visita do Secretário Simon ao Brasil ocorreu poucos meses depois que os Estados Unidos e o Brasil assinaram um acordo histórico para consultas mútuas sobre todas as questões políticas e econômicas importantes envolvendo os dois países e o resto do mundo. Ver Jonathan Kandell, "U. S. and Brazil Sign Accord on Ties", *New York Times* (22 de fevereiro de 1976).

Não diz respeito ao Senado dos Estados Unidos o modo pelo qual os brasileiros organizam seus próprios assuntos e tratam uns aos outros. O modo pelo qual os vários órgãos do Governo americano se comportam no Brasil, e como reagem ao que lá acontece, diz respeito a todos os americanos.

Nos inquéritos, focalizou-se atenção especial sobre a posição dos órgãos federais americanos com relação às questões da repressão política e da tortura no Brasil. Mas alguns membros da subcomissão do Senado também mostraram interesse pela economia brasileira e pelo programa brasileiro para abrir e explorar a Região Amazônica. [10]

Desde 1971, o Congresso americano tomou mais duas iniciativas que poderiam repercutir sobre as questões levantadas neste livro. A primeira foi o estabelecimento, dentro da Comissão de Relações Exteriores do Senado, de uma subcomissão sobre Companhias Multinacionais. Essa subcomissão realizou seus primeiros inquéritos em março de 1973. Revelou-se então que o Congresso americano estava prestes a conduzir um "amplo exame do papel das companhias multinacionais, sua influência na política americana, e seu impacto econômico". Uma das muitas questões que a subcomissão tentaria responder era a "extensão da coincidência de interesses entre as companhias multinacionais e a política externa dos Estados Unidos em diferentes áreas do mundo". Como se observou no capítulo 3 deste livro, em agosto de 1974, Richard S. Newfarmer e Willard F. Mueller, da Universidade de Wisconsin, submeteram um relatório à subcomissão intitulado *Companhias Multinacionais no Brasil e*

[10] U. S. Senate, Committee on Foreign Relations, *United States Policies and Programs in Brazil*, Hearings Before the Subcomittee on Western Hemisphere Affairs (Washington D. C., maio de 1971). Infelizmente, só alguns anos após esses inquéritos começaram a aparecer revelações sobre a possível intervenção do Governo norte-americano no movimento militar de 1964. Ver os importantes documentos descritos por David Binder, "U. S. Assembles a Force in 1964 for Possible Use in Brazil Coup", *New York Times* (30 de dezembro de 1976).

no México: Fontes Estruturais de Poder Econômico e Não-Econômico.[11]

Uma segunda iniciativa importante do Congresso americano foi uma série de inquéritos sobre a proteção internacional dos direitos humanos. Foram conduzidos pela Subcomissão da Câmara sobre Organizações e Movimentos Internacionais, de agosto a dezembro de 1973. Um relatório divulgado por oito dos 11 membros da subcomissão afirmava que a atitude predominante na política externa americana era a de favorecer a política de poder em detrimento dos direitos humanos. Nas relações tais como Vietnã do Sul, Espanha, Portugal, União Soviética, Brasil, Indonésia, Grécia, Filipinas e Chile, o relatório da subcomissão acusava os Estados Unidos de "negligência quanto aos direitos humanos, em benefício de outros interesses assumidos", e "adesão a governos que praticam a tortura e violam descaradamente quase todas as garantias aos direitos humanos declarados pela comunidade mundial". Em suas recomendações, membros dessa subcomissão instaram os Estados Unidos a agirem por conta própria ou nos fóruns da ONU para tentar impedir outros governos de praticarem torturas e massacres, e rogaram à administração que tratasse dos fatores de direitos humanos como parte regular da tomada de decisões na política externa dos Estados Unidos".[12]

Desde o golpe militar no Chile, em 1973, vários membros do Congresso tomaram uma posição mais ativa sobre a questão das violações dos direitos humanos na

[11] U. S. Senate, Committee on Foreign Relations, *Multinational Corporations and United States Foreign Policy,* Hearings Before the Subcomittee on Multinational Corporations (Washington, D. C., março de 1973). Ver também Richard S. Newfarmer e Willard F. Mueller, *Multinational Corporations in Brazil and Mexico: Structural Sources of Economic and Noneconomic Power* (Washington, D. C., agosto de 1975).

[12] U. S. House of Representatives, Committee on Foreign Relations, *International Protection of Human Rights,* Hearings Before the Subcomittee on International Organizations and Movements (Washington, D. C. 1974). Ver também David Binder, "U. S. Urged to Act on Human Rights, House Unit Calls for Focus on Violations Abroad", *New York Times* (28 de março de 1974).

América Latina. Em 1975, por exemplo, os defensores dos direitos humanos no Congresso introduziram uma emenda à legislação americana de ajuda externa (a chamada Emenda Harkin), que proíbe especificamente a concessão de ajuda americana ao "Governo de qualquer país que se envolver num quadro consistente de graves violações de direitos humanos internacionalmente reconhecidos". Recentemente, essa emenda foi usada para bloquear a ajuda militar aos governos do Uruguai e do Chile. Também surgiram discussões no Congresso quanto ao bloqueio da ajuda militar e econômica aos Governos do Brasil, da Argentina e do Paraguai.[13]

Uma das principais conclusões deste livro é a de que se torna necessária uma definição mais ampla do conceito de "direitos humanos" em sua aplicação à política externa americana e ao fornecimento de assistência militar e ajuda econômica. Até hoje, o interesse do Congresso por esses temas concentra-se quase que somente nas violações acintosas de direitos políticos e legais. Contudo, qualquer reformulação justa e humanitária da política externa americana deveria ir muito além de uma definição tão limitada dos "direitos humanos". Deveria incluir, por exemplo, alguma definição mínima dos direitos das comunidades étnicas, e fornecer algum mecanismo para garantir que a ajuda americana não ameace esses direitos. Do mesmo modo, deveria reconhecer os aspectos dos "direitos humanos" que em geral entram na ampla categoria de "justiça econômica". Com relação a isso, deveria estabelecer diretrizes para garantir que os programas de ajuda americanos atinjam as pessoas que são realmente pobres, famintas e necessitadas de ajuda. Finalmente, uma política externa americana reformulada deveria fixar padrões específicos para as práticas das companhias multinacionais no exterior. Deveria pelo menos estabelecer mecanismos legais para assegurar que essas companhias multinacionais não desenvolvam em outros países atividades que seriam consideradas ilegais nos Estados Unidos.

Nos últimos 10 anos, várias organizações não-governamentais foram criadas a fim de alertar a opinião pú-

[13] Juan de Onis, "U. S. and Latins: Violations of Rights vs. Aid From Congress", *New York Times* (4 de outubro de 1976).

blica internacional para a séria ameaça lançada contra a sobrevivência das populações indígenas no mundo inteiro. Entre essas organizações estão o Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas, na Dinamarca, a Amazind, na Suíça, a Survival International, na Inglaterra, o INDIGENA e a Cultural Survival, nos Estados Unidos. Até hoje, contudo, as questões levantadas por essas organizações quase não penetraram na opinião pública internacional e só receberam uma atenção superficial da imprensa internacional. Escrevi este livro na esperança de que a atenção internacional se concentre sobre as questões levantadas por essas organizações. Creio que um dos modos de conseguir isso seria uma preocupação maior, por parte de órgãos internacionais reconhecidos e de Governos nacionais, com o impacto devastador que os recentes programas de desenvolvimento econômicos estão tendo sobre as populações indígenas, os camponeses, os trabalhadores rurais, e a própria Terra.[14]

Neste momento, está sendo travada uma guerra silenciosa contra povos aborígines, contra camponeses inocentes e contra o ecossistema da floresta pluvial na Bacia Amazônica. Para muitos leitores, poderá parecer que o imenso sofrimento e o enorme dano causados à Bacia Amazônica fazem parte do custo inevitável que deve ser assumido por qualquer país que deseje experimentar um rápido crescimento econômico. Acredito ser essa uma posição equivocada. Nada há de inevitável no que está se passando na Amazônia brasileira. Nem há razões imperiosas para acreditar que o programa de desenvolvimento da Amazônia venha a beneficiar a vasta maioria do povo brasileiro. A guerra silenciosa travada contra o povo e o meio ambiente da Bacia Amazônica é resultado de um "modelo de desenvolvimento" muito específico. Hoje, esse "modelo de desenvolvimento" está sendo im-

[14] Para uma discussão detalhada dessas questões, ver Richard Arens (org.), *Genocide in Paraguay* (Filadélfia, 1976). Ver também estudos sobre violações dos direitos indígenas em vários países *in* W. Dostal (org.), *The Situation of the Indian in South America* (Genebra, 1972). Esses estudos, juntamente com o presente livro, fornecem provas esmagadoras da necessidade de se criarem novos mecanismos internacionais para a efetiva proteção dos direitos dos povos aborígines.

plantado em outras áreas de expansão econômica do mundo. Uma contra-ofensiva de sentimento público, que questione as prioridades da política de desenvolvimento internacional, e que torne os autores da política externa, as instituições internacionais de crédito e as companhias multinacionais responsáveis por suas atividades nessas áreas pioneiras seria um grande passo para terminar com essa e com outras guerras.

Bibliografia

Aborigines Protection Society of London. *Tribes of the Amazon Basin in Brazil, 1972*. Londres, 1973.

Alves, Márcio Moreira. *A Grain of Mustard Seed: The Awakening of the Brazilian Revolution*. Garden City, N. Y., 1973.

Amnesty International. *Report on Torture*. Londres, 1975.

Arens, Richard (org.). *Genocide in Paraguay*. Filadélfia, 1976.

Arruda, Marcos, de Souza, Herbert, e Afonso, Carlos. *Multinationals and Brazil: The Impact of Multinational Corporations in Contemporary Brazil*. Toronto, 1975.

Barnet, Richard J., e Müller, Ronald M. *Global Reach: The Power of the Multinational Corporations*. Nova York, 1975.

Baruzzi, R. G., Marcopito, L. F., Serra, M. L. C., Souza, F. A. A., e Stabile, C. "The Kren-Akorore: A Recently Contacted Indigenous Tribe", *in* Ciba Foundation Symposiun 49 (nova série), *Health and Disease in Tribal Societies*. Amsterdã, 1977, 179-211.

Bodard, Lucien, *Green Hell: Massacre of the Brazilian Indians*. Nova York, 1971.

Brooks, Edwin. "Twilight of Brazilian Tribes", *Geographical Magazine*, 45, n.º 4 (janeiro de 1973), 304-10.

"Prospects of Integration for the Indians of Brazil", *Patterns of Prejudice*, 17, N.º 2 (março-abril 1973), 23-8.

"The Brazilian Road to Ethnicide", *Contemporary Review*, 224 (maio de 1974), 2-8.

"Frontiers of Ethnic Conflict in the Brazilian Amazon", *International Journal of Environmental Studies*, 7 (1974), 63-74.

Cardoso, Fernando H., e Muller, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo, 1977.

Casaldáliga, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*. Mato Grosso, 1971.

Castro, Josué de. *Death in the Northeast*. Nova York, 1966.

Chiappino, Jean. *The Brazilian Indigenous Problem and Policy: The Aripuanã Park.* Genebra/Copenhague, 1975.

Cowell, Adrian. *The Tribe That Hides From Man.* Nova York, 1974.

Dasmann, Raymond F. *Planet in Peril: Man and the Biosphere Today.* Nova York, 1972.

Davis, Shelton H., e Mathews, Robert O. *The Geological Imperative: Anthropology and Development in the Amazon Basin of South America.* Cambridge, Mass., 1976.

Denevan, William. "Development and the Imminent Demise of the Amazon Rainforest", *The Professional Geographer,* 25 (1973), 130-5.

Dória, Carlos Alberto, e Ricardo, Carlos Alberto, "Populations indigènes du Brésil: Perspectives de survie dans la région dite 'Amazonie légale' ", *Bulletin de la Societé Suisse des Américanistes,* 36 (1972), 19-35.

Dostal, W. (org.). *The Situation of the Indian in South America.* Genebra, 1972.

Evans, Peter B. "The Military, the Multinationals, and the 'Miracle': The Political Economy of the 'Brazilian Model' of Development", *Studies in Comparative International Development,* 9 (1974), 26-45.

Evans, Peter B. "Foreign Investment and Industrial Transformation: A Brazilian Case Study", *Journal of Development Economics,* 3 (1976), 119-39.

Farvar, M. Taghi, e Milton, John (orgs.). *The Careless Technology: Ecology and International Development.* Garden City, N. Y., 1972.

Frank, Andre Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America.* Nova York, 1967.

Fuerst, René. *Bibliography of the Indigenous Problem and Policy of the Brazilian Amazon Region (1957-1972).* Genebra/Copenhague, 1972.

Furtado, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro,* Rio de Janeiro, 1972.

Gómez-Pompa, A., Vásquez-Yanes, C., e Guevara, S. "The Tropical Rainforest: A Non-renewable Resource", *Science,* 177 (1.º de setembro de 1972), 762-5.

Goodland, R. J. A., e Irwin, H. S. *Amazon Jungle: Green Hell to Red Desert?,* Amsterdã, 1975.

Hanbury-Tenison, Rodin. *A Question of Survival for the Indians of Brazil.* Nova York, 1973.

Hopper, Janice H. (org.). *Indians of Brazil in the Twentieth Century.* Washington, D. C., 1967.

INDIGENA e American Friends of Brazil. *Supysáua: A Documentary Report on the Conditions of Indian Peoples in Brazil.* Berkeley, Calif., 1974.

International Committee of the Red Cross. *Report of the ICRC Medical Mission to the Brazilian Amazon Region.* Genebra, 1970.

Junqueira, Carmen. *The Brazilian Indigenous Problem and Policy: The Example of the Xingu National Park.* Genebra/Copenhague, 1973.

Laraia, Roque de Barros, e da Matta, Roberto. *Índios e Castanheiros: A Empresa Extrativa e os Índios no Médio Tocantins.* São Paulo, 1967.

Lévi-Strauss, Claude. *Tristes Tropiques: An Anthopological Study of Primitive Societies in Brazil.* Nova York, 1963.

Lewis, Norman. "Genocide — From Fire and Sword to Arsenic and Bullet, Civilization Has Sent Six Million Indians to Extinction", *'Sunday Times,* Londres, 23 de fevereiro de 1969.

Lizot, Jacques. *The Yanomami in the Face of Ethnocide.* Copenhague, 1976.

Maybury-Lewis, David. *The Savage and the Innocent.* Boston, 1965.

Meggers, Betty J. *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise.* Chicago, 1971.

Meggers, Betty J., Ayensu, Edward S., e Duckworth, W. Donald (orgs.), *Tropical Forest Ecosystems in Africa and South America: A Comparative View.* Washington, D. C., 1973.

Newfarmer, Richard S., e Mueller, Willard F. *Multinational Corporations in Brazil and Mexico: Structural Sources of Economic and Noneconomic Power.* Report to the Subcommittee on Multinational Corporations, Committee on Foreign Relations, U. S. Senate, Washington, D. C., 1975.

Oliveira, Roberto Cardoso de. *A Sociologia do Brasil Indígena.* Rio de Janeiro, 1972.

Peret, João Américo. *População Indígena do Brasil.* Rio de Janeiro, 1975.

Primitive People's Fund/Survival International. *Report of a Visit to the Indians of Brazil.* Londres, 1971.

Ribeiro, Darcy. "Culturas e Línguas Indígenas do Brasil", *Educação e Ciências Sociais* (Rio de Janeiro, 1957), 1-102.

A Política Indigenista Brasileira. Rio de Janeiro, 1962.

Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. Rio de Janeiro, 1970.

Richards, P. W. *The Tropical Rainforest: An Ecological Study.* Cambridge, Inglaterra, 1952.

Rosenbaum, H. J., e Tyler, W. G. "Policy Making for the Brazilian Amazon", *Journal of Inter-American Studies,* 13 (1971), 416-33.

Smith, Anthony. *Mato Grosso: The Last Virgin Land.* Nova York, 1971.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs. *Multinational Corporations in World Development.* Nova York, 1973.

U. S. House of Representatives, Committee on Foreign Relations. *International Protection of Human Rights.* Hearings Before the Subcommittee on Western International Organizations and Movements. Washington, D. C., 1974.

U. S. Senate, Committee on Foreign Relations. *United States Policies and Programs in Brazil.* Hearings Before the Subcommittee on Western Hemisphere Affairs. Washington, D.C. 1971.

U. S. Senate, Committee on Foreign Relations. *Multinational Corporations and United States Foreign Policy.* Hearings Before the Subcommittee on Multinational Corporations. Washington, D. C., 1973.

Velho, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.* Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1972.

Villas Boas, Orlando e Claudio. "Saving Brazil's Stone Age Tribes From Extinction", *National Geographic Magazine,* 134, N.º 3, setembro de 1968, 424-44.

Xingu: The Indians, Their Myths. Nova York, 1973. (Publicado no Brasil por Zahar Editores sob o título *Xingu, os Índios, Seus Mitos.*)

von Puttkamer, W. Jesco. "Brazil Protects Her Cintas Largas Indians", *National Geographic Magazine,* 140, N.º 3, setembro de 1971, 420-44.

"Brazil's Txukahamêi: Goodbye to Stone Age", *National Geographic Magazine,* 147, N.º 2, fevereiro de 1975, 270-82.

"Brazil's Kréen-Akaróres: Requiem for a Tribe?", *National Geographic Magazine,* 147, N.º 2, fevereiro de 1975, 254-68.

Wagley, Charles. *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics.* 2.ª ed. Nova York, 1964.

(org.) *Man in the Amazon.* Gainesville, Fla., 1974.